

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DANIELA DE CARVALHO CIRIACO

**“NÓS SOMOS COMPLETAMENTE OUTROS”: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO
URBANA FIDEL CASTRO EM UBERLÂNDIA - MG**

**JUIZ DE FORA
2018**

DANIELA DE CARVALHO CIRIACO

**“NÓS SOMOS COMPLETAMENTE OUTROS”: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO
URBANA FIDEL CASTRO EM UBERLÂNDIA – MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social e Sujeitos Sociais, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marina Barbosa Pinto.

JUIZ DE FORA
2018

Às famílias da Ocupação Fidel Castro
que ousam acreditar, lutar e resistir, plantando,
em tempos tão sombrios, sementes de esperança.

AGRADECIMENTOS

Cada passo dado, cada etapa desse processo de formação profissional, pessoal e humano, cada luta, dor e riso vivenciado no decorrer dessa Pós-Graduação só foi possível porque eu tive ao meu lado pessoas que me ensinaram a permanecer, a resistir. Pessoas que se entregaram e se doaram para que o sonho pudesse ser realidade. E hoje, ele é! Aos meus pais Ana Maria e Antonio Ciriaco a minha profunda gratidão!

Ter uma estudante de psicologia na família é ter sempre a quem recorrer nas horas de surto. Agradeço por ajudar a cuidar da minha saúde mental, pelas reflexões sobre a vida, o mundo e a sociedade.

Aos meus pequeninos, Ana Luiza e Antonio Marcos, agradeço pela suspensão das atividades obrigatórias e pelos intervalos revigorantes. Com vocês, aprendo todos os dias que, às vezes, antes de seguir é preciso recuar, e que não há nada mal em parar um pouco para brincar.

Das surpresas e encontros que a vida traz: um companheiro para a vida partilhar. Agradeço a Kelsio Ferreira, pela presença durante este estudo, pelo carinho, afeto e paciência, pela palavra de conforto em meio a dor, pelo abraço que acalma o desespero e por acreditar e me encorajar a lutar até o fim.

Agradeço aos amigos de Juiz de Fora, em especial, Maura e Claudinho, por serem abrigo seguro onde meu coração pode descansar e romper com a solidão da distância dos meus. Obrigada pelo cuidado, carinho e presença. Levo vocês comigo, no coração!

À turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora agradeço pelas discussões e reflexões durante as aulas, pela força durante o processo de construção da dissertação e pela convivência durante este tempo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e, de modo muito especial, à Professora Dra. Marina Barbosa Pinto, por me acompanhar durante a construção deste trabalho, pela dedicação, orientação e cuidado. Por acreditar que seria possível e também por me fazer acreditar e chegar até aqui! Gratidão!

Ainda neste processo de construção, não poderia deixar de manifestar a minha gratidão e afeto pela Professora Dra. Maria Lúcia Duriguetto, que fez do Estágio em Docência, um momento de formação e construção único e, por aceitar fazer parte dessa banca. A essa mulher de luta e tamanha sensibilidade, a minha admiração!

À Professora Dra. Eblin Joseph Farage agradeço pela disponibilidade em participar das duas etapas deste processo de formação: qualificação e defesa, por todas as contribuições e direcionamentos.

Aos servidores da UFJF e todas e todos aqueles que participaram desta construção, a minha gratidão.

Agradeço às mulheres e homens, jovens, adultos e crianças da Ocupação Fidel Castro. Essa pesquisa só foi possível porque vocês ousaram lutar, acreditar e sonhar e a compartilhar esses sonhos e as vidas de vocês. Obrigada pela acolhida e por fazer deste processo investigativo um momento profundo de crescimento pessoal e profissional. Vocês me fazem ir além!

Neste caminho árduo e cheio de intempéries Tua mão me sustentou. Teu olhar me atraiu e em Ti, descansei, recompus e continuei. Aprendi, não sem dor, a esperar, a confiar e acreditar que “Tudo que é meu, está no coração de Deus”. Ao Amado de minha alma toda a minha gratidão!

E o nosso povo que sofre. O nosso povo que morre. E o nosso povo que corre, sem ter para onde fugir. Nós temos que lutar, temos que nos unir. Estamos na correria não vamos desistir. Lutaremos até o fim, se preciso for, com garra, força e amor!¹

¹ Rap de Thelmo de Oliveira. Morador da Ocupação Fidel Castro.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), que teve por objetivo analisar como a participação na ocupação Fidel Castro, na cidade de Uberlândia – MG, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, contribuiu para o processo de formação de uma consciência crítica e reflexiva da realidade. Buscamos compreender qual era a visão dos sujeitos antes e após o ingresso no movimento, identificando assim, as possíveis transformações na percepção e análise acerca da realidade, do mundo e de si mesmo. Para construção deste estudo, optamos por uma base teórico-metodológica que busca a compreensão da totalidade das relações, o materialismo histórico e dialético. Desta forma, esta é uma pesquisa qualitativa que visa a compreensão da percepção dos sujeitos inseridos em um território específico que é a ocupação do MTST. Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, iniciamos um levantamento de estudos referentes ao MTST, bem como de autores e produções relacionados à temática da formação da consciência articulada ao processo de produção e reprodução do sistema do capital. Com a realização da pesquisa de campo procuramos verificar no cotidiano dos sujeitos, como acontece esse processo de formação da consciência crítica. Para tanto, utilizamos um estudo de caso da ocupação Fidel Castro. Neste sentido, organizamos esta dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos reflexões acerca do processo de reprodução do capital e, de como este processo implica em uma forma específica de produção do espaço, abordando a questão habitacional e as formas de luta e resistência dos sujeitos para garantia desse direito, com enfoque para atuação do MTST. No segundo capítulo, abordamos algumas categorias e elementos que foram norteadoras para a compreensão do processo de formação da consciência como: classe, luta de classes, alienação, consciência “em si” e “para si”, emancipação política e humana e cotidiano. Finalmente, no terceiro capítulo apresentamos os dados e análises coletados durante a pesquisa de campo, fazendo a articulação com o debate já apresentado. Os resultados finais deste estudo nos possibilitaram compreender que a participação em uma ocupação do MTST contribuiu para o processo de formação de uma consciência crítica dos sujeitos, principalmente no que se refere à dimensão e noção de direitos e da necessidade de organização e luta para sua defesa. É certo que esta discussão não pode ser esgotada. Pelo contrário, o caminho trilhado para o desenvolvimento da pesquisa trouxe novas indagações e questionamentos que carecem de investigação.

Palavras-chave: MTST. Ocupação. Luta coletiva. Formação da consciência.

ABSTRACT

The present study is a result of the Master's research of the Post-Graduation Program in Social Service of the Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS / UFJF), whose objective was to analyze how participation in the Fidel Castro occupation, in the city of Uberlândia - MG , of the Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST contributed to the process of forming a critical and reflective consciousness of reality. We sought to understand the vision of the subjects before and after joining the movement, thus identifying possible transformations in perception and analysis about reality, the world and itself. To construct this study, we opted for a theoretical-methodological basis that seeks to understand the totality of relations, historical and dialectical materialism. In this way, this is a qualitative research that aims at understanding the perception of the subjects inserted in a specific territory that is the occupation of the MTST. To reach the objectives proposed in this work, we began a survey of studies related to the MTST, as well as authors and productions related to the theme of the formation of the articulated consciousness to the process of production and reproduction of the capital system. With the accomplishment of the field research we try to verify in the subjects' daily life, as it happens this process of formation of the critical conscience. To do so, we used a case study of the Fidel Castro occupation. In this sense, we organized this dissertation in the following way: in the first chapter we present reflections on the process of reproduction of capital and how this process implies a specific form of space production, addressing the housing issue and the forms of struggle and resistance of the subject to guarantee this right, with focus for MTST action. In the second chapter, we briefly present the debate on social movements, analyzing how the MTST fits into this discussion. We also approach some categories and elements that were guiding for the understanding of the process of formation of the consciousness as: class, class struggle, alienation, consciousness "in itself" and "for itself", political and human emancipation. Finally, in the third chapter we present the data and analyzes collected during the field research, making articulation with the debate already presented. The final results of this study enabled us to understand that participation in an occupation of the MTST contributed to the process of forming a critical awareness of the subjects, mainly regarding the dimension and notion of rights and the need to organize and fight for their defense . Admittedly, this discussion can not be exhausted. On the contrary, the path taken for the development of research has brought new questions and questions that need investigation.

Keywords: MTST. Collective fight. Occupation. Formation of consciousness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEPES	Centro de Pesquisas Econômico-Sociais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	Central de Movimentos Populares
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos Por Barragens
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MSTB	Movimento Sem-Teto do Brasil
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PEC	Proposta de Emenda Parlamentar
PT	Partido dos Trabalhadores
SFI	Sistema de Financiamento Imobiliário

UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	CAPÍTULO - CAPITALISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E LUTA POR MORADIA.....	17
1.1	Capitalismo, crise e produção do espaço.....	18
1.2	Realidade Brasileira a partir da década de 1990: governos, políticas e lutas.....	29
1.3	Um breve resgate da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST.....	46
2	CAPÍTULO – CATEGORIAS EM DEBATE.....	59
2.1	Classe e Luta de classes	59
2.2	Trabalho e alienação.....	66
2.3	Formação da Consciência.....	72
2.4	Cotidiano e Luta Coletiva.....	82
3	CAPÍTULO - LUTA POR MORADIA, FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA: UMA EXPERIÊNCIA NA OCUPAÇÃO FIDEL CASTRO.....	89
3.1	Luta Por Moradia.....	90
3.2	Ocupação Fidel Castro.....	94
3.3	Luta Coletiva e Formação da Consciência.....	99
3.3.1	<i>Organização e Autonomia.....</i>	100
3.3.2	<i>Pertencimento e Identidade.....</i>	110
3.3.3	<i>Atualidades.....</i>	115
3.3.4	<i>Combate às opressões.....</i>	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICE A – Roteiro utilizado nas entrevistas.....	134

INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais. O estudo que aqui nos propomos tem por objetivo analisar como a participação em uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST contribui para a formação de uma consciência crítica e reflexiva.

O interesse pelo tema advém das experiências vivenciadas durante o processo de formação profissional, por meio do desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, projetos de extensão e pelo contato com movimentos sociais através dos momentos de discussão coletiva na Universidade.

Com base nessas vivências e reflexões surgem alguns questionamentos que dão origem a realização deste trabalho. Como é possível superar a alienação, característica tão marcante dessa sociedade capitalista? Como pessoas que vivenciam continuamente a ausência de acesso aos bens e serviços podem compreender de forma crítica a realidade em que estão inseridas? Como a participação em um movimento social pode contribuir com este processo de formação de uma consciência crítica e reflexiva?

Essas indagações direcionaram a construção deste estudo, o qual, compreendemos ser relevante, porque entendemos que uma compreensão crítica e reflexiva da realidade é fundamental para a construção de uma ação coletiva em defesa da garantia ao acesso aos direitos, o que, no contexto atual da realidade brasileira, em que há uma constante ameaça e retrocesso no campo dos direitos sociais, é extremamente urgente e necessária.

Neste sentido, de acordo com Antunes (1998) estamos vivenciando desde a década de 1990 um processo de intensificação da implementação de elementos que reproduzem a reestruturação produtiva no Brasil e que configuram as mudanças no padrão de acumulação que se flexibiliza (HARVEY, 2014).

Este processo provocou diversas mudanças no mundo do trabalho. Flexibilização, terceirização, informalização, subcontratação e desemprego foram e continuam sendo algumas medidas que impactam diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

Os impactos não se restringem à dimensão material e objetiva, alcançando a subjetividade e a forma de ser da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Como afirma Mattos (2009, p. 27), “fragmentação, portanto, não apenas no nível objetivo das relações de trabalho, mas também no plano da consciência de classe”.

As diferentes formas de inserção no mundo do trabalho, decorrentes dos processos acima mencionados combinados com o desemprego, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a focalização das políticas públicas provocam entre os trabalhadores a concorrência. Essa concorrência pelos postos de emprego, essa diferenciação nas formas de inserção, a disputa pelo acesso às políticas sociais focalizadas não permitem que os trabalhadores se percebam como sujeitos de uma mesma classe (ANTUNES, 2009).

Esses impactos na consciência se intensificaram com o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, é válido salientar, que a própria estrutura deste modo de produção, em que o trabalho, ao invés de possibilitar a realização plena do indivíduo, enquanto “inteiramente homem” (LUKÁCS, 1974), separa o trabalhador do produto produzido por seu trabalho, configurando assim, um trabalho alienado.

Essa configuração assumida pelo trabalho na sociedade capitalista constitui a base para a alienação. De acordo com Netto (1981, p. 74) a alienação é um “processo pelo qual os sujeitos se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo”.

O processo de alienação não se reduz ao campo da produção propriamente, mas se estende aos diversos aspectos da vida. Exatamente, porque a vida não é a soma de elementos fragmentados, mas a combinação, a articulação de diversos elementos que estão em constante movimento, constituindo assim, uma totalidade. Por isso, quando o trabalhador produz uma mercadoria, ele não só a produz, como também produz cultura, uma forma de vida, a linguagem, a ciência, a sociedade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A produção e reprodução da vida, da cultura, das relações sociais no capitalismo é impregnada por uma visão restrita e fragmentada da realidade, que é fundamental para a perpetuação desse sistema. Essa percepção, não permite compreender a totalidade da vida social e suas mediações.

Se a capacidade de compreensão fica limitada pela própria estrutura do capital, as possibilidades de ação e intervenção na realidade também se restringem. Como nos diz Lefebvre (1991, p. 40) “A alienação social transforma a consciência criadora numa consciência passiva e infeliz”. Entretanto, essa transformação não é definitiva, pois a consciência é um processo em constante movimento, que pode tanto caminhar em direção a uma consciência crítica, como a uma consciência alienada, ela não segue um desenvolvimento evolutivo, mas sim, dialético.

De acordo com Iasi (2011), a alienação é a primeira forma de manifestação da consciência. E, essa consciência é a representação da inserção imediata dos indivíduos na

sociedade. No processo de formação da consciência, outros dois momentos podem ser sinalizados: a consciência em si, que se caracteriza pela luta por direitos e necessidades mais imediatas e a consciência para si, que é o reconhecimento enquanto classe na luta pela construção de um projeto societário que supere todas as formas de desigualdade, exclusão e opressão.

É considerando a necessidade da construção desse outro projeto societário e reconhecendo a importância de uma compreensão que vá além dos limites impostos pelo capital que, buscamos com a realização deste estudo, compreender como este processo de formação de uma consciência crítica e reflexiva é possível a partir da organização coletiva.

A partir dessas reflexões, alguns questionamentos se tornam norteadores para a realização desse estudo. Como apresentado, a dinâmica do modo de produção vigente, bem como a sua expansão impactam diretamente nas condições de reprodução da vida material e subjetiva da classe trabalhadora.

Diante desse cenário e da relevância que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST apresenta na conjuntura atual, como o movimento contribui para a formação de uma consciência crítica de seus participantes? Quais são os meios e instrumentos utilizados para esse processo? Em que medida a inserção em um movimento de luta por moradia favorece o desenvolvimento da consciência de classe? Como essas pessoas eram antes de ingressar no movimento, o que pensavam, como se posicionavam? Quais as mudanças após a participação no movimento?

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa foi realizado um estudo teórico acerca das estruturas da sociedade capitalista, já que, ao falarmos da alienação e da formação de uma consciência estamos falando de uma alienação que é própria do modo de produção do capital.

Buscamos por meio da bibliografia disponível acerca do processo de expansão do capital e dos desdobramentos que dele decorrem, problematizar a relação entre o capitalismo e a formação da consciência. Neste processo, também tivemos por objetivo compreender um pouco mais acerca do debate da consciência e dos movimentos sociais, a partir das contribuições do referencial marxista.

Assim, o primeiro capítulo desta dissertação apresentará as reflexões sobre o sistema capitalista e a sua forma de produção do espaço. Forma esta, marcada pela concentração de terras e pela especulação imobiliária que expulsa e condena a classe trabalhadora a áreas e regiões mais afastadas dos locais de trabalho e de acesso aos serviços.

Frente a esta realidade, várias são as formas de enfrentamento. No entanto, neste trabalho daremos maior enfoque ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, movimento responsável pela ocupação em que a pesquisa de campo foi realizada e que tem se destacado no contexto nacional na luta pela moradia e nas mobilizações e manifestações referentes à conjuntura nacional.

Na continuidade dessas reflexões, no segundo capítulo trabalhamos algumas categorias que foram fundamentais para a construção deste estudo acerca da formação da consciência: classes, luta de classes, trabalho, alienação, reificação, consciência em si e consciência para si, cotidiano.

Por fim, para materializar este processo de formação da consciência realizamos uma pesquisa de campo na ocupação urbana Fidel Castro na cidade de Uberlândia – MG. Os dados e análises, bem como o histórico, a trajetória da ocupação e os sujeitos serão apresentados no último capítulo desta dissertação.

Durante o processo de construção deste estudo além da pesquisa de campo na ocupação realizamos também duas entrevistas com coordenadores nacionais do MTST para auxiliar na compreensão da estrutura organizativa do movimento e da sua atuação na realidade brasileira, visto que a maior parte dos trabalhos disponíveis é da década de 1990, momento inicial da construção do movimento.

Neste sentido, utilizamos os dados dessas entrevistas em todos os capítulos deste estudo e, exatamente por este motivo, optamos por apresentar os caminhos metodológicos trilhados no decorrer desta pesquisa aqui nas nossas considerações iniciais, para possibilitar uma melhor compreensão das informações e dados apresentados.

As entrevistas foram realizadas com os coordenadores estaduais e membros da coordenação nacional do movimento: Felipe Brito e Marcos Campos. O objetivo da entrevista foi conhecer e aproximar das formas de luta, da direção e posicionamento do movimento além de atualizar a atuação do mesmo nos últimos anos.

Além da pesquisa bibliográfica, como sinalizamos, também realizamos uma pesquisa de campo. De acordo com Gil (2008) a pesquisa de campo consiste na observação sistemática e direcionada para a apreensão dos objetivos da pesquisa. Assim, atentamos para a compreensão do cotidiano dos sujeitos do movimento, dos processos de organização e participação e construção dos espaços coletivos.

Primeiramente foi estabelecido um contato inicial com uma das coordenadoras da Ocupação e marcada uma visita para apresentação da pesquisa para a coordenação. Apresentamos a proposta da pesquisa e todos os coordenadores se posicionaram favoráveis à

realização do estudo. Em seguida apresentamos durante a assembleia geral da ocupação a proposta novamente e houve a aprovação de todos os sujeitos presentes.

Após esse primeiro contato, a pesquisa foi realizada em quatro momentos distintos: o primeiro momento de 16 a 21 de outubro de 2017; o segundo, de 20 a 25 de novembro de 2017, na semana da comemoração de um ano de ocupação; o terceiro, na realização de um bingo para arrecadar dinheiro para a rede elétrica e o último de 26 a 30 de maio de 2018.

Durante esses momentos de vivência na ocupação foram realizadas as observações, entrevistas, conversas informais, e todas as informações foram registradas no diário de campo. No entanto, para preservar a identidade dos sujeitos entrevistados na ocupação utilizaremos nomes fictícios de mulheres e homens que foram assassinadas/os na luta pela terra, seja na cidade ou no campo. Assim, para cada nome atribuído aos sujeitos da ocupação apresentaremos em notas de rodapé uma breve caracterização dessas pessoas que morreram em luta em diversos lugares do território brasileiro.

As entrevistas foram realizadas a fim de identificar a percepção dos sujeitos antes do ingresso no movimento e na atualidade, buscando assim, identificar as possíveis transformações nessa visão de si mesmas e do lugar que ocupam no mundo. Neste processo de realização das entrevistas utilizamos a história oral. De acordo com Thompson (1992, p. 26), por meio da história oral:

Torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo.

Se tratando de uma ocupação urbana e de como essas ações dos movimentos são criminalizadas pela mídia, acreditamos que a utilização da história oral, além de possibilitar alcançar os objetivos propostos, sobretudo no que diz respeito ao processo da consciência, ela permite a criação de um espaço em que os próprios sujeitos que vivenciaram o processo de luta no movimento possam falar das suas experiências, das lutas travadas de modo que outra história possa ser contada. A história vivida cotidianamente pelos trabalhadores sem-teto, sem a narração do Estado e das classes dominantes. A história vivida e contada pelos próprios sujeitos que a vivenciam.

Após a realização da pesquisa de campo, o material coletado foi transcrito e analisado a fim de estabelecer as relações entre as reflexões teóricas e os relatos apresentados pelos sujeitos da ocupação.

Neste sentido, em tempos de avanço do conservadorismo, de retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas, de repressão aos movimentos sociais, identificar formas que auxiliem e contribuam no processo de formação política e de organização da classe trabalhadora é fundamental para a construção de processos que possibilitem o enfrentamento dessa ofensiva conservadora e, em longo prazo, a ruptura com a ordem vigente e construção de uma sociedade sem dominação, exploração e opressão.

CAPÍTULO 1 – CAPITALISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E LUTA POR MORADIA

“O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas.”
(CASTELLS, 2013, p. 20)

Para compreender como a inserção no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e a participação e construção de uma ocupação contribui para o processo de formação de uma consciência crítica acerca da realidade - objetivo central deste trabalho – é necessário retomar o processo de desenvolvimento do capitalismo. Isto, porque a existência desse movimento de luta por moradia está intimamente relacionada à dinâmica de contradição e desigualdade própria da sociabilidade do capital e, além disso, porque falar da formação de uma consciência crítica da totalidade dos determinantes processuais requer a compreensão da consciência fragmentada, particularizada e alienada produzida pelo modo de produção capitalista.

Deste modo, reconhecendo as relações entre os diversos elementos que constituem a história e a realidade partiremos de uma perspectiva de totalidade. Para isso, abordaremos alguns elementos do processo de desenvolvimento do capitalismo, das suas particularidades nos países periféricos e seus impactos na formação da questão urbana no Brasil. Esses temas são fundamentais, pois, dialogam diretamente com o objeto de estudo aqui proposto. E é buscando recuperar este movimento do real que pretendemos construir essa discussão.

Este ponto de partida da totalidade é importante e se faz necessário porque ele remete ao próprio movimento da realidade. No que se refere ao MTST, isto se evidencia no seu próprio processo de construção, que acontece em um período específico de desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial. Ou seja, o processo de construção do movimento está completamente vinculado ao processo de implementação das medidas neoliberais que são resultado da forma de desenvolvimento do capitalismo.

O próprio desenvolvimento do capitalismo é pautado por contradições que implicam na existência de crises. A partir da década de 1970 se instaurou uma crise, caracterizada por Mészáros (2011), como crise estrutural do capital, para a qual, o capital reage com um conjunto de medidas intituladas neoliberais. A adoção dessas medidas é uma resposta produzida pelo capital para sua crise. Deste modo, inicialmente iremos retomar, brevemente, este contexto da crise do capital com ênfase nas suas implicações e transformações na realidade urbana de um país de capitalismo dependente.

Identificamos que para construção desse quadro analítico, a categoria espaço é primordial. Primeiro, porque o modo de produção capitalista requer um espaço para sua realização. Segundo, porque é neste mesmo espaço que o capital se realiza que as resistências e lutas também são travadas. Assim, o espaço é uma construção dialética, de relações e interações entre os sujeitos que está em constante movimento, ele, ao mesmo tempo, constitui e é constituído pela luta de classes e é exatamente neste meio que o MTST constrói a sua luta contra a forma utilizada pelo capital para produção do espaço.

Além da constituição deste contexto mais geral, abordaremos brevemente o processo de construção do MTST a partir do diálogo com a questão habitacional no Brasil pós década de 1990, – década que marca a criação do MTST – com as medidas adotadas pelos governos no poder e com a ação dos sujeitos que lutam pela reforma urbana.

1.1 Capitalismo, crise e produção do espaço

O modo de produção capitalista não é harmônico, estável, equilibrado e previsível. Pelo contrário, a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada por uma série de contradições e crises econômicas (NETTO; BRAZ, 2012). Essas crises são resultado da forma como o próprio sistema se organiza. Neste sentido, Harvey (2005, p. 45) afirma que as crises são endêmicas ao processo de acumulação capitalista.

Isto, porque o próprio sistema de produção requer elementos como: um excedente de mão-de-obra, meios de produção em quantidade satisfatória e um mercado para absorver as mercadorias produzidas (HARVEY, 2005, p. 45). No processo de acumulação, cada um desses elementos pode encontrar barreiras, o que pode gerar uma crise, que é fruto da própria forma de acumulação do capital.

Não há, no capitalismo, qualquer racionalidade na produção. Ou seja, a produção de mercadorias não obedece um planejamento global. O único direcionamento do mercado é a obtenção do lucro, que segundo Netto e Braz (2012) configuram uma anarquia da produção².

Neste processo de constituição das crises, mais uma vez essa essência contraditória do capitalismo se revela. O que pode ser identificado nas crises de realização, em que há uma

² Anarquia da produção, segundo Netto e Braz (2012), corresponde ao processo de produção desenfreada sem qualquer tipo de planejamento global. Segundo os autores: “A produção capitalista, progressivamente mais organizada, planejada e racionalizada no interior das unidades produtivas, não obedece a nenhum planejamento ou controle global: assim, o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta, uma vez que sua produção é comandada exclusivamente por cada capitalista, tendo em vista apenas a obtenção do lucro, com a frequente desproporcionalidade entre os vários ramos e setores da produção” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 160-161).

quantidade de mercadorias superior à capacidade de compra dos trabalhadores (HARVEY, 2005). Em outras palavras, há mercadorias sobrando e trabalhadores que não podem consumi-las, pois seus salários permanecem extremamente reduzidos.

No entanto, as crises desempenham importante papel no processo de acumulação, pois por meio delas é possível ao capital expandir a sua capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação elevando-a a um nível mais elevado. De acordo com Harvey (2005, p. 47-48), a construção desse novo nível implica a combinação de quatro elementos: 1) a penetração do capital em novas esferas de atividade; 2) a criação de novos desejos e necessidades; 3) a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional e 4) a expansão geográfica para novas regiões.

Neste momento, nos ateremos a este quarto elemento, pois, pensar a realidade das cidades contemporâneas é antes de tudo pensar qual é a lógica que orienta a sua produção. As cidades brasileiras, por exemplo, lócus de atuação do MTST, não pode ser compreendida em si mesma, porque ela é produto de todo esse processo de acumulação do capital, das crises e das medidas de superação adotadas pelo mesmo.

Para que o processo de produção atinja seu fim, é necessário que haja a circulação das mercadorias, que elas saiam das indústrias e cheguem até o consumidor. É por isso, que o transporte e a comunicação desempenham papel fundamental no processo produtivo, porque é preciso que as mercadorias circulem livremente e que todas as barreiras que impeçam essa circulação sejam destruídas. Essa necessidade de expansão do capital para a realização da acumulação exige a superação das barreiras espaciais. Sobre esse processo Marx (1973, p. 524 apud HARVEY, 2005, p. 50) afirma:

Quanto mais a produção vier a se basear no valor de troca (portanto, na troca), mais importante se tornam as condições físicas da troca – os meios de comunicação e transporte – para os custos de circulação. Por sua natureza, o capital se impulsiona além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca torna-se uma necessidade extraordinária para isso.

Esse impulso do capital para além de todas as barreiras requer não só a construção de condições físicas que possibilitem a circulação das mercadorias, mas também que os custos dessa circulação sejam reduzidos, para que assim, seja possível ao capital se expandir mais geograficamente. Ou seja, quanto menor o custo com comunicação e transporte mais condições o capital tem de se expandir e, como a acumulação de capital carece de expansão

para continuar se realizando, ela faz isso, por meio da redução dos custos da comunicação e transporte (HARVEY, 2005).

Para a acumulação, assim como é importante garantir as condições físicas para sua expansão geográfica é também necessário que o tempo gasto com esse deslocamento seja o menor possível. Isto significa que o capital pressupõe um espaço e um tempo. Tempo este, que para garantir um rendimento melhor dos lucros precisa ser comprimido. Porque “quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia” (HARVEY, 2005, p. 50).

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça-se simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e uma maior anulação do espaço pelo tempo (MARX, 1973, p. 539 apud HARVEY, 2005, p. 51).

Esse processo de anulação do espaço pelo tempo provoca a aglomeração da produção em grandes centros urbanos, pois as melhorias no transporte tendem, geralmente, a serem feitas nos lugares em que já tem uma estrutura de mercado. Desse modo, a acumulação de capital, ao mesmo tempo, se expande e se concentra, na tentativa de criar outras possibilidades para sua realização. Expande-se no sentido de dominar novas áreas, mas essas áreas não são independentes, essa mesma expansão provoca uma relação de dependência com os grandes centros, onde o capital permanece concentrado.

Essa dinâmica contraditória do capitalismo incide diretamente na produção do espaço. É por isso, que não é possível pensar o espaço descolado do processo de acumulação de capital, porque, como no capitalismo tudo se torna mercadoria, o espaço, a terra e a moradia não fogem a essa regra.

A construção de espaços, bem como criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação de capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. Mesmo nas favelas da autoconstrução de moradias, o ferro ondulado, as caixas de embalagem e as lonas foram primeiro produzidos como mercadorias (HARVEY, 2011, p. 122).

Este movimento de tornar mercadorias todas as coisas resulta num processo de subordinação do espaço ao capital, de tal modo que, mesmo quando há a ação de sujeitos na construção deste espaço, esta construção ainda se insere nessa lógica mercadológica. Como nos alerta Faria (1999, p. 264) o “espaço está submetido ao capital quando a sociedade é governada pela lógica da mercadoria, quando a relação mercantil subordina as demais relações sociais, quando a acumulação de riqueza é a fonte primordial de poder, enfim, quando o fetichismo triunfa”.

Para compreender esta subordinação imposta pelo capital, bem como os seus impactos na constituição das relações sociais e na vida cotidiana é necessário, antes de entrar no debate acerca dos problemas decorrentes desta subordinação, fazer algumas considerações sobre o espaço no modo de produção capitalista, já que, de acordo com Lefebvre (2008) a ocupação e a produção do espaço são determinadas de acordo com cada modelo econômico.

A compreensão da existência dessa relação entre o espaço e o modo de produção, já é relevante, porque auxilia na construção de um entendimento que desconstrói a visão de um espaço neutro e estático. Essa visão limitada acerca do espaço também não é algo casual, mas se faz extremamente necessária à manutenção do controle do espaço pelo capital.

Esse processo de construção de um espaço abstrato, alienado, conceitual e sem a atuação dos sujeitos é a estratégia utilizada pelo capital para manter seu domínio no espaço. Isto se dá não só na relação do capital com o espaço, mas faz parte da própria estrutura do capitalismo, produzir a alienação em todas as esferas da vida. De acordo com Netto (1981, p. 74) a alienação é um “processo pelo qual os sujeitos se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo”.

A alienação é um processo que não se restringe à produção, mas se espalha em todos os aspectos da vida, atingindo diretamente as relações sociais que perdem todo o seu caráter criador, livre, histórico, consciente e afetivo, o que possibilita a conformação de relações sociais de dominação e poder (NETTO, 2000).

É por meio dessas relações de dominação que o espaço abstrato é construído. Segundo Lefebvre (2006) o espaço abstrato é o lugar da homogeneidade, em que as diferenças são negadas, mas não eliminadas. Onde prevalece a fragmentação, a hierarquização e o controle. No que se refere ao consumo, os Shoppings Centers são um bom exemplo dessa homogeneização. Mas, é preciso considerar os Shoppings Centers sem “rolezinhos”³, pois

³ Os “rolezinhos” são encontros realizados por jovens, de bairros periféricos das grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, em Shoppings Centers. Em 2013 e 2014

neste espaço abstrato construído pelo capital não há lugar para questionamentos, resistências e ação dos sujeitos.

São inúmeros os exemplos que ratificam essa homogeneidade. Ainda nos Shoppings Centers, da praça de alimentação aos artigos de informática, eletroeletrônicos perfumaria, vestuário, tudo é muito familiar. Afinal, o Shopping Center da cidade de Juiz de Fora, de Uberlândia e de diversas cidades do Brasil e do mundo são muito semelhantes.

Acompanhado deste processo de homogeneização, outro elemento importante deste espaço abstrato é a segregação. Algumas formas contemporâneas de materialização deste processo são os condomínios fechados, os conjuntos habitacionais e a criação de muros⁴ que separam as favelas do restante da cidade.

Embora cada uma dessas medidas apresentem diversas especificidades, em linhas gerais, elas sinalizam esse processo de segregação, da criação de espaços fragmentados e distantes, de um lado os condomínios de luxo, com muros altos, com o mais completo sistema de segurança, com áreas de lazer e, de outro, os conjuntos habitacionais, sem a infraestrutura necessária, em lugares cada vez mais afastados das áreas centrais e, além disso, se de um lado os muros servem para trazer proteção, do outro, o muro representa a violência de um governo que, não sendo capaz de garantir as mínimas condições de sobrevivência à população, resolve garantir que ela fique oculta, reserva a ela, o direito de não existir na face aparente da cidade.

Essas contradições do espaço abstrato nos indicam quão complexa é a realidade das e nas cidades. É reconhecendo essa complexidade que buscaremos adentrar um pouco mais nessa discussão acerca do urbano e das cidades no Brasil.

Como já apontado, não é possível pensar as cidades desvinculadas do processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Não que as cidades tenham surgido somente com o modo de produção capitalista, mas nele, elas ganham novas configurações e formas de uso. A cidade, de acordo com Sposito (1988) é o espaço que dá materialidade ao modo de produção capitalista e que, reúne todas as condições necessárias a sua reprodução e desenvolvimento.

tiveram grande repercussão na realidade brasileira exatamente por questionar essa lógica segregadora do espaço (TEIXEIRA; BARROS, 2016).

⁴ Na cidade do Rio de Janeiro diversos muros foram construídos, segundo o governo a fim de diminuir os riscos de atropelamento, isolar as comunidades do barulho dos carros, conter o avanço das favelas para as áreas de proteção ambiental. Enfim, diversas foram as justificativas para a construção dos muros, mas, o que eles, representam, de fato é a construção de uma barreira física que separa e esconde a favela das vias de grande circulação. De acordo com Willys (2011, p. 1), o objetivo da construção desses muros são óbvios: “esconder a “feitura” da paisagem que poderia levar (e, em muitos casos, leva) os visitantes a se questionarem até que ponto o Rio é mesmo uma cidade maravilhosa”.

Compreender e resgatar alguns elementos do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil é fundamental para entender as configurações assumidas pelas cidades na contemporaneidade, visto que estas são produtos do processo de industrialização e urbanização desenvolvidos sob a égide do capital.

O processo de formação social brasileira é marcado, pelo que autores como Fernandes (1981) e Ianni (2004) chamam de desenvolvimento capitalista dependente. Este desenvolvimento dependente está relacionado com o processo de industrialização tardia⁵, a qual é consequência do lugar que o Brasil ocupava na divisão internacional do trabalho, de importador de produtos manufaturados e exportador de produtos agrícolas.

Diferente de visões evolucionistas e etapistas, essa dependência não está vinculada a uma fase de desenvolvimento do capitalismo que possa ser superada a fim de alcançar os países centrais, mas sim à própria forma de estruturação do capitalismo no mundo e de como cada localidade desempenha um papel específico na organização internacional do trabalho.

Sobre este processo de dependência e submissão, Ianni afirma:

O subdesenvolvimento não é apenas um *estado em si*, mas muito mais um modo específico de se relacionar consigo mesmo e com os outros países, com o sistema global no qual a nação se encontra inserida. Não é um *estado em si*, mas para o *outro*, não podendo tornar-se para si. É que subdesenvolvimento é um modo de ser devido a um sistema de relações internacionais, de dependência e submissão (IANNI, 1965, p. 51-52, grifo do autor).

Esta forma de se relacionar consigo e com os outros está vinculada com o que Trotsky chamou de lei do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo Trotsky, o capitalismo se desenvolve de maneira desigual no plano internacional, possuindo assim, um ritmo de desenvolvimento próprio no interior de cada país.

Nos países atrasados, esse desenvolvimento se dava por meio da incorporação de elementos modernos dos países centrais avançados adaptados as suas condições materiais e culturais arcaicas. É exatamente nesta relação entre as inovações tecnológicas, políticas e culturais dos países avançados e as relações sociais mais arcaicas e pré-capitalistas dos países atrasados que reside o caráter combinado do desenvolvimento do capitalismo nestes países.

⁵ Neste trabalho não aprofundaremos a análise deste processo de industrialização, pois, o objetivo é somente sinalizar alguns elementos históricos da formação social do Brasil a fim de compreender como estes elementos permanecem sendo fundamentais para a compreensão da configuração contemporânea das cidades. Entretanto, este assunto pode ser encontrado nas obras de Florestan Fernandes (1975).

[...] a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamamos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido de reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1980, p. 21).

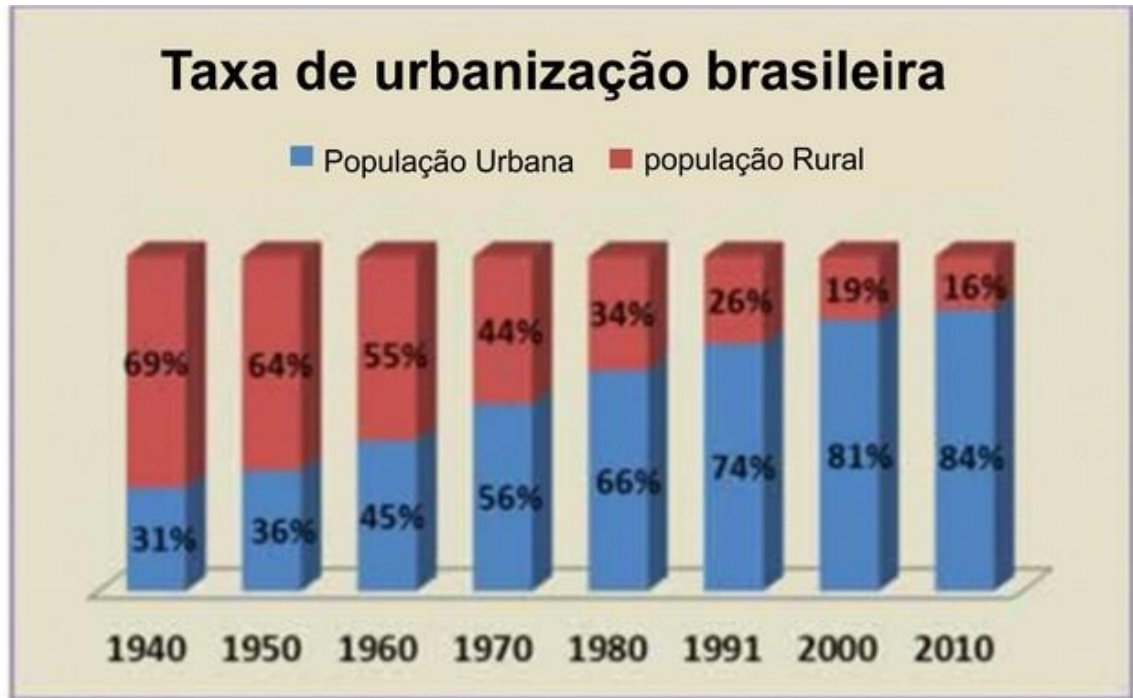
De acordo com Trotsky, as relações estabelecidas entre os países atrasados e avançados são hierárquicas e diferenciadas. Esse tipo de relação além de possibilitar a apropriação do excedente dos países atrasados pelos avançados contribui também para a internacionalização do projeto burguês de sociedade.

A realização deste projeto burguês, bem como essa relação de dependência não ocorre harmonicamente. Esta inserção dos países periféricos neste contexto de capitalismo dependente se dá mediante as pressões externas dos países centrais, o que torna essa dependência cada vez mais intensa na esfera econômica, política e cultural.

Essa relação de dependência, decorrente da forma como o capitalismo se estrutura mundialmente imprime aos processos de industrialização e urbanização brasileiros marcas que não só permanecem, mas que, ao longo da história vão se intensificando.

No Brasil, segundo os dados do censo de 2010, a população urbana do país corresponde a 84,4%. Isto significa que o Brasil, um país que era majoritariamente rural se tornou predominantemente urbano. Essa mudança de concentração da população brasileira não veio acompanhada de mudanças estruturais das cidades. E, como se pode ver no gráfico abaixo, em 1940 a população rural brasileira era equivalente a 69%, já em 1970 a população rural não só reduziu como foi superada pela população urbana. Ou seja, não houve somente uma inversão do local de concentração da população, mas um deslocamento muito acelerado.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, 2010.

Este aumento acelerado da taxa de urbanização brasileira é resultante de uma industrialização tardia. Atraídas pela instalação de pólos industriais, as populações expulsas do campo concentraram-se nas cidades, constituindo assim, grandes pólos urbanos. O surgimento destes pólos não contou com investimento em infraestrutura para garantir a essa população as mínimas condições de sobrevivência (LIMA, 2004).

Não houve por parte do poder público nenhuma intervenção de modo que pudesse alterar essa realidade. Pelo contrário, como havia um grande excedente de mão-de-obra, o poder público aproveitou para conter os salários e reduzir os custos da mão-de-obra. Isto demonstra como a questão urbana seria tratada ao longo da história dos governos no poder: como instrumento do capital para suprir as suas próprias necessidades.

Diante da não intervenção do Estado para garantir as condições de vida nas cidades, dos baixos salários e ausência de um conjunto de elementos que implicam a vida urbana, os trabalhadores são submetidos a um processo de espoliação, que segundo Kowarick se configura como

o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que

agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1980, p. 22).

Esse processo de espoliação sinaliza as particularidades da industrialização e urbanização brasileira que, segundo Maricato (1996) recria o atraso a partir de novas formas. Ou, como nos diz Lima (2009), no Brasil, o moderno se nutre do arcaico. Dessa relação entre o moderno e o arcaico, decorrem duas características da urbanização brasileira, são elas: o crescimento acelerado das periferias e o aumento do número de trabalhadores informais.

O crescimento acelerado das periferias e o aumento do número de trabalhadores informais são características da urbanização brasileira, mas são, ao mesmo tempo, produto da própria dinâmica do modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente no que se refere ao processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), essas características se acentuam e, como a vida social é uma totalidade, essa acentuação impacta diretamente nas condições de reprodução da vida da classe trabalhadora.

A partir dos anos 1970 o processo de acumulação capitalista sofreu várias alterações, dentre elas: a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, a hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais, a crise do Welfare State e o incremento acentuado das privatizações (ANTUNES, 2009, p. 33). Esses elementos são expressões do que se configurou como crise estrutural do capital⁶ (MÉSZÁROS, 2011).

Para superar essa crise e buscar a restauração do capital (BRAGA, 1996), as medidas adotadas se articularam no seguinte tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal (NETTO; BRAZ, 2012). Orientadas por esse tripé, a década de 1970 é marcada um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e ideológicas que decorrem do caminho escolhido pelo capital para a produção de respostas a sua crise estrutural.

Apesar de ser estrutural e requerer mudanças profundas, as alternativas criadas não foram para a superação da crise na sua essência, mas para o combate de suas manifestações. É neste sentido, que foi implementado um amplo processo de reorganização da produção com o intuito de recuperar as taxas de acumulação. Assim, as mudanças não se deram somente no modo de produção, mas no padrão de acumulação que se flexibiliza (ANTUNES, 2009).

⁶ De acordo com Mézáros (2011, p. 1) “Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”.

De acordo com Harvey (2014) a acumulação flexível se contrapõe à rigidez do padrão de acumulação fordista e, é marcada pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos padrões de consumo e dos mercados de trabalho. São características desse novo modo de acumulação a constituição de novos mercados, novos sistemas financeiros e principalmente o uso intenso das inovações tecnológicas em todas as esferas.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2014, p. 140).

É sob essa flexibilidade que se opera o processo de reestruturação produtiva. No padrão taylorista-fordista de acumulação, a produção era rígida, em grande escala e concentrada nos países centrais. Com a flexibilização na forma de acumulação se mantém a produção em grande escala, mas ocorre um processo denominado por Netto e Braz (2012) de desterritorialização da produção, que se caracteriza pela expansão de unidades produtivas para outras áreas, principalmente para regiões periféricas, onde a mão-de-obra é mais barata, o que permite uma exploração ainda mais intensa, e as legislações de trabalho são mais pífias. Este processo intensifica ainda mais o caráter desigual e combinado da estrutura de desenvolvimento do capital, mencionado anteriormente.

Juntamente com a flexibilização da produção, temos o movimento de financeirização da economia. De acordo com Chesnais (1996) esse processo se caracteriza pela penetração e predominância do capital financeiro nas diversas esferas. O que provoca uma centralização do poder econômico e político e a descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras.

Com essa predominância da esfera financeira e centralização do poder, os grupos industriais transnacionais em articulação com as instituições financeiras passam a exercer um papel de controle da acumulação. “Trata-se da configuração de um bloco imperial formado pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos, as entidades intergovernamentais e privadas de controle de fluxo mundial de capital financeiro (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris, Banco Interamericano de Desenvolvimento) e as grandes

corporações globais” (DURIGUETTO, 2008, p. 51). É esse conjunto de organizações que vão impor as medidas neoliberais e estabelecer regulamentações que adequem as economias nacionais à economia mundial a fim de garantir a restauração da taxa de lucro.

Atrelado a estes processos de flexibilização e financeirização está a difusão do neoliberalismo. Como apontando, para que haja a reprodução do modo de produção capitalista é necessário que a sua dominação se dê em todas as dimensões. Neste caso, a ideologia neoliberal cumpre exatamente este papel, de legitimar esse conjunto de transformações, de modo que a implementação das medidas necessárias à superação da crise ocorra sem maiores conflitos.

Sob o ideário neoliberal configura-se uma contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003). É o Estado o instrumento responsável pelos ajustes econômicos e sociais que permitirão a inserção no capitalismo contemporâneo. As funções econômicas do Estado determinadas neste novo ciclo são: a garantia de condições atrativas para os investimentos financeiros; a segurança e estabilidade do cenário político do país; a infraestrutura e a criação de incentivos fiscais; a privatização; a redução do gasto com políticas sociais e privatização da seguridade social e a desregulamentação das relações de trabalho (BEHRING, 2003).

Outra determinação presente nessa nova configuração do Estado é a crise fiscal do Estado, forjada pelos neoliberais para justificar a implementação da redução dos gastos sociais. Com o esgotamento do padrão de acumulação fordista e do Estado keynesiano houve uma redução da receita estatal. A crise fiscal do Estado, de acordo com Behring (2003, p. 63) é decorrente da “reorientação do fundo público para as demandas do empresariado, combinada à queda da receita engendrada pelo ciclo depressivo e à diminuição da taxa sobre o capital”. Essa redução das receitas do Estado foi conferida pelos neoliberais ao sistema de proteção social conquistado pela luta dos trabalhadores, sendo, na visão dos neoliberais, a causa da crise fiscal do Estado o “excesso de direitos”.

Essa visão foi estratégica para fundamentar os cortes dos gastos sociais. Em decorrência desse processo vivencia-se a redução da intervenção estatal no financiamento das políticas sociais. Neste contexto, as políticas sociais assumem uma nova feição fundamentada no tripé – privatização, focalização/seletividade e descentralização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O conjunto dessas transformações no mundo do trabalho, marcado pela precarização das relações de trabalho, desmonte das legislações de proteção, aumento do desemprego, do trabalho informal na reconfiguração do papel do Estado que se tornou mínimo para o trabalho e máximo para o capital, com a contenção dos gastos com as políticas sociais e a privatização

dos serviços⁷ e, no aspecto ideológico, a difusão das ideias neoliberais com a cooptação e desmobilização dos sindicatos, incidem diretamente não só nas condições materiais de reprodução da classe trabalhadora, mas também na dimensão subjetiva, na consciência, na forma de perceber a si e aos outros.

Essas transformações, bem como seus impactos na realidade têm impacto direto na forma de produção do espaço. Se esse processo de desenvolvimento do capital com o espraiamento da ideologia neoliberal favorece a reprodução de um espaço abstrato, alienado, como já sinalizado, a ação dos sujeitos, a construção e organização da luta evidenciam que se há esse espaço abstrato construído pelo capital, há também um espaço social, que é cotidianamente construído pela classe trabalhadora.

Segundo Lefebvre (2006) o espaço social é o lugar das relações sociais de produção e dominação. O lugar onde as pessoas se relacionam, constroem vínculos, lutam cotidianamente por sobrevivência, se organizam. Onde as contradições do capital se manifestam, portanto, o lugar em que a luta de classes se realiza.

Assim, é possível afirmar que o espaço é o lugar da contradição em que os sujeitos se relacionam e lutam em defesa de interesses distintos. Como apontado, a grande maioria da população brasileira reside nas cidades. Ou seja, é nas cidades que se dão também a maioria dessas lutas.

É partindo dessa compreensão, que abordaremos a seguir o contexto em que emerge o processo de construção de um movimento que tem se destacado nas lutas das cidades, na construção desse espaço social e no enfrentamento da lógica capitalista de produção do espaço, o MTST.

1.2 Realidade Brasileira a partir da década de 1990: governos, políticas e lutas

O MTST é um movimento social que surge em meio ao processo de implantação do neoliberalismo no Brasil e que, ao longo dos anos, tem construído uma trajetória de luta nas cidades brasileiras.

Para compreender essa trajetória de luta é necessário retomar o contexto em que ocorre o surgimento e desenvolvimento do MTST na realidade brasileira. Para isso,

⁷ A nova CLT – Consolidação das Leis do Trabalho entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017 e traz diversas alterações na lei trabalhista, e representa, dentre outros, a intensificação desse quadro de mudanças no mundo do trabalho que atacam diretamente as condições materiais e subjetivas de reprodução da vida da classe trabalhadora. A nova CLT encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>.

retomaremos brevemente o cenário político brasileiro que precede o surgimento do MTST e buscaremos expor esse contexto em diálogo com o processo de desenvolvimento do movimento.

O início da década de 1990 foi marcado, apesar das conquistas decorrentes das lutas da década passada, pela vitória de Fernando Collor (1990-1992) que representou neste contexto a perpetuação dos interesses das frações da burguesia dominante. A vitória da direita nessas eleições impediu a ameaça à permanência de um projeto de desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses do capital mundial.

A política adotada no Governo Collor seguiu rigorosamente as diretrizes do Consenso de Washington, que visava a implementação de medidas de ajuste neoliberais. No Plano Collor, que se caracteriza como um conjunto de estratégias econômicas para controlar a inflação, anunciado em 1990, as medidas que se destacaram foram: a mudança do signo da moeda, a desindexação geral, reformulação dos mercados cambiais, com a criação do dólar livre para as operações de exportação, importação e transações financeiras, programa de privatização, de desregulamentação e reforma administrativa (GENNARI, 2001).

Esse conjunto de alterações no contexto econômico em consonância com as imposições dos organismos internacionais para as políticas sociais dos países em desenvolvimento contribuíram para o agravamento dos problemas em torno da moradia (BONDUKI, 2008).

As medidas adotadas ao longo da história no Brasil para o enfrentamento da questão habitacional, nunca foram, de fato, para o seu enfrentamento, porque este implica a ruptura com a propriedade privada, pilar do capitalismo, mas sempre foram paliativos que combinaram dinamização da economia e legitimação da ordem (HIRATA; OLIVEIRA, 2012).

Deste modo, durante o governo Collor (1990-1992), no setor habitacional foi lançado o Plano de Ação Imediata para Habitação – PAIH. Este plano propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas. A meta que não foi alcançada, o prazo foi estendido, o valor calculado para as obras foram superados e as unidades habitacionais não continham condições mínimas de saneamento e infraestrutura (BOTEGA, 2008).

Assim como na área habitacional, os impactos das medidas adotadas pelo governo neste período se estenderam a diversas áreas e, ao contrário das motivações de sua implementação, provocaram forte recessão econômica, elevação dos índices inflacionários, deterioração dos serviços públicos, aumento da taxa de desemprego e arrocho salarial.

O movimento sindical foi essencial no processo de articulação e mobilização das massas na construção do impeachment do Presidente Fernando Collor. Neste processo do impeachment do Presidente Fernando Collor, alguns movimentos desempenharam papel fundamental. Dentre eles o Movimento Ética na Política, que reuniu pessoas do movimento sindical, dos partidos, das ONGs, das universidades e tinha como intuito a deposição do presidente, por atos de corrupção, por meio das vias democráticas. Teve enorme relevância nessas lutas a favor do impeachment, o movimento “caras pintadas” protagonizado pelos estudantes organizados na União Nacional dos Estudantes – UNE (GOHN, 2011).

As políticas de ajuste vieram acompanhadas de um cunho ideológico que visavam legitimá-las entre a classe trabalhadora, a fim de que esta as visse como necessárias e como o único caminho possível para superação da crise.

Essa ofensiva ideológica do capital tem rebatimentos significativos na organização dos trabalhadores, que passam a priorizar o imediato à construção de outro projeto societário (MOTA, 1995). Como materialização desse processo, em 1991 é criada a Força Sindical, comprometida com o projeto neoliberal e a defesa de um pacto social. Essa central contou com o apoio financeiro e político do governo Collor, de empresários e da mídia (BOITO JR, 1996).

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, que desde sua origem tinha uma posicionamento comprometido com o enfrentamento ao capital, com uma perspectiva classista, assume um novo direcionamento nas suas lutas, aderindo à proposta de negociação, de um sindicalismo propositivo (idem). Tanto a CUT como o PT, a partir desse momento, passam a estruturar suas ações numa perspectiva distinta da que os originaram. Apesar da adesão de alguns elementos da agenda neoliberal, no governo Collor e nos dois governos do Fernando Henrique Cardoso, a CUT ainda conseguiu ter uma postura crítica frente a esses governos (DURIGUETTO, 2008).

Outros movimentos e iniciativas também tiveram destaque nos anos iniciais da década de 1990, como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida - que contou com a participação de diversos setores da sociedade civil para o combate à fome - movimentos dos desempregados, de categorias profissionais, movimento feminista, movimento LGBTTI, movimento negro e diversas manifestações e movimentos culturais da juventude, movimento indígena e ambiental (GOHN, 2011). Também teve uma atuação de destaque nesse período o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, que permaneceu na luta, realizando ocupações, marchas, congressos e atividades de formação e resistência mesmo em meio ao cenário coercitivo e repressivo do governo.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o processo de implantação das políticas de ajuste manifestas dentre outras na liberalização e privatização se intensificaram. A política governamental e econômica tornaram-se reféns do capital financeiro internacional. De acordo com Tavares (2000) na década de 1990, entrou no Brasil um montante crescente de capital estrangeiro que foram investidos na aquisição de empresas públicas e privadas nacionais.

Os principais negócios foram as operações de privatização dos setores de energia elétrica (US\$ 34,3 bilhões) e de telecomunicação (US\$ 26,4 bilhões). O setor financeiro foi o terceiro grande negócio, com cerca de US\$ 18 bilhões de aquisições por bancos estrangeiros. Estes estão entrando no mercado brasileiro não apenas para "concorrer" com os bancos nacionais, mas também para garantir patrimonialmente as relações de crédito que mantêm com as grandes empresas, sobretudo as internacionais (TAVARES, 2000, s/p).

Neste processo de privatização, uma parcela significativa do patrimônio público foi entregue ao capital estrangeiro, as empresas privatizadas foram liberadas da obrigatoriedade de comprar insumos no Brasil provocando o desmonte de parte do parque industrial nacional impactando diretamente no aumento do desemprego e no desequilíbrio da balança comercial (BEHRING, 2011).

Atrelado a essa ênfase nas privatizações da previdência social e ao desprezo das conquistas expressas na Constituição de 1988, sobretudo no que se refere à seguridade social, o governo FHC foi fortemente marcado pela repressão aos movimentos sociais. Isto pode ser verificado nas medidas utilizadas para conter a greve nacional dos petroleiros em 1995, já no início do seu governo. O conjunto dessas medidas provocaram na realidade brasileira, o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e a intensificação das expressões da questão social.

No que se refere às mudanças no mundo do trabalho: a flexibilização, a informalização, a subcontratação e o desemprego, seus impactos foram vivenciados tanto na materialidade como na dimensão subjetiva, na forma de ser da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). Estes processos provocam a competitividade entre os trabalhadores, o que dificulta no seu reconhecimento enquanto sujeitos de uma mesma classe.

Essas mudanças não se restringem ao mundo trabalho, atingindo as diversas áreas e aspectos da vida social, nas relações pessoais e de trabalho, nas condições de sobrevivência, nas formas de organização, dentre outras.

Outro elemento que complementou esse ataque direto às condições de sobrevivência da classe trabalhadora foi a nova configuração das políticas sociais. Os direcionamentos do FMI e do Banco Mundial para os países periféricos no que tange às políticas sociais era para a constituição de políticas focalizadas. A focalização das políticas sociais também contribuiu para a concorrência entre a classe trabalhadora para a disputa no enquadramento dos programas de transferência de renda. Além da concorrência, esse direcionamento das políticas sociais favorece a desmobilização de processos de organização, já que o requisito para ter acesso à política é a manutenção da pobreza e da miséria (DURIGUETTO, 2008).

A desresponsabilização do Estado e a transferência de serviços e políticas para a sociedade civil também constitui esse quadro de ataques à classe trabalhadora. Essa transferência, culpabiliza o indivíduo por uma condição de desigualdade que é inerente ao sistema capitalista e despolitiza o debate acerca da política social.

No que se refere a habitação, ao assumir a presidência da república, em 1995, Fernando Henrique Cardoso retoma os financiamentos com os recursos do FGTS e reestrutura o Sistema Financeiro de Habitação, deixando a política habitacional subordinada à Secretaria de Política Urbana do Ministério de Planejamento e Orçamento.

Durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram criadas a Carta de Crédito Individual e a Carta de Crédito Associativa, direcionadas para pessoas físicas e o Programa Pró-Moradia que tinha o intuito de urbanizar áreas precárias. Embora tenha apresentado alguns pontos positivos no que tange à habitação, esses programas não foram suficientes para a criação de uma política habitacional e nem para a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda (BONDUKI, 2008).

De 1995 a 2003, os recursos destinados a população com renda superior a 5 salários mínimos foram de 78,84%, enquanto as famílias que recebiam menos de 3 salários mínimos recebiam apenas 8,47% dos recursos destinados para habitação (BONDUKI, 2008, p. 80).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997 foi criado Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI. Esse sistema não foi criado para substituir o SFH, mas para complementá-lo. Os objetivos do SFI eram: diminuir a intervenção estatal, aumentar a flexibilização dos financiamentos imobiliários, estimular o crédito imobiliário, incentivar novos empreendimentos habitacionais e a extensão da alienação fiduciária (BOTELHO, 2007).

De modo geral, é possível afirmar que no governo do FHC as políticas voltadas para a habitação foram reduzidas, sendo as populações mais pauperizadas as maiores prejudicadas (BONDUKI, 2008). Isto se evidencia na permanência dos altos índices do déficit habitacional que revela a ineficiência dos programas para o enfrentamento da questão habitacional.

De acordo com Bonduki (2008), as medidas e intervenções do Estado brasileiro na realidade urbana e habitacional nunca conseguiram provocar uma transformação efetiva nas camadas de menor poder aquisitivo. E isto se manifesta na

[...] permanência de um elevado *déficit* habitacional concentrado na baixa renda depois de décadas de política habitacional, impulsionada pelo governo federal, [o que] evidencia o fracasso dos programas públicos e a incapacidade dos mecanismos de mercado para o enfrentamento do problema. (BONDUKI, 2008, p. 82).

Nos efeitos gerais provocados entre os caminhos escolhidos pelo governo e o processo de construção e desenvolvimento das lutas, outro elemento relevante é a nova configuração assumida pelos conselhos. Os conselhos de direitos foram resultado de um processo de luta da classe trabalhadora que tinha como intuito a ampliação da democracia e a participação da sociedade civil nos espaços institucionais (DURIGUETTO; SOUZA FILHO, 2011). A garantia dos conselhos na Constituição de 1988 foi uma conquista, mas o contexto econômico e político - caracterizado pela implementação das políticas neoliberais e na área social pela redução dos investimentos em políticas sociais - posterior a Constituinte, conferiram aos conselhos uma nova configuração.

Essa nova configuração assumida pelos conselhos é resultado da apropriação das bandeiras de luta da classe trabalhadora pelo Estado, o qual passa a utilizar os conselhos como um instrumento para a implementação das medidas neoliberais e como um meio de cooptação dos movimentos sociais (HIRATA; OLIVEIRA, 2012).

Numa análise acerca dos movimentos sociais de luta por moradia na Grande São Paulo na década de 2000, Hirata e Oliveira (2012) evidencia como que os conselhos são espaços restritos de participação e decisão que, além de não permitir um ganho efetivo no que diz respeito às pautas de luta do movimento favorecem a desmobilização e desarticulação de seus partícipes.

Segundo as autoras, essa desmobilização ocorre, em primeiro lugar, porque tendo como espaço de luta os conselhos, as outras estratégias e táticas de luta são secundarizadas e em certa medida abandonadas e, em segundo, porque sob a ilusão de ter encontrado um

caminho para canalizar suas lutas, não só limitam suas ações a este espaço como dentro dos próprios conselhos sua ação e possibilidade de intervenção são limitadas.

Neste sentido, vemos que o apelo à participação pôde conter o caráter fortemente contestatório que estes movimentos vinham apresentando em fins da década de 1990, acomodando suas demandas dentro das possibilidades sugeridas pelos aparelhos, ou seja, os impactos dos conflitos sociais têm sido atenuados e amortecidos pela ‘blindagem institucional’ dos conselhos (HIRATA; OLIVEIRA; 2012, p. 399).

O avanço do terceiro setor e a privatização de serviços públicos são estratégias que possibilitam a transferência do fundo público para o setor privado. Este processo de desresponsabilização do Estado e do emprego de dinheiro público na iniciativa privada também contribui para a desmobilização e desarticulação das lutas dos trabalhadores, pois, a partir do momento em que os direitos e os serviços públicos passam a ser geridos e oferecidos pelo setor privado e pelo terceiro setor elementos como a benesse e o favor passam a se sobrepor à noção de direitos, reforçando uma lógica capitalista de culpabilização dos sujeitos pelos processos que são resultados da sociabilidade do capital.

Este processo incide para além da materialidade. Ou melhor, conforma uma visão de mundo coerente com esse processo, em que a focalização, a privatização não se restringe ao âmbito das políticas sociais, mas se espalha para a forma de viver da classe trabalhadora.

Essas transformações no mundo do trabalho e na configuração do Estado trazem aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora, novos desafios. E, ainda que não nas mesmas proporções da década de 1980, a década de 1990, também foi cenário de várias lutas e manifestações.

No que se refere ao período do governo do FHC (1995-2002), de acordo com os dados do DIEESE (2009) somente em 1995, ano do início do primeiro mandato, foram realizadas 1056 greves. Em 1996 esse número cresce, registrando 1242 greves. Nos anos seguintes, há uma diminuição do número de greves que vai até 1999. Em 2000 esse número sofre um aumento significativo, que não se mantém em 2001 e 2002. Neste período, também se destacou a atuação dos servidores públicos, com a realização da greve das universidades federais, organizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, em 2001, que durou 108 dias (ANDES, 2014).

Além das lutas sindicais neste período, também houve, em 1999, a Marcha dos 100 mil em Brasília, que foi uma manifestação que aglutinou os próprios sindicatos, os partidos e movimentos sociais na luta contra as medidas adotadas pelo governo FHC e contra a corrupção nos processos de privatização. No que se refere aos movimentos sociais do campo,

o MST se destacou por sua atuação combativa e de enfrentamento pautada na realização de ocupações.

Em 2000, a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, contou com a participação de 15 mil militantes, na luta por melhores condições de vida das mulheres do campo, no combate à discriminação e violência. Neste mesmo ano, o movimento indígena, na denúncia aos massacres e a usurpação de terras teve uma atuação significativa, por meio da realização de uma marcha que contestava a versão do descobrimento do Brasil e a exploração e discriminação dos povos indígenas, movimento que ficou conhecido como “Brasil: outros 500”. Neste cenário de lutas, o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM também contribuiu com a realização de diversas ocupações (LEHER, et al, 2010). Esses movimentos foram duramente criminalizados durante o governo FHC (1995-2002).

Ter no poder um representante das lutas sociais, dirigente do movimento sindical representava um cenário favorável à atuação dos movimentos sociais. No entanto, na medida em que chegou ao governo, o distanciamento dos interesses da classe trabalhadora, a qual se dizia representar foi aumentando significativamente. Os representantes do povo ascenderam ao poder e, ao ascenderem passaram a defender os interesses do capital financeiro (ANTUNES, 2004).

Se a expectativa era de que o governo Lula da Silva (2003-2010) seria favorável aos movimentos sociais, a realidade foi inversa. Não só não foi favorável como colocou na ordem do dia mais desafios aos movimentos sociais.

Os primeiros anos do governo Lula da Silva foram marcados pela continuação do neoliberalismo implantado desde o governo Collor, baseado numa política econômica conservadora que evitou o conflito com o capital.

Singer (2012) ao fazer uma análise dos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e dos anos iniciais do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) utiliza o termo lulismo para denominar a política de conciliação de classes – redução da pobreza e manutenção da ordem - que foi o modelo que orientou as ações desses governos.

As condições para o programa de combate à pobreza viriam da neutralização do capital por meio de concessões, não do confronto. A manutenção da tríade juros altos, superávits primário e câmbio flutuante faria o papel de acalmar o capital. De outro lado, a simpatia passiva dos trabalhadores, para quem a ativação do mercado interno e a recuperação do mercado de trabalho representavam benefícios reais, garantiu a paz necessária para não haver radicalização (SINGER, 2012, p. 110).

É nesta direção que Singer (2012) afirma que o lulismo foi uma revolução passiva. Não na tentativa de transpor na realidade brasileira conceitos forjados em outros momentos históricos, mas na busca de uma análise que permita a compreensão da conjuntura brasileira. Aqui a revolução passiva entendida

ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes) (COUTINHO, 1999, p. 198).

A realização deste processo de revolução passiva não acontece pela primeira vez como um caso isolado na história do Brasil. Pelo contrário, em todas as transformações na realidade brasileira houve grande empenho das classes dominantes para impedir que as transformações fossem realizadas por meio da organização dos movimentos das classes subalternas. Assim, embora as lutas e os movimentos sociais desempenhem fundamental importância na história do Brasil, os momentos decisivos da trajetória brasileira foram determinados pelas classes dominantes que combinaram o consenso e a coerção na realização das reformas (COUTINHO, 2011).

Este processo impacta diretamente na cultura, nas formas de organização, na construção das lutas e na própria forma de ser da classe trabalhadora. A partir do momento em que a classe trabalhadora repetidamente é impedida de participar como autora da sua própria história das decisões acerca dos rumos do país, mais desafios são colocados aos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores.

Isto fica bastante evidente neste último processo de “revolução passiva” manifestada no projeto de conciliação de classes dos governos do PT, que apresentou aos trabalhadores um papel principal, mas que, na verdade, foram contratados como coadjuvantes. Ou seja, as promessas de ser um governo do povo e para o povo não foram cumpridas, mas o pouco que se fez na dimensão material da classe trabalhadora por meio desse sistema de conciliação de classes provocou efeitos perversos na dimensão subjetiva.

Um dos elementos que podem nos auxiliar na compreensão desses impactos na dimensão subjetiva é o próprio significado desse projeto de conciliação. Conciliar o capital e o trabalho, a burguesia e a classe trabalhadora é dizer aos trabalhadores que é possível um equilíbrio entre as demandas. É afirmar que não há motivos para lutar, porque não há mais

inimigos a vencer, pois todos, trabalhadores e capitalistas estão ganhando, estão se beneficiando.

A desconstrução desse processo ideológico é um desafio aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora, porque em tempos de conciliação do inconciliável é necessário recuperar o sentido e a direção da luta que se faz a partir da realidade concreta, do cotidiano. É nesta direção que buscaremos compreender como que neste contexto de ataques às dimensões materiais e subjetivas da classe trabalhadora é possível que as trabalhadoras e os trabalhadores tenham uma visão crítica acerca da realidade. Em outras palavras, como a luta cotidiana do MTST contribui para uma visão de totalidade que se contraponha a uma consciência fragmentada e alienada própria do capitalismo.

Esse processo de revolução passiva e de conciliação de classes, de acordo com Singer (2012) só foi possível porque havia uma conjuntura econômica internacional favorável que permitiu a adoção de políticas voltadas para o combate à miséria e para o desenvolvimento do mercado interno sem o confronto com o capital.

No Brasil, a crise econômica mundial de 2008 incidiu de forma contraditória. “Em um primeiro momento, pelo movimento de fuga dos investimentos no centro do sistema, beneficiou as formações sociais da periferia do capital imperialista para, em um segundo momento, arrasá-las no altar do sacrifício da queima de capitais” (IASI, 2017, p. 421). Foi exatamente entre esses dois momentos que o PT, por meio de um crescimento precário constituiu uma base material para o pacto social, sob uma imagem de aparente estabilidade.

Iasi (2017) afirma que os caminhos escolhidos pelos governos do PT, contenção de gastos, equilíbrio fiscal e monetário, reforma da previdência, foram sustentados pela manutenção de um “presidencialismo de coalizão”⁸. O que não significa uma eventualidade no percurso de chegada à presidência, mas “uma expressão de um compromisso de classe coerente com o desenvolvimento da estratégia adotada e o momento de sua implementação” (p. 422).

A vitória eleitoral de 2002, já foi fruto do pacto social, marcado pela presença dos interesses do capital monopolista e da ampliação das alianças e do rebaixamento programático do programa de governo, expresso no abandono das lutas centrais contra o monopólio, o latifúndio e o imperialismo (IASI, 2017).

⁸ Presidencialismo de coalizão se fundamenta pela formação de uma bancada de sustentação no Congresso Nacional tendo por moeda de troca o oferecimento de cargos no Executivo, da negociação de emendas orçamentárias e financiamento de campanhas dos partidos e parlamentares aliados (LIMONJI; FIGUEIREDO, 1998, apud, IASI, 2017, p. 422).

O pragmatismo, a aliança com a burguesia monopolista, o abandono dos eixos centrais do programa democrático popular em nome de uma mera democratização da sociedade e do Estado burguês e, por fim, a restrição do horizonte da ação governamental aos marcos intransponíveis da ordem econômica e política burguesas, são expressões da adequação – e consequente de formação – da Estratégia Democrática Popular às condições reais de exercício do poder governamental (IASI, 2017, p. 424).

O caminho escolhido pelo PT não era o único possível. Mas a sua opção configurou o rebaixamento da estratégia adotada, que se expressa de forma mais evidente na governabilidade pelo alto. O seu projeto inicial de construção do socialismo foi substituído pela completa submissão às regras do jogo, não só no campo político e jurídico, mas também dos fundamentos econômicos do capital.

O acúmulo de forças, agora tendo por centro o exercício do governo, continuaria através de políticas sociais compensatórias, valorização do salário mínimo, incentivo ao crédito para consumo e uma certa manutenção dos níveis de emprego. Evidente que o compromisso macroeconômico com a estabilidade financeira, a chamada ‘responsabilidade fiscal’, limitaria o alcance desse braço do pacto em direção às demandas dos trabalhadores, fazendo do gradualismo, focalização, gotejamento, filantropização, as características da política social implementada. Abre-se mão do combate às raízes da desigualdade em nome do enfrentamento dos efeitos mais agudos da miséria absoluta (IASI, 2017, p. 426).

Este direcionamento político foi eficiente para a manutenção do PT na presidência por três mandatos consecutivos, para formação de uma base eleitoral constituída pelos segmentos mais pauperizados, para o isolamento da esquerda, que resistia à conciliação de classes e para o apassivamento dos movimentos sociais, segmentos mais atuantes da classe trabalhadora (IASI, 2017).

É válido ressaltar, que ao identificar esse processo de apassivamento dos movimentos sociais, decorrente da atuação do governo Lula da Silva em seus mandatos, não significa que não houve mobilização e enfrentamento por parte da classe trabalhadora durante esse período. Várias lutas foram travadas neste contexto. Dentre elas é possível citar a greve realizada pelos servidores públicos contra a Reforma da Previdência em 2003, as mobilizações dos sindicatos dos metalúrgicos, dos bancários, dos petroleiros. Neste mesmo ano, o MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT fizeram uma mobilização e destruíram uma plantação de milho transgênico da Monsanto, em Ponta Grossa no Paraná, em protesto contra os transgênicos e a dominação do agronegócio. E, ao longo da década de 2000 diversas manifestações e atos

foram realizados contra o agronegócio, os transgênicos e em defesa da reforma agrária (LEHER, 2010).

Em 2004, a CUT realizou manifestações em diversas localidades do país, no “Dia Nacional de Mobilizações e Lutas” contra a política econômica adotada pelo governo. Manifestações foram organizadas pelas centrais sindicais em defesa da redução da jornada de trabalho, atos construídos pelas centrais sindicais junto aos movimentos sociais reivindicando o investimento em políticas sociais e contra as demissões que estavam acontecendo em decorrência da crise. Além das lutas no campo sindical outras lutas ganharam destaque nesse período:

a) os trabalhadores desempregados organizados no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); e b) os movimentos por moradia, como as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em 2007, que organizou 5 mil pessoas em passeata até o Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), em São Paulo, reivindicando moradia popular. Nesse ano, os movimentos de luta por moradia realizaram uma série de manifestações em 15 cidades de 14 estados, no Dia Nacional da Reforma Urbana. Em 2008, 5 mil pessoas ligadas ao MTST realizaram marcha para reivindicar moradia em São Paulo. Ainda nesse ano, organizados no Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), entidades como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o Fórum Nacional de Reforma Urbana e Fóruns Estaduais e Regionais pela Reforma Urbana protagonizaram a Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade. Em 2009, o MTST realizou quatro ações simultâneas no estado de São Paulo (região Sudeste), trancando rodovias e vias públicas em São Paulo, Campinas, Guarulhos e Osasco, no contexto da mobilização nacional contra o desemprego e por políticas populares contra crise (LEHER, 2010, p. 57).

Ganhou destaque nesse período também o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, as mobilizações contra a política econômica, o imperialismo dos Estados Unidos, a dominação e imposições dos organismos internacionais, FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio – OMC. Manifestações contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, contra a transposição do Rio São Francisco, contra o pagamento da dívida externa, contra a reforma da previdência, a reforma universitária e, em defesa de políticas públicas, dentre elas a política de cotas no ensino superior, bandeira de luta do Movimento Negro. O movimento LGBTTI, também teve papel relevante no período do governo Lula da Silva, com a realização de atos em defesa dos direitos e contra a violência vivenciada pelos gays, lésbicas, travestis e transexuais (LEHER, 2010).

A política de conciliação adotada pelo governo Lula da Silva, de manutenção e reforma do neoliberalismo, acompanhada de pequenas concessões às reivindicações da classe trabalhadora e a inserção de militantes em cargos do governo, favoreceram a manutenção das lutas no campo reivindicativo, sem uma organização que, de fato, se opusesse ao projeto neoliberal (idem, *ibidem*).

No que concerne à questão urbana e à habitação, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, podemos citar a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, que se consolida como um importante momento na história da política urbana e habitacional brasileira, exatamente porque após a extinção do BNH, o Ministério é o primeiro órgão que trataria a questão urbana de modo articulado.

O Ministério das Cidades foi criado com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades. (BONDUKI, 2008, p. 96).

O Ministério das Cidades se apresenta como uma tentativa de reorganização da política urbana e habitacional que buscou produzir novos marcos regulatórios para as políticas que incidem no planejamento urbano (DUMONT, 2014).

Dentre as conquistas neste processo de formulação e implementação dessa nova política habitacional, é possível ressaltar a construção da participação e do controle social da política urbana, que pode ser identificada na formação do Conselho Nacional das Cidades, e, na construção das Conferências Nacionais que foi resultado de um processo de mobilização das bases, nos diversos municípios do país. Essa construção contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, o poder público em suas três esferas, movimentos sociais, sindicatos, universidades, institutos de pesquisa e ONGs. A realização das conferências representa assim, a superação de uma política limitada a ação do Governo Federal (BONDUKI, 2008).

No que se refere as suas limitações e fragilidades, um grande desafio se encontra na própria efetivação dessa participação e na questão institucional. A Caixa Econômica Federal é responsável por gerir os recursos do FGTS. Embora a política habitacional seja compromisso do Ministério das Cidades, a Caixa, está subordinada ao Ministério da Fazenda e, é ela quem

define as aprovações dos pedidos de financiamento e acompanha os empreendimentos. (BONDUKI, 2008).

Neste cenário, outra medida adotada foi o lançamento em 2007 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visava a articulação de recursos públicos e privados. O programa é constituído em cinco blocos: 1) Investimento em Infraestrutura; 2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; 3) Melhora do Ambiente de Investimento; 4) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário e 5) Medidas Fiscais de longo prazo. A distribuição dos investimentos se concentrou em três eixos: logística, energia elétrica e Infraestrutura social e urbana.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva o programa que se destacou também foi o Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009. A meta inicial do programa era a construção de um milhão de moradias para o atendimento de famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos. Além disso, o programa tinha como objetivo a abertura de postos de emprego e o aumento de investimentos no setor da construção como resposta à crise econômica mundial de 2008.

Não diferente dos outros programas, no Minha Casa Minha Vida o protagonista ainda permanece sendo a iniciativa privada, de modo que 97% do subsídio público é direcionado às construtoras privadas e apenas 3% é destinado às entidades (cooperativas, movimentos sociais). Essa predominância da esfera privada concentrou os investimentos na faixa de 3 a 10 salários mínimos, deixando a faixa de 0 a 3 salários mínimos em que se concentra o maior déficit habitacional sem o investimento necessário (FIX; ARANTES, 2009).

Além disso, essa estrutura do programa reforça e reproduz a lógica capitalista da produção do espaço, o que se evidencia na construção dos conjuntos habitacionais em regiões cada vez mais distantes das regiões centrais, sem a infraestrutura adequada no que concerne à saúde, educação, transporte. E, além disso, exclui as populações que são alvo, ou pelo menos deveriam ser, do processo de formulação e execução das políticas urbanas.

Com a eleição da presidente Dilma Rousseff em 2010, o PAC sofre algumas alterações e é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento PAC II, que passa a ser organizado em seis eixos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e luz para todos, transportes e energia (DUMONT, 2014).

O lançamento desses programas evidenciam as contradições e impasses da política urbana e habitacional brasileira, pois, os próprios eixos em que se estruturam o programa apontam a existência e permanência da produção e reprodução das desigualdades. Neste sentido, Rolnik, em sua análise dos 10 anos do Estatuto das cidades afirma que:

o aumento de disponibilidade de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano nos anos recentes – notadamente o PAC e o programa Minha Casa Minha Vida - não redundou no estímulo para a adoção de nenhuma medida de política fundiária – à exceção de mais instrumentos jurídicos de regularização de assentamentos informais – em seu desenho. (ROLNIK, 2011, p. 12).

Este processo acerca da questão urbana e habitacional indica os rumos da luta que é necessária continuar travando. Como alerta Rolnik (2011), são velhos temas e novos desafios.

No governo da presidenta Dilma Rousseff os desafios aos movimentos sociais se intensificaram. A ausência de diálogo, de abertura à negociação foram características preponderantes no que diz respeito à relação com os movimentos sociais. Antes de sinalizar alguns elementos necessários para a compreensão do processo de luta dos movimentos sociais no governo da presidenta Dilma Rousseff voltemos ao cenário de sua vitória.

Quem não se lembra da festa em que se anunciava a vitória de Dilma Rousseff, lado a lado com Lula, Ruy Falcão e as eminências pardas dos partidos coligados (PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB), os abutres prontos para cobrar os interesses do grande capital ali envolvido? Nenhum movimento social, nenhum partido de esquerda, nenhum sindicato presente, apenas os “novos companheiros” que mostravam que a brincadeira acabava ali. Ou seja, que a próxima gestão Dilma seria antipopular e bem mais austera em termos econômicos e políticos (PINASSI, 2015, p. 7).

Esta constatação da autora, acerca da ausência dos movimentos sociais na vitória da presidenta Dilma Rousseff já sinalizava como seria o posicionamento do governo frente aos movimentos sociais. Posicionamento que se evidenciou também durante as Jornadas de Junho de 2013. Essas manifestações foram alvo de intensa repressão e criminalização de tal modo que a Organização das Nações Unidas – ONU enviou ao Estado brasileiro um documento solicitando explicações sobre o “uso excessivo de força policial” nas manifestações de junho.

No documento, a ONU questionava quais as bases legais para a utilização de tamanha repressão aos movimentos sociais, o que estava colocando em risco e violando os direitos humanos. Além do uso da força e da violência, houve um número elevado de prisões de manifestantes, fato que também foi questionado pela ONU nesse mesmo documento. As respostas do governo brasileiro, de acordo com a ONU, nunca chegaram.

Se por um lado as Jornadas de Junho foi este cenário de horror, violência e repressão, por outro ela faz emergir, após um longo período de transformismo e apassivamento das lutas

sociais, vivenciado durante os governos do PT, um novo ciclo de lutas na conjuntura brasileira (ANTUNES, 2013).

Na análise das manifestações de junho de 2013 Arcary (2013, p. 362) afirma que elas “foram politicamente caóticas, controvertidas, imprecisas, ambíguas e confusas”, mas que identificar isso não significa desqualificar o seu significado. E o cenário de lutas dos anos seguintes confirmam o legado das Jornadas de Junho de 2013.

De acordo com o balanço do DIEESE, em 2013, foram realizadas 2.050 greves, que corresponde a um aumento de 134% em relação a 2012, ano em que foram registradas 877 greves. Não foram divulgados os números das greves referentes aos anos seguintes (2014, 2015, 2016 e 2017), mas aconteceram várias manifestações contra os gastos da Copa do Mundo, greves em diversos setores como dos trabalhadores da construção civil, com a paralisação das obras das hidrelétricas de Belo Monte e Jirau, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e dos estádios para a Copa do Mundo, greve dos metroviários, dos rodoviários, dos garis, dos professores e servidores da educação pública, dos bancários, dos metalúrgicos, de motoristas e cobradores em várias cidades brasileiras.

Em 2016 as manifestações contra a Medida Provisória 746⁹ e contra a PEC 241¹⁰ que tiveram na ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas sua principal forma de luta. Conforme os dados divulgados pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, 1154 unidades de ensino foram ocupadas, dentre elas escolas, institutos federais e universidades.

Ainda neste cenário de resistência podemos citar as mobilizações por moradia, as lutas dos indígenas e quilombolas, as ações do Fórum contra a privatização da Saúde, a defesa dos direitos dos LGBTTI e do movimento feminista e diversos protestos contra o golpe. Vários atos, paralisações, manifestações e greves em 2017 contra as reformas do governo Temer e por eleições gerais diretas. Greve Geral realizada no dia 28 de abril em todos os estados brasileiros com a adesão de vários setores, centrais sindicais, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, vários movimentos sociais e diversos segmentos públicos e privados. A manifestação #ocupabrasília no dia 24 de Maio que reuniu, de acordo com a Frente Povo Sem Medo, 150 mil pessoas. Outras manifestações que estão sendo articuladas em todos os

⁹ A Medida Provisória 746 promove alterações na estrutura do Ensino Médio. Dentre essas mudanças podem ser citadas: a implementação de escolas de ensino médio integral, aumento da carga horária, aproveitamento de conteúdos do ensino médio no ensino superior, a contratação de profissionais sem licenciatura e a divisão do currículo entre o conteúdo comum e assuntos específicos (línguas, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica) que deverão ser escolhidos pelos alunos. Esta medida entra em vigor em 2018.

¹⁰ A Proposta de Emenda Constitucional 241, conhecida como PEC do Teto de gastos, tem como objetivo congelar e limitar os gastos sociais, saúde, educação, assistência social e previdência por 20 anos. Essa proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado e entrará em vigor em 2018.

estados, como a que já aconteceu no Rio de Janeiro dia 28 de maio com a presença de 100 mil pessoas e a greve geral em 30 de junho.

Se este quadro de ascensão das lutas no campo da esquerda encontrou nas Jornadas de Junho a energia necessária para a construção dessas mobilizações não foi diferente nos setores da direita (MATTOS, 2015). Manifestações também foram organizadas no campo da direita, sobretudo na defesa do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Essas manifestações da direita, também encontraram nas Jornadas o seu ímpeto.

Há uma relação evidente entre as jornadas de 2013 e a direita nas ruas em 2015. Junho de 2013 abriu uma nova conjuntura no que diz respeito à dinâmica da luta de classes. O esforço para mobilizar forças sociais em torno de pautas reacionárias é, em grande medida, a resposta de determinados setores das classes dominantes ao temor despertado pelas “jornadas de junho” e pelo que veio depois” (MATTOS, 2015, s/p).

Por um lado, as pressões dos trabalhadores por meio das manifestações e mobilizações em torno das mínimas condições necessárias para reprodução da vida. Por outro, a implantação das medidas de administração da crise.

Este cenário político provocou uma indefinição nas classes dominantes (IASI, 2017), esta, começou a questionar a capacidade do governo de conduzir este contexto de crise, o que colocaria em xeque seus interesses.

O desfecho do processo, com o alinhamento das frações da classe dominante a favor do impedimento da presidente, deve ser compreendido de maneira mais detida. Pesou nesse alinhamento a capacidade de a oposição de direita manter ações de desestabilização que combinaram manifestações de massa, iniciativas parlamentares, judiciais e midiáticas, criando um clima de estabilidade, convencendo a grande burguesia monopolista de que a manutenção do governo do PT não seria mais um fator de estabilidade; ao contrário, seria a causa da permanente instabilidade política” (IASI, 2017, p. 428).

Esse processo de articulação da direita culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 e consequentemente na posse de Michel Temer como presidente da República.

Michel Temer tem aplicado, desde sua posse, de forma rápida e profunda todas as medidas exigidas pelo grande capital, e, em menos de um ano, conseguiu retroceder décadas de luta dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. A este cenário de retrocesso, de ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores, de avanço do conservadorismo, resistências têm sido criadas. A conjuntura traz desafios, mas também possibilidades. A intensificação das

lutas é uma delas. Mas, para que essas lutas possam de fato contrapor-se à agenda de contrarreforma é necessário uma unidade de ação (DURIGUETTO; DEMIER, 2017).

Pinassi (2015) ao analisar a conjuntura e a luta dos movimentos sociais na segunda década do século XXI afirma que eles não surgem como movimentos anticapitalistas necessariamente, mas que

Seu maior trunfo é que dessa maneira pouco ortodoxa vão desnudando os limites cada vez mais estreitos do capital que, na atual quadra histórica, não pode, nem quer atender às reivindicações mais elementares da classe, como seria de se esperar em épocas mais favoráveis. Por isso mesmo, esses movimentos têm sido alvo de repressão policial ostensiva, de criminalização, e seus manifestantes submetidos a condenações sumárias. Somente desse modo o Estado se dispõe a controlá-los (2015, p. 80).

Esta análise permanece válida e atual e pode ser verificada em todas as manifestações que vem ocorrendo nas cidades brasileiras. É certo que as questões aqui colocadas são de um contexto muito recente e de um processo que está em curso. Assim, não pretendemos esgotar ou apresentar uma caracterização detalhada dessa conjuntura, mas trazer alguns pontos que podem auxiliar na compreensão das lutas sociais neste período.

1.3 Um breve resgate da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST

Apreender a gênese de um movimento social é sempre um desafio. Primeiro, porque antes de sua apresentação concreta há todo um processo de formação que perpassa tanto o contexto como a trajetória e as condições dos sujeitos que o formaram e que na captura de sua história, muitas vezes não é possível reproduzir estes componentes em sua real configuração. Segundo, que as fontes disponíveis nem sempre trazem informações suficientes para a compreensão dessa história.

As pesquisas realizadas por Lima (2004), Cassab (2004), Goulart (2011) evidenciam que a origem do MTST é relatada em versões e interpretações diferentes. O que é compreensível, visto que diferentes sujeitos participaram do processo de modo diferenciado, o que produz visões e percepções distintas acerca de um mesmo processo.

De acordo com as autoras supracitadas, a origem do movimento é contada por seus membros a partir de duas percepções. Uma, que está relacionada com uma estratégia do MST do estado de São Paulo, e a outra que é parte de um processo espontâneo vivenciado a partir da Marcha Nacional por Emprego, Reforma Agrária e Justiça, realizada em 1997.

Segundo os depoimentos apresentados no trabalho de Lima (2004), o surgimento do MTST está vinculado com um contexto específico vivenciado no Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo, pelo MST. Essa região era uma área de muitos conflitos, grande parte das terras são públicas e foram griladas estando sob o controle da burguesia agrária.

Diante dos impasses vividos pelo MST nesta realidade, começou um processo de reflexão e análise acerca da luta na cidade, já que, o movimento também vinha observando a mudança no perfil dos integrantes do movimento, que aglutinava pessoas que não tinham condições de viver nas cidades, mas que não gostariam de ir para o campo (FERNANDES apud LIMA, 2004).

Outra vertente afirma que a gênese do MTST está relacionada com a realização da Marcha porque, por meio desta atividade do movimento foi possível identificar a realidade das cidades brasileiras e a necessidade da organização dos trabalhadores na área urbana. “Tornou-se possível sentir e observar quão volumosa era a pobreza urbana, conhecendo de perto os destinos do êxodo rural, que lança os trabalhadores do campo diretamente às precárias condições de vida nas favelas e periferias urbanas” (FERREIRA, 2003, p. 5).

Os elementos e fatos que explicam o surgimento do MTST são sempre relacionados ao MST. Tanto a realidade do Pontal como a Marcha Nacional vincula o MTST a um processo estratégico de luta identificado pelo MST, de criar uma frente de resistência nas cidades. Identificada essa estreita relação do MST com o MTST em sua origem, torna-se necessário compreender como se dá essa relação na atualidade.

O MTST é filho do MST né, e como todo filho que aspira por autonomia, em algum momento tem que cortar o cordão umbilical, e isso foi feito lá atrás. Então nós criamos um caminho autônomo e a relação com o MST é na unidade da luta, pra além disso não temos nenhum tipo de relação. Tá com o movimento pelo que a gente chama no registro de unidade na luta, contra a reforma da previdência, tamo junto! São esses os nossos vínculos atuais, o movimento surgiu do MST, de uma tentativa do MST de replicar no âmbito urbano as experiências de luta no âmbito rural. Isso no primeiro momento não deu certo, porque pelas diferenças de ambiente, a atuação na periferia urbana requer mediações próprias e em algum momento o MST oficialmente avaliou que seria difícil compatibilizar luta rural com luta urbana e não deu maiores consequências para essa inserção e aí militantes que avaliam que a luta urbana era estratégia indispensável continuaram insistindo e aí precisaram tomar um caminho autônomo e tomaram e construíram o MTST, isso lá atrás (BRITTO, 2017)¹¹.

¹¹ Felipe Brito é Doutor em Serviço Social, professor na Universidade Federal Fluminense e militante orgânico do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST atuando na coordenação estadual e nacional do movimento. As informações aqui contidas são frutos da entrevista concedida por Felipe Brito a Daniela de Carvalho Ciriaco no dia 27 de março de 2017, no Rio de Janeiro.

A primeira experiência de ocupação do MTST ocorreu em Campinas, com 800 famílias que ocuparam uma área próxima ao trevo da Bosch. A ocupação foi denominada de Parque Oziel e em pouco tempo o número de famílias atingiu 5 mil (CASSAB, 2004; PINTO, 2005).

Com esse grande número de moradores, incluindo os trabalhadores desempregados, os aposentados, as mulheres em atividades informais e os que sobreviviam de “bicos”, o perfil dos sem-teto do Parque Oziel incluía cerca de 10 a 15% de metalúrgicos e alguns professores desempregados que deixaram as casas de aluguel na tentativa de diminuir os gastos mensais (GOULART, 2011, p. 22).

Apesar das dificuldades de infraestrutura, dado o elevado número de famílias e as condições concretas de permanência no espaço que não contava com água, esgoto, iluminação e serviço de coleta de lixo, as alternativas foram sendo construídas, os professores começaram ensinar as crianças, o projeto de agricultura de subsistência foi construído e atos públicos foram realizados (GOULART, 2011).

A escolha da cidade de Campinas foi pelo número elevado de terrenos ociosos e de famílias sem moradia e, além disso, era um lugar estratégico para uma primeira ocupação visto que não tinha movimentos que se organizavam para defesa da moradia. Assim, a cidade de Campinas foi o espaço propício para a primeira ocupação e para a formação inicial de militantes do contexto urbano, já que este era um novo cenário de atuação que apresentava novas demandas e desafios, exigindo o conhecimento e apropriação das especificidades dessa realidade como: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio do urbano” (BENOIT, 2002, p. 141).

Os anos seguintes foram marcados por intensos trabalhos, o movimento se aproximou da realidade urbana de São Paulo chegando a cidades como Guarulhos, Osasco e Diadema. Foram construídos seminários de formação e trabalhos de base em algumas cidades da região metropolitana. Esse período contou com a participação intensa do MST, no que se refere à formação e disponibilização de militantes. Essa realidade permaneceu até 2000, momento em que o movimento alcança outros estados, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Rio de Janeiro (CASSAB, 2004).

Neste mesmo ano o movimento iniciou um trabalho de base na cidade de Guarulhos o que mais tarde desencadeou na ocupação de 250 mil m² da periferia desta cidade por 200 pessoas. Em menos de três semanas esse número chegou a 12 mil, constituindo o

acampamento Anita Garibaldi, que foi de enorme relevância para o histórico do MTST, dada as proporções territoriais e a quantidade de famílias alcançadas.

Este acampamento, diferente de outras realidades, não sofreu com processos de despejos e reocupações, mas ainda assim, trouxe uma série de questões que indicaram a forma de organização no espaço urbano e evidenciou a complexidade das relações neste âmbito.

Durante alguns anos o movimento perdeu a direção do acampamento, apesar de terem militantes morando lá não conseguiam impor os direcionamentos necessários e organizar as famílias. Segundo Miagusko (2008) esse processo ocorreu devido à venda de casas de pessoas que fizeram parte de todo o processo de ocupação. “Uma aliança entre o tráfico e os políticos locais impunha esse comércio e passou a ditar as regras de justiça no local” (p. 212).

Anos mais tarde o MTST com uma nova configuração, não mais sendo coordenação da totalidade da área ocupada “retoma o Anita” que pode ser considerado um bairro com vários serviços públicos em funcionamento. Assim, em 2009 o Encontro Estadual do MTST foi realizado em uma creche localizada dentro do Anita como forma de dar um novo sentido a atuação do movimento naquele lugar. Neste encontro foi avaliado o processo de estadualização do MTST e aprovada a nacionalização, que já vinha sendo pensada desde 2007 (GOULART, 2011).

Os episódios das ocupações seguintes foram marcados pela repressão e violência policial. Como processo de regionalização os militantes iniciaram o trabalho em Osasco em 2002 e São Bernardo do Campo em 2003. A primeira, nomeada Lamarca sofreu cinco despejos, esperaram em luta cerca de nove anos e em 2003 reocuparam uma região no bairro Novo Osasco e 200 famílias que estavam no processo de luta desde o início conseguiram se estabelecer nesse espaço. Em 2008 o prefeito assinou um termo assegurando a construção das moradias.

Em São Bernardo do Campo a ocupação aconteceu em um terreno da Volkswagen, a ocupação iniciou com cerca de 300 famílias e foi aumentando gradativamente. No entanto, as negociações não ocorreram na mesma velocidade. O governo estadual e municipal foram intransigentes e não apresentaram nenhuma abertura para o diálogo e em quatro dias de ocupação foi expedida a liminar autorizando a reintegração de posse. Os advogados do movimento conseguiram suspender a liminar e, enquanto isso o MTST solicitou a intervenção do presidente Luís Inácio Lula da Silva por meio do ministério das cidades, o que não garantiu nenhuma conquista ao movimento.

Sem acordos ou possibilidade de negociação, restava apenas esperar a reintegração de posse. Em 5 de agosto, três juízes da 3ª Câmara do 1º Tribunal da Alçada Civil do Estado acolheram o pedido da Volkswagen e concederam reintegração de posse, aceitando a contestação da empresa que afirmava que o exercício da posse seria comprovado pelo ‘cerceamento da área e pela vigilância do terreno por guardas armados’ (MIAGUSKO, 2008, p. 34).

O despejo de 4 mil pessoas foi realizado sem qualquer forma de negociação e com a presença de “oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos” (MIAGUSKO, 2008, p. 35).

Depois disso, a luta ainda continuou. A busca por um espaço para abrigar as famílias foi realizada na ocupação da praça pública com o intuito de pressionar o setor de habitação do município. Com muita tensão e depois de muita luta foi cedido um espaço da quadra da escola de samba da Gaviões da Fiel para abrigo das famílias. Isto, em certa medida não representa ganhos significativos para o movimento, visto que era somente um paliativo e as famílias continuavam sem perspectivas acerca de sua moradia.

Esta realidade vivenciada pelo movimento possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de condições necessárias para o fortalecimento do MTST. Diante da situação de despejo enfrentada nas últimas ocupações, o movimento seguiu construindo suas ações, fazendo formação, elaborando um programa e pensando estratégias de luta.

Em Taboão da Serra, 2005, a ocupação Chico Mendes teve início. O terreno era de uma cooperativa habitacional que faliu e não entregou os apartamentos aos compradores e respondia processos judiciais por essa razão. Além de apresentar dívidas de impostos com a prefeitura. O acampamento atingiu 1300 famílias e já apresentava uma estrutura organizativa interna mais elaborada, com a valorização e criação de espaços de cultura e formação mais definidos. É no acampamento Chico Mendes que O processo de reflexão e construção do movimento se materializa. De acordo com Goulart (2011, p. 44) “Mudou o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram”.

Depois de uma série de ações o movimento conseguiu uma negociação com o governo federal por meio do Ministério das Cidades, o que resultou em um acordo que previa a construção das casas pela Caixa Econômica Federal. Com o município foi acordado, para resolver a situação imediata das famílias, a disponibilização de 250 bolsas-aluguel. De fato, a efetivação desse processo levou muito tempo. Se antes as instâncias de negociação não estavam acessíveis e abertas ao diálogo e negociação, nesse momento se inicia uma nova

forma de resposta que não apresenta conquistas concretas ao movimento, mas que se caracteriza como um arrastamento de processos burocráticos (GOULART, 2011).

No acampamento João Cândido ocorreu processo semelhante. Em Itapeverica da Serra, 2007, 500 famílias ocuparam um terreno comprado por duas empresas em leilão pelo Banco do Brasil. O número de famílias chegou a 3000 mil nos meses seguintes de ocupação. O processo de articulação e organização interna e externa foi intensa, mas a negociação com a prefeitura e o Estado não obteve saldos positivos ao movimento.

As ocupações do movimento foram crescendo e no período de 1997 a 2010 somente no estado de São Paulo foram realizadas 14 ocupações (GOULART, 2011). Atualmente o movimento está presente São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rondônia e Tocantins, e, segundo Brito (2017) a proposta de nacionalização do movimento ainda está em curso e a perspectiva é de expandir ainda mais o movimento, especialmente no nordeste.

A partir desse breve relato das primeiras ocupações do movimento torna-se necessário responder a seguinte pergunta: O que é o MTST? De acordo com as informações contidas no site, o MTST é um movimento que organiza trabalhadores a partir do espaço em que vivem, por isso se define como um movimento territorial.

O MTST é um movimento que se insere em favelas e congêneres, que é o nome que a gente dá pra esses espaços das periferias urbanas, que se insere, que mergulha de cabeça nesses espaços, com o objetivo de contribuir com a mobilização de quem passa o perrengue diário do problema habitacional, morar em área de risco, morar de favor, a instabilidade de morar de favor gera muito sofrimento pras famílias que vivem essa situação e quem tá sufocado pelo aluguel, basicamente são esses três componentes do problema habitacional, do perrengue habitacional que milhões de pessoas sofrem diariamente, então o ponto de partida do movimento pra criar uma luta política é esse, estimular a mobilização organizada de pessoas que padecem desse problema diariamente (BRITO, 2017).

Antes de prosseguir com os objetivos do movimento, é necessário saber quem são essas famílias que ingressam no MTST, que vivenciam cotidianamente essa realidade habitacional. Constituem a base social do movimento: “Uma massa de mulheres e homens que passam pelo perrengue habitacional” [...] “uma massa de trabalhadores precarizados, informalizados e desempregados, agora cada vez mais desempregados porque o desemprego tá voltando a bombar, portanto com relações instáveis no trabalho” (BRITO, 2017).

A moradia aparece como um objetivo do movimento, mas a sua luta não se restringe a ela. Isto se dá, porque a compreensão do MTST acerca da moradia é uma visão ampla, da

totalidade do sistema capitalista. Na página oficial do movimento os objetivos aparecem ainda mais claros e definidos, permitindo o entendimento preciso da direção que o movimento possui e do que se deseja alcançar.

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive os nossos direitos. Apenas uma minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores. Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. Ou seja, a realização efetiva do princípio de que só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores. Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado. (MTST, 2016).

Sobre o processo de construção dos meios e estratégias para o alcance desses objetivos, Brito (2017) apresenta uma análise que permite compreender as possibilidades de atuação do movimento na atualidade, uma prática no presente que vislumbre e ao mesmo tempo construa meios que auxiliem na superação da estrutura social vigente.

O MTST não é um movimento imediatamente anticapitalista, entendido aqui, que a maioria das práticas do movimento não são imediatamente anticapitalista, mas é um movimento que por fazer um trabalho de base intenso tem uma capilaridade popular em conseguir mobilizar um setor da população, o setor da classe trabalhadora, que dificilmente seria mobilizado por outras vias. Nós conseguimos produzir algumas sementes, alguns germes interessantes de contestação à ordem e produzimos experiências, aí assim concretas e imediatas de enfrentamento à especulação imobiliária, ao Estado. Então assim, apesar de não ser um movimento imediatamente anticapitalista pela capacidade de mobilização e luta, reúne condições muito interessantes de contestar, de tencionar, de criticar na prática o Estado e boa parte do que propõe o mercado especialmente nessa área do mercado que é estratégica, que é a área da construção civil e da mercantilização do espaço (BRITO, 2017).

Outro elemento que vale ser ressaltado é a relação do MTST com o Estado. De modo geral, a relação entre o Estado e os movimentos sociais sempre foi e continua sendo muito

complexa, marcada pela cooptação, repressão e institucionalização das lutas. Tendo em vista essa complexidade o posicionamento do movimento em relação ao Estado é de enfrentamento.

Ainda no âmbito dessa relação com o Estado, torna-se necessário situar o posicionamento do movimento no que diz respeito ao Programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que desde seu lançamento, em 2009, vem ganhando destaque no cenário brasileiro.

O Minha Casa Minha Vida, o MTST tem uma formação cristalina em relação ao minha casa minha vida, uma formação crítica. Avalia que o minha casa minha vida foi um programa desconectado de uma proposta de reforma urbana, de três formações estruturais do espaço urbano que devem incluir a questão habitacional, se abstrair a questão habitacional de um conjunto de medidas urbanas gera efeitos colaterais muito complicados [...] o único grande programa antes do minha casa minha vida foi o BNH, que a rigor foi um programa de crédito habitacional que acabou se voltando pra classe média então num país com essas características de formação urbana baseada em especulação, em segregação, quando você tem um programa que implementa subsídio de mais de 90% pra faixa populacional que sofre mais, que padece com o problema habitacional, isso tem que ser considerado, então é possível compatibilizar essa crítica frontal ao minha casa minha vida reconhecendo essa dimensão, o que tem de inédito no minha casa minha vida são os subsídios, então o movimento faz ocupação pra pressionar o Estado pra construir moradia pro povo, a forma do Estado construir moradia pro povo é o minha casa minha vida, que foi recentemente, não tem outro caminho de pressão e negociação que não esse, então o que o movimento fez foi aliar muita combatividade pra tentar encontrar possibilidades e brechas no minha casa minha vida pra atuar foi quando nós conseguimos alargar o escopo da modalidade entidades do minha casa minha vida que a modalidade entidades no minha casa minha vida nasceu muito acanhada e infelizmente continua acanhada mas ampliou um pouco o escopo, graças à luta do MTST especialmente ela possibilita uma autonomia dos movimentos sociais que possuem um entidade cadastrada na caixa econômica federal pra elaborar projetos participativos, gerenciar esse projeto e acompanhar as construções e até fazer auto construção quando a escala for menor (BRITO, 2017).

A moradia, neste sentido, é um meio pelo qual se busca construir poder popular para a construção de outro tipo de sociedade. É partindo da realidade concreta de inúmeras famílias que moram nas periferias das cidades brasileiras, do conjunto de ausências e negações vivenciadas cotidianamente que o MTST se organiza. Sobre o processo de mobilização das famílias a partir da questão habitacional é possível afirmar que:

O problema habitacional gera um nível de sofrimento e instabilidade muito radical, uma coisa básica, moradia [...] pelo nível de instabilidade e sofrimento, isso tende a remover inseguranças, a remover desconfianças, que

é o que faz com que essas pessoas que nunca imaginariam tá num ato na Rio Branco ou ocupando a avenida Paulista, ou antes ocupando um terreno vazio em frente a casa dela. Nunca imaginariam, nunca vislumbrariam. Quando passam por um terreno vazio que tá lá há três décadas quatro décadas, usado para todo o tipo de coisa nefasta, violência contra a mulher, descarte de automóvel, tá lá um terreno vazio, instrumento de especulação, tá lá, e aí vai lá uma turma e ocupa aí essas pessoas com perrengue de moradia olham tanto o terreno vazio, quanto a ocupação do terreno vazio e a sua transformação em outra coisa. Quer dizer, a destinação daquele terreno pra algo útil, ainda assim as pessoas olham para aquele terreno com insegurança e com desconfiança, não se identificam com aquilo e o papel do MTST é esse: é persistir, é ser desobediente, é ser insistente, usando uma série de técnicas pra que haja essa identificação. Pra que aquelas pessoas percebam que não tem outro caminho pra resolver o problema habitacional, ou vai ficar submetido à tapeação cíclica da politicagem, fisiológica, de promover e não cumprir, ou vai ficar mofando nos cadastros oficiais, ou incorpora essa dimensão da organização da sua vida cotidiana que é uma dimensão básica, como eu preciso disso, vou lutar por isso, só que eu não posso lutar sozinho, ou sozinha, tenho que lutar com muitos outros, então eu vou lutar por isso com as minhas forças, mas organizado com outros porque sozinho eu não consigo. É isso que o MTST faz. Isso é produzir desvio de rota (BRITO, 2017).

Toda construção do movimento com as famílias parte dessa realidade objetiva, a moradia. A luta por moradia comporta um conjunto de outras lutas: transporte, saúde, educação, etc. E, mais que isso. A luta não somente por aquilo que é oferecido, mas por tudo aquilo que se deseja construir. O acesso não à cidade como ela se encontra e é na realidade, mas por uma que possa ser construída de acordo com os interesses e necessidades dos trabalhadores (HARVEY, 2014). Assim, a reforma urbana aparece como outra bandeira de luta do movimento.

As cidades em que vivemos são divididas por grandes muros invisíveis. De um lado está a cidade dos ricos, com muito luxo, universidades, hospitais, onde tudo funciona bem. Lá só entramos pela porta dos fundos e pelo elevador de serviço. Do outro lado do muro estão as periferias, onde falta tudo. Aqui, o governo só aparece com a polícia para nos humilhar e reprimir. A nossa Reforma Urbana é derrubar estes muros (MTST, 2016).

Como mencionado anteriormente, embora esses sejam os direcionamentos centrais do movimento, esses objetivos se expressam de maneira distinta entre os membros do movimento. Há inúmeras famílias que ingressam no movimento porque essa se apresenta como única alternativa possível diante de um histórico de privações. Assim, a inserção no movimento se dá pela necessidade e possibilidade de ter a casa própria. O que pode ou não significar que continuará a ser o único objetivo ao longo da participação no movimento. Isto enfatiza a importância que o movimento concede à formação política.

Esse direcionamento do fortalecimento da base a partir da formação política é um caminho para a conquista de um horizonte almejado que é a superação de todas as formas de dominação, opressão e desigualdade. Essa orientação faz parte de um conjunto de medidas para a construção de um projeto de sociedade distinto do que está posto.

Não só os objetivos revelam o que se pretende alcançar com o movimento. Conhecer a forma como um movimento social se organiza interna e externamente possibilita identificar se há no presente a construção do fim esperado, se a forma de organização atual é compatível com o novo a ser construído.

O MTST se organiza orientado por seis princípios. De acordo com o movimento, princípios são ideias valiosas que não podem ser abandonadas ao longo da luta. Esses princípios são: 1) Unidade na ação e liberdade na discussão: é um direcionamento que permite a discussão e a construção de um espaço em que diferentes posições podem ser explicitadas e debatidas buscando o melhor caminho possível para uma ação conjunta; 2) Decisão coletiva e responsabilidade individual: as decisões são tomadas coletivamente, mas as ações e tarefas podem ser divididas, cabendo a cada um realizá-las e apresentá-las ao grupo; 3) Só decide quem atua: as pessoas que ingressam no movimento precisam assumir tarefas, pois só faz sentido que permaneçam se estiverem dispostas a construir coletivamente; 4) Disciplina militante e valores socialistas: um posicionamento coerente com os direcionamentos do movimento, buscando sempre combater a reprodução de ideologias opressivas e discriminatórias; 5) Transparência nas relações: as diferenças, as posições precisam ser respeitadas e tratadas com transparência nos diversos espaços propostos pelo movimento; 6) Construção de poder popular: este princípio se expressa em duas questões – a autonomia e a formação política. A autonomia significa que as decisões são tomadas pelos militantes do movimento e não por membros externos ou pelo Estado. A formação política é o compromisso que o movimento tem de formar continuamente trabalhadores para assumir responsabilidades dentro da organização do movimento (MTST, 2016).

Além disso, outra questão que vale ser pontuada é a construção do poder popular que aparece como princípio e como objetivo. A proposta da construção do poder popular nesses dois momentos revela a ênfase que o movimento concede a esse processo. Essa importância é fruto da compreensão da realidade determinada pelo capitalismo. Autonomia, consciência, formação política, dentre outras são questões estrategicamente deturpadas na sociedade atual. Assim, a construção do poder popular, a disciplina e os valores socialistas, a construção coletiva não só se apresentam como princípios norteadores, mas também como germes, sementes de um futuro diferente que está sendo construído no presente.

Tendo como base os princípios, o MTST se estrutura internamente em três coletivos, são eles:

a) Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) – tomam as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país.
 b) Coletivos Organizativos (Setores) – tomam as decisões e executam tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST. De acordo com o site do movimento atualmente os setores são:

- Formação Política – responsável pela formação dos militantes.
- Negociação – responsável pela relação com o Estado.
- Organização – responsável em garantir o funcionamento coletivo.
- Autodefesa – responsável pela segurança da organização.
- Autossustentação e Finanças – responsável em desenvolver iniciativas de financiamento, pela organização dos recursos e prestação de contas.
- Comunicação e Simbolismo – responsável pelos canais de divulgação do MTST e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias.
- Trabalho Comunitário – responsável pela relação com as comunidades.

c) Coletivos Territoriais (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) – organiza o trabalho territorial do MTST na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla. (MTST, 2017).

Além dessa estruturação interna, a ocupação é a forma central de ação do movimento. É certo que a realização das ocupações não acontece de maneira homogênea em todas as localidades, é feita uma análise das particularidades e especificidades de cada local, mas ainda assim o movimento possui algumas metas a serem cumpridas na realização das ocupações. Essas metas são: Formação de novos militantes: o objetivo do movimento não é que as ocupações sejam realizadas e organizadas somente pelos membros do movimento, mas que por meio da ocupação as pessoas sejam formadas e despertadas para a militância; Organização e mobilização coletiva: busca promover a construção de espaços que priorizem as decisões coletivas; Territorialização: as ocupações são realizadas em espaços estratégicos que em alguma medida provoca o incômodo do poder público e referências nas comunidades. A ocupação acontece durante um período limitado, por mais que seja de longa duração ela irá ter um fim que muitas vezes pode não ser a conquista esperada e por meio dessa referência

construída pelo movimento o trabalho de formação pode continuar após o término da ocupação.

Assim, o horizonte das ocupações realizadas pelo movimento é a construção de uma nova sociabilidade, não só a conquista de moradia e resultados imediatos, mas a construção de um processo que extrapole as condições, ou ausência delas impostas pelo capitalismo.

Por que fazemos ocupações? Alguns companheiros respondem: “Para conseguir moradia!”. Mas é só isso que queremos? Ficaremos satisfeitos se, daqui há 10 ou 20 anos, olharmos para trás e vemos apenas um monte de conjuntos habitacionais? De nada adianta conseguirmos moradias e a vida continuar do mesmo jeito, com o capitalismo impondo suas leis. Por isso, a ocupação tem para nós um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formarmos novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com união e organização – temos poder de enfrentar este sistema. (MTST, 2016).

A ocupação, além de estratégia para pressionar o Estado é o principal instrumento de aproximação com as famílias, de formação política, de construção da luta coletiva. Acerca do papel da ocupação no processo de luta do movimento:

O MTST precisa da ocupação porque é a ocupação que é capaz de acionar a superação daquela insegurança que é compreensível entre aquelas pessoas que foram marcadas pela vida manifestam. É na ação que se produz experiências que removem essa insegurança e que fazem com que a dimensão de atuar por conta própria e por outros passa a ser cotidiana, incorporar no cotidiano de organização da vida essa dimensão [...] É a ocupação que produz esse desvio de rota, a ocupação que tira do apassivamento (BRITO, 2017).

Conhecer a dinâmica que o movimento utiliza para se organizar, bem como quem são os sujeitos que o constroem, as lutas travadas, os objetivos e os fundamentos que direcionam a prática é fundamental para compreender no atual cenário quais as possibilidades e caminhos que podem ser trilhados tendo em vista a noção de que outra realidade é possível. E, essa construção de um novo possível perpassa a atuação em um presente de luta que inicia com o acesso à informação e formação.

Este presente de luta é um desafio porque exige desconstruir elementos que fazem parte da história brasileira, não como casualidade, ou determinação da natureza, mas como escolhas e caminhos de mulheres e homens ao longo do tempo. Construir a luta é romper, ainda que inicialmente, com o papel de subalternidade que historicamente foi conferido a nós, enquanto país e enquanto classe trabalhadora de um país capitalista dependente.

Isto nos leva a reconhecer quão importante é a perspectiva de totalidade, pois, ela nos permite olhar para o objeto de análise desta pesquisa de modo que as relações e conexões com o processo histórico sejam observados e considerados, já que, falar sobre as contribuições da formação política que a luta possibilita aos sujeitos que constituem o MTST é afirmar mais uma vez, diferente do que simbolicamente nos apresenta o projeto de conciliação de classe, que não há conciliação entre oprimidos e opressores, entre explorados e exploradores, entre trabalhadores e capitalistas.

Este processo é uma luta no presente contra as marcas que permanecem desde o passado. Hoje, a própria bandeira de luta do MTST nos demonstra isso. Se hoje a moradia ainda é uma pauta de luta é porque ela está intimamente vinculada à estrutura desse sistema do capital. Então, falar de moradia, de formação política, de consciência crítica é também necessariamente falar de capitalismo, de subordinação e de produção do espaço. É partindo dessas relações que daremos sequência à discussão retomando o debate acerca dos movimentos sociais, na tentativa de melhor compreender esses atores que são fundamentais no processo histórico da humanidade.

CAPÍTULO 2 – CATEGORIAS EM DEBATE

O objetivo desta pesquisa, como já sinalizado, é compreender como a inserção no MTST contribui para a formação de uma consciência crítica acerca da realidade, identificando assim, se com a participação no movimento houve mudanças na forma de ver e pensar a si mesmo, a realidade em que vivem e o mundo.

Para atingir o objetivo proposto, além do processo de investigação na realidade concreta dos sujeitos que constituem o movimento é preciso construir uma base teórica que dê os fundamentos necessários para construção da análise. Assim, para entender qual a contribuição do MTST no âmbito do processo de formação da consciência é necessário compreender o que se entende por consciência. Mas, mais que isso. É preciso entender como a estrutura da sociedade capitalista atua nessa consciência.

Deste modo, traremos ao debate algumas categorias e conceitos fundamentais para compreensão dessa estrutura da sociedade capitalista – classe e luta de classes, trabalho e alienação, consciência “em si e para si”, emancipação política e humana e cotidiano - e de como essa estrutura é responsável pela formação de uma consciência alienada da realidade e, ao mesmo tempo, como é possível, nessa mesma sociedade a formação de uma outra consciência, uma consciência crítica, capaz de perceber a totalidade da vida social e, diante disso, construir possibilidades de ação.

A fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do caminho teórico e metodológico escolhido, apresentaremos as categorias em itens para fins unicamente didáticos, visto que compreendemos que nenhum desses elementos que serão abordados podem ser compreendidos de forma isolada.

2.1 Classe e Luta de classes

A luta de classes é um tema abordado por Marx no Manifesto do Partido Comunista em 1848. Qual a relevância desse tema passados 170 anos? Por que continua sendo tão atual e necessário para compreensão da realidade contemporânea? Antes de respondermos essas questões é necessário explicitar qual a perspectiva que orienta a concepção de classe.

De acordo com Mattos (2007), Marx e Engels constroem tanto sua análise como sua prática a partir da questão da classe. E a elaboração acerca de classe de Marx e Engels surge da análise que o proletariado seria uma nova força política que desenvolveria um papel fundamental na luta pela construção de uma sociedade sem exploração.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 84).

A afirmação de Marx e Engels permite-nos inferir que a classe não é algo dado, mas é um processo pelo qual é possível tornar-se. Nesta direção, temos a contribuição de Thompson (2004) que afirma que classe não é uma coisa estática, mas uma relação histórica advinda de uma organização social que constrói uma estrutura específica e determina os papéis sociais. Assim, a classe não se define somente pela determinação desses papéis, mas por todo o processo histórico.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 2004, p. 12).

Para o autor a classe se torna classe exatamente nas relações humanas e nos contextos históricos, de tal modo, que a classe é sempre “encarnada em pessoas e contextos reais” (ibid, p. 9).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [herdadas ou partilhadas] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [e geralmente se opõem] dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 2004, p. 10).

Essa articulação da identidade dos interesses de um grupo indica a existência de outros interesses distintos e opostos. Logo, como nos alerta Bensaid, (1999, p. 149): “Não há classe senão na relação conflitual com outras classes”. Ou seja, a existência da classe pressupõe a existência de contradições, de antagonismos, de interesses distintos.

As classes não são uma produção própria da sociedade capitalista. “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada” (MARX; ENGELS, 2008, p. 7).

De acordo com a afirmação de Marx e Engels a existência das classes precede o sistema capitalista. Entretanto, é na sociedade burguesa, que as classes, as condições de opressão e as formas de luta ganham novas formas. Assim contribui Mattos (2009) “No capitalismo, essa divisão da sociedade em classes assumiu formas mais avançadas, pois que cada vez mais desnudas das mediações não econômicas e mais subordinadas à lógica da mercadoria” (p. 63).

Na sociedade capitalista as classes se concentram em dois grupos distintos de acordo com o lugar que ocupam na produção. “Os que detêm os meios de produção, a burguesia e aqueles que vendem a sua força de trabalho, o proletariado” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

É certo que o debate, assim como a própria realidade das classes e a luta de classes é muito mais complexo, mas a princípio, essa caracterização embora insuficiente já sinaliza o terreno dessas relações de produção.

Com a compreensão da complexidade dessas relações de produção decorrentes do processo de expansão e ampliação do capital, Lenin afirma que:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social. (LENIN, s.d., p. 504).

É correto afirmar que a concepção de classe está completamente atrelada à própria dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Assim, quanto mais complexas são as relações sociais de produção decorrentes do processo de ampliação do capital, mais complexa se torna a questão das classes.

A partir da compreensão dessa relação, bem como das breves reflexões apresentadas acerca das classes é possível prosseguirmos a discussão com a seguinte indagação: O que é luta de classes? Marx e Engels (2008) inicia o Manifesto do Partido Comunista afirmando que a “A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história da

luta de classes” (p. 7). Como já mencionado a existência da classe pressupõe a existência de outras classes. Na sociedade, a relação entre essas classes não se dá de forma harmoniosa, pacífica e equilibrada.

A sociedade capitalista está alicerçada em uma contradição: a contradição capital x trabalho. Desta contradição central decorrem diversos conflitos e inúmeras questões que se expressam, sobretudo, pela desigualdade socioeconômica. Esses conflitos são frutos da defesa de interesses distintos e antagônicos. Ou seja, a luta de classes é a disputa das classes pela conquista de seus interesses.

Desse modo, à medida que essa sociedade se complexifica, complexificando as relações de trabalho, as condições de produção, provocando a intensificação da contradição capital trabalho, mais se complexifica a luta de classes. Isto, porque os conflitos não se restringem a uma classe com a outra, mas, no interior de uma classe, diversas são as divergências e os desafios a serem vencidos dada a complexidade do mundo do trabalho e dos impactos que este produz no processo de organização e formação da consciência dos sujeitos (ANTUNES, 2011).

É por este motivo, que para compreender como a inserção no MTST contribui para uma transformação dessa consciência é necessário compreender que tipo de consciência a sociedade capitalista produz e como é possível transformá-la, isso requer a abordagem da estrutura de funcionamento desse sistema.

Como sinalizamos, a sociedade capitalista está fundada sobre a contradição capital x trabalho. Nesta relação o trabalho encontra-se subsumido ao capital. Ou seja, está subordinado, sujeito ao capital. E este, utiliza do trabalho para obter o lucro almejado.

De acordo com Marx (1985) há duas formas de subsunção do trabalho ao capital. A subsunção formal, que tem por pressuposto a dissociação do trabalhador, o produtor direto, dos seus meios de produção. Este processo torna o trabalhador um assalariado, que está, portanto, subordinado ao capital, ao capitalista detentor desses meios de produção.

O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece (...). É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. (...) O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se

exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (MARX, 1985, p. 94-95).

Na subsunção formal, como apontado por Marx, não há alterações no processo de trabalho, pois, ele ainda continua dependente das habilidades do trabalhador. “A execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo do seu instrumento” (MARX, 1983, p. 269).

No que se refere à tecnologia empregada no processo é possível afirmar que não há diferenças no processo de trabalho no modo de produção capitalista em relação ao feudalismo, por exemplo. Entretanto, este mesmo processo de trabalho efetuado no feudalismo, assume, no capitalismo, uma particularidade, que é a sua subordinação ao capital.

Com o avanço da tecnologia e desenvolvimento das forças produtivas, a subsunção se torna real. Se na subsunção formal, o trabalhador ainda possuía controle do seu processo de trabalho e este ainda necessitava das suas habilidades, na subsunção real, este processo produtivo é modificado, não é o trabalhador que constrói seu trabalho, são as máquinas que determinam o que o trabalhador deve ou não fazer.

Na subsunção real ao capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 1985, p. 105).

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia possibilitou a formação de um processo de trabalho propriamente capitalista, caracterizado pela substituição do trabalhador pela máquina. Esta transformação no processo de trabalho é que permite o maior avanço do capital, pois com a substituição do trabalhador pela máquina há uma redução nos gastos com a força de trabalho, tanto pela diminuição de trabalhadores necessários para a produção, quanto pela baixa do valor dos salários decorrente do aumento do desemprego, o que possibilita um aumento dos lucros do capital.

Essa alteração no processo de trabalho, além dos efeitos materiais provocados na realidade da classe trabalhadora é responsável pelo processo de coisificação do trabalhador, da separação deste do seu objeto, o que atinge diretamente a dimensão subjetiva, a forma de ser e estar no mundo e o lugar que nele ocupa.

A unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho [na manufatura], o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo *estranho* e *coisificado*, (...) as formas sociais de seu próprio trabalho ou as formas de seu próprio trabalho social são relações constituídas de maneira que deles em nada depende; os trabalhadores, subsumidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não lhe pertencem. Enfrentam-nos portanto como *estruturas* do próprio capital (...) distintas da força de trabalho individual, oriundas do capital e nele incorporadas. E isto assume feição tanto mais real quanto mais essas formas modificam a própria força de trabalho – tornando-a impotente para ação autônoma, isto é, fora do relacionamento capitalista, e destruindo-lhe a capacidade autônoma de produzir – e quanto mais as condições de trabalho, com o desenvolvimento da maquinaria, se patenteiam, no plano tecnológico, dominantes do trabalho e ao mesmo tempo o substituem, subjugam e o tornam supérfluo nas formas independentes (MARX, 1980, p. 386).

Como é próprio do capitalismo transformar tudo em coisas, em mercadorias, com o trabalhador não foi diferente. O trabalhador, no capitalismo, nada mais é que uma coisa como a que ele mesmo produz.

É certo que essa alteração no processo produtivo que configura essa relação de subordinação real do trabalho ao capital traz diversas implicações à vida material e subjetiva da classe trabalhadora.

Isto, porque à medida que o capital obtém o controle de todo o processo de trabalho, ele se apropria também da riqueza produzida por este trabalho, sendo destinado aos trabalhadores uma parcela ínfima frente ao montante produzido. Esse processo constitui o que se denomina de questão social, caracterizada pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida (IAMAMOTO, 2004), que se materializa por no conflito e na luta.

Em cada período histórico a questão social se manifesta de diversas formas e várias são também as maneiras de enfrentamento utilizadas para combater suas expressões. Essas expressões da questão social são reais e concretas e impactam diretamente as condições de sobrevivência dos trabalhadores. São alguns exemplos dessas expressões da questão social na contemporaneidade: o desemprego, a pobreza, a miséria, a ausência de acesso à moradia, à saúde, à educação, ao transporte, dentre outros.

Historicamente, em resposta às diversas manifestações da questão social houve inúmeros atos, protestos e diversas formas de resistência e enfrentamento a essas imposições do capital. Essa resistência e enfrentamento é o que se denomina de lutas de classes.

Como questionamos no início desse item, qual é a validade dessa discussão e em que ela contribui na discussão do objeto de estudo aqui proposto?

A partir da década de 1970, com as transformações no mundo do trabalho, bem como seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora e em suas formas de organização, tem início uma série de debates e discussões que argumentam que essas transformações sinalizam a perda da centralidade das classes e do trabalho na explicação da sociedade contemporânea.

Segundo os autores que seguiram essa linha analítica, as transformações no mundo do trabalho provocaram mudanças na composição das classes. Ou seja, a complexidade das relações de trabalho, expressas no trabalho precário, informal, terceirizado, análogo à escravidão, trabalho infantil, dentre outros provoca alterações na constituição das classes e nas suas formas de organização. Estas alterações são de uma complexidade que o conceito de luta de classes e da contradição capital trabalho já não são suficientes. Sobre o surgimento dessa abordagem analítica afirma Mattos (2007):

As teses sobre o recuo da classe na atualidade – intimamente associadas à ideia de perda da centralidade do trabalho – são tentativas de resposta analítica a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo das últimas três décadas, pelo menos. Podemos localizar a origem de tais mudanças na busca do capital por reerguer-se de uma crise estrutural, iniciada nos anos 1970, marcada pelas quedas nas taxas de lucro e crescimento econômico, mas também pelas contestações operárias ao padrão fordista de exploração do trabalho, ocorridas em vários países de desenvolvimento industrial avançado nos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970 (p. 49).

Essa perspectiva de análise da perda da centralidade do trabalho e da classe como sujeito da transformação social é confrontada pela própria realidade. Embora todas as transformações ocorridas no mundo do trabalho tenham provocado mudanças no interior da classe, essa nova diversidade da classe trabalhadora ao invés de indicar o esgotamento do trabalho e das classes como central sinalizam exatamente o seu oposto.

O trabalho infantil, análogo ao escravo, precarizado, terceirizado, informal demonstra que a desigualdade, cerne desse sistema do capital continua intocável. E, são exatamente essas mudanças das relações de trabalho que possibilitam ao capital o seguimento de sua ordem, a sua expansão e maior obtenção de lucros. Este processo expressa ainda que com mudanças e novas configurações, o trabalho bem como as classes e suas lutas não só são válidas para compreender a história como permanecem atuais e reais.

A nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores (MATTOS, 2007, p. 53).

Em tempos de tanta barbárie e retrocesso dos direitos sociais, compreender essas transformações e seus impactos com base na análise de classes se faz urgente e necessário. Primeiro, porque reconhecendo que todas essas transformações são estratégias, respostas do próprio capital para sua perpetuação é possível identificar que o cerne da questão permanece. A contradição capital x trabalho é ainda a base da qual decorrem a expansão do capital e a intensificação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Segundo, porque a partir dessa identificação torna-se possível a construção de ações que possibilitem o enfrentamento das expressões que decorrem das imposições do capital.

É nesta direção que essa discussão é primordial para o objeto de estudo aqui proposto. De acordo com Brito (2017) os sujeitos que compõe o MTST são, em sua maioria, indivíduos que estão desempregados e em trabalhos informais. Esta afirmação além de nos possibilitar identificar e caracterizar esses sujeitos, nos permite inseri-los nessa dinâmica de maior amplitude de funcionamento do sistema. Este movimento de olhar a realidade compreendendo sua totalidade permite acrescentar outras características a esses sujeitos. Se estão em um movimento que tem entre suas bandeiras de luta a questão da moradia é porque não a possuem. A esta privação do direito de morar acrescentam-se muitas outras: o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à alimentação, entre outros. Essa série de privações, como já mencionamos, é produto da relação de subordinação do trabalho ao capital.

Isto significa que o MTST ao compreender essa dinâmica sabe contra o quê e contra quem está lutando. De tal modo que a moradia é apenas uma bandeira de luta que se insere numa luta maior contra esse sistema de exploração e desigualdade. Ou seja, essa análise da totalidade permite conhecer de fato o cerne das questões que se manifestam no cotidiano e, conseqüentemente possibilita melhores condições de construção das estratégias de luta, já que a luta de classe é o único instrumento possível de enfrentamento ao capital.

2.2 Trabalho e alienação

Ao falarmos das classes e de suas lutas já abordamos, de modo geral, algumas particularidades assumidas pelo trabalho no sistema capitalista e como essas especificidades causam impactos diversos nas condições de reprodução da vida social. Como sinalizamos, os rebatimentos dessas transformações no mundo do trabalho se dão tanto nas condições materiais como subjetivas. E é exatamente para compreender um pouco mais acerca da dimensão subjetiva que iremos tecer algumas considerações acerca da relação do trabalho e o homem. Já que, segundo Marx, o trabalho:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985, p. 120).

De acordo com Lukács (1979) o trabalho é uma categoria ontológica do ser social. Ou seja, é o que o diferencia dos outros seres. O homem pode não só utilizar os recursos da natureza para sua sobrevivência como pode transformar essa natureza. Essa atividade planejada para alcançar determinado fim Lukács (ibidem) denomina de trabalho. Segundo Marx

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem [...] No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1985, p. 255-256).

Além de ser um fundamento ontológico do ser social, o trabalho, também constitui o fundamento da liberdade. Liberdade esta que é fruto não de uma necessidade e de uma utilidade, mas da possibilidade de exercer a capacidade de escolha do caminho a ser percorrido para se atingir determinado fim. Este processo é denominado de objetivação. Segundo Netto (1981, p. 56):

[...] a objetivação é a *forma necessária* do ser genérico no mundo – enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim;

já a alienação é uma *forma específica e condicionada* de objetivação (ibid., p.56).

Deste modo, é possível afirmar que o trabalho é o meio pelo qual o processo de objetivação se torna possível. Isto nos permite destacar a dimensão do trabalho como práxis¹², como atividade criadora, em que toda a potência dos homens poderia ser realizada. Mas, como na sociedade capitalista o trabalho assume outros contornos tudo que seria realização se torna fadiga, tormento e alienação. De acordo com Netto (1981, p. 56) “o trabalho, portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila”.

Com a complexificação das sociedades, o trabalho, tido como a relação entre o homem e a natureza se estende, para uma relação dos homens com os homens (LUKÁCS, 1979). No modo de produção capitalista, o trabalho está subsumido ao capital. O trabalhador precisa vender a sua força de trabalho para obter um salário. Essa relação de compra e venda da força de trabalho, o trabalho assalariado, substitui a liberdade própria do trabalho pela exploração e alienação. De modo que

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, isso na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2001, p. 304).

Esse processo de desvalorização dos homens não ocorre apenas no âmbito material, em relação aos salários e a sua força de trabalho, pois, se a consciência é a representação subjetiva de uma realidade concreta e material, e essa realidade material é marcada pela sua desvalorização, coisificação, logo, a sua percepção, a sua visão acerca de si mesmo e de seu lugar no mundo será de uma coisa, de uma mercadoria. E isto porque

O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto. Portanto, quanto maior é essa atividade, tanto mais privado de objeto fica o trabalhador. O que o produto do seu trabalho é, ele não é. Quanto maior, portanto, é esse produto, tanto menos ele próprio é. A *exteriorização* do trabalhador no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também

¹² De acordo com Vázquez (1977, p. 5): “a práxis é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo”.

de que ele existe *fora dele*, independente e *alienado* a ele, e se torna um poder autônomo frente a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado (MARX, 2001, p. 306).

Isto evidencia que a humanidade do homem, sua energia, sua vivacidade, suas habilidades, tudo aquilo que é propriamente da essência humana é roubado. Agora, a mercadoria, as coisas, o produto de seu trabalho é que possui todos esses atributos e ainda o confronta. É a desumanização do humano, para tornar humano aquilo que é coisa.

No entanto, é válido ressaltar que esse processo de exteriorização que Marx sinaliza não acontece somente no momento final da produção quando o produto está pronto. Pelo contrário, a exteriorização também se dá no próprio processo produtivo, no ato da criação. Isto porque, o produto final só se torna alheio ao trabalhador porque o seu processo de produção já foi alienado. Acerca da exteriorização do trabalho, Marx (2001) afirma:

Primeiro, em que o trabalho é *exterior* ao trabalhador, i. é, não pertence à sua essência, que ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physis*) e arruína o seu espírito. Por isso, o trabalhador se sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho forçado (*Zwangsarbeit*). Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O seu caráter alienado (*Fremdheit*) evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de um outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio, mas a um outro.[...] Ela pertence a um outro, ela é a perda dele próprio (p. 308-309).

Esta citação permite-nos perceber o quanto as particularidades assumidas pelo trabalho no sistema do capital é capaz de extrair do homem a sua vitalidade, de tal modo que o trabalhador praticamente “morre” para dar vida às coisas. Ou seja, o trabalho, que como nos diz Lukács, é o que torna o homem, homem e que deveria possibilitar a este a sua realização e de suas potencialidades acaba por condená-lo ao ostracismo. Há, portanto, uma inversão dos papéis, entre os homens e as coisas, entre aquilo que o trabalho é e o que, de fato, deveria ser.

Este processo concreto e real produz uma visão, uma forma de ver a realidade em todas as suas dimensões. Já que, como Marx e Engels (2007, p. 94) afirmaram: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Isto significa que

numa sociedade que tem como fundamento a subsunção do trabalho ao capital, em que o trabalho aparece como imposição, condição de sobrevivência e é realizado de forma precária e em condições degradantes, a consciência que é fruto dessa vida material vai aparecer em sua primeira forma de maneira alienada.

De acordo com Iasi (1999, p. 17) “Inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjéctiva) de uma realidade concreta e externa (objéctiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. Assim, os vínculos e relações estabelecidos na realidade concreta geram uma percepção, uma forma de ver e pensar. Neste sentido, “formada essa primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte [sua vivência imediata] pelo todo, a consciência expressa-se como alienação” (ibidem, p. 23).

Neste sentido, Netto (1981, p. 74) afirma que a alienação é o “processo pelo qual os sujeitos se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo”.

Essa alienação que se dá na vida cotidiana, provoca a naturalização dos conflitos e dos fenômenos, a reificação dos sujeitos e a desarticulação das ações nessa realidade (LUKÁCS, 1974, p. 92). A alienação não se reduz ao campo da produção propriamente, mas se estende aos diversos aspectos da vida. Isto, porque quando o trabalhador produz uma mercadoria, ele não só a produz, como também produz cultura, produz uma forma de vida, a linguagem, a ciência, a sociedade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Assim, é possível afirmar, que se esse trabalho que produz mercadorias é um trabalho alienado, a consciência deste trabalho, bem como a própria cultura, as relações, a linguagem também serão alienadas, já que, a alienação é um produto social dessa realidade material.

Neste sentido, é possível afirmar que a alienação não se dá só na relação do homem com o seu produto, mas em diversos aspectos e dimensões, como: na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho; na relação do trabalhador com o ato da produção e na relação do trabalhador com o ser social. Sendo que nesta, ainda é possível elencar: a alienação do homem em relação a natureza, a alienação de si mesmo e de seus pares, a alienação do seu próprio corpo e de sua vida intelectual e a alienação do homem em relação ao homem (MARX, 2001, p. 115-118).

Esta alienação que se dá na vida cotidiana e que se espraia para as diversas dimensões da vida social se desdobra ainda em outros dois processos: o fetichismo e a reificação. O fetichismo, segundo Marx é o processo pelo qual, as relações entre os homens assumem um

caráter de relação entre as coisas. Assim, à medida que um produto, uma mercadoria objetiva uma relação social, esta relação social objetificada pelo produto do trabalho se apresenta ao trabalhador também como coisa. Deste modo, “a forma coisificada de manifestar-se a relação social não corresponde, portanto – e sim oculta, mascara –, a sua essência, a sua verdadeira natureza social” (VÁZQUEZ, 1977, p. 445). Isto é o que Marx denomina de fetichismo da mercadoria.

Este processo se caracteriza pela subordinação das relações sociais à lógica do mercado. Assim, a mercadoria assume um papel fundamental na estrutura capitalista, tanto no que se refere ao mercado como o papel que desempenha na formação dos homens e em suas relações.

Apenas nesse contexto [em que a mercadoria constitui-se como categoria universal de todo o ser social] a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime (LUKÁCS, 1974, p. 198).

Este estatuto que a mercadoria assume na sociedade capitalista moderna afeta e define o conjunto das relações sociais, a forma dos homens se relacionarem consigo mesmo e com os outros, a sua forma de ser e viver no e com o mundo. Essa gama de relações são todas definidas, orientadas, de tal modo que a verdadeira essência delas permaneça oculta, e que essa forma coisificada seja tida como curso natural, como dada.

[...] os processos alienados e alienantes [...] coisificam-se em exterioridades, *alteridades sociais*, que compõem um largo repertório objetual [...] O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das *objetivações humanas*: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio *humano* (NETTO, 1981, p. 85).

Como Netto (1981) nos aponta, o fetichismo que se dava com as relações de produção domina todas as esferas da vida. De modo, que se origina uma forma própria de viver orientada pela lógica da mercadoria. Forma esta, que não é identificada pelos homens como uma estratégia própria do capital. É este processo que se define como reificação.

A reificação se materializa nas relações sociais, e, segundo Lukács (1974), essas relações ocultam a lógica do capital e sua interferência na vida social. Ou seja, a fetichização e reificação são processos decorrentes da alienação. E toda essa estrutura de produção gera

uma forma de viver específica que dialoga com essa realidade material. Isto significa dizer, que as relações e a forma de vida são determinadas pelo sistema do capital e tidas pelos homens como a única forma natural de se viver.

Neste sentido, a consciência da realidade é uma consciência reificada. Então, como é possível falar em uma consciência crítica, quando estamos submetidas a uma forma de pensar, sentir, agir própria do capital? Como é possível pensar que trabalhadores que vivem em constante privação de acesso aos direitos podem ter uma consciência que toda a desigualdade e pobreza não são frutos naturais e não se referem à capacidade, esforço e mérito individual, como nos diz o sistema capitalista? Como é possível trabalhadores participarem de um movimento sem-teto e, além disso, compreenderem como o capital se estrutura e atua nas relações sociais?

Como Iasi (2012) já apontou, a alienação se constitui como a primeira forma da consciência. Apresentaremos a seguir mais reflexões acerca da consciência e do seu processo de formação, explicitando como é possível ir além dessa primeira consciência alienada - distanciada e estranhada pelo próprio sujeito - compreendendo o sistema do capital e suas mediações e a totalidade da vida social e dos processos que sobre ela atuam.

2.3 Formação da Consciência

Marx afirma na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, que “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (2011, p. 25). Com base nesse trecho, é possível afirmar que as condições em que os homens constroem a sua história não são por eles determinadas, ao contrário, são por eles somente absorvidas e assimiladas. Isto se dá, porque as bases sobre as quais os homens constroem a sua história não se configura apenas enquanto base material, não é somente o modo de produção que é transmitido, mas todo um arcabouço ideológico que com ele é condizente e possibilita a sua reprodução.

Deste modo, o sistema capitalista constitui uma forma própria de ver e pensar o mundo. Forma esta que se impõe e se espalha de modo a tornar-se a visão universal. Uma forma de pensar dominante que se impõe e predomina. Neste sentido, “as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Esta dominação que se dá no plano material é representada também na dimensão subjetiva, espiritual. Ou seja, na consciência. Este domínio é possível porque além de serem detentores dos meios de produção, as classes dominantes controlam também os meios de comunicação, os sistemas de informação e disseminação do conhecimento.

Assim, a visão que se tem do mundo, da vida é uma visão burguesa, uma visão enviesada da realidade, como mencionamos uma consciência que se apresenta, de imediato, como alienação. No entanto, a alienação não é uma coisa, estática a que se está destinado a viver eternamente. Pelo contrário, a alienação, assim como a consciência é um processo que está em constante (trans) formação.

De acordo com Marx e Engels (2007, p. 44) a consciência é “antes de tudo, a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas”. Assim, a consciência se apresenta neste primeiro momento como a representação do meio em que os indivíduos estão inseridos, bem como das relações que nele estabelecem, se configurando assim, como a conformação do indivíduo à ordem societária vigente. Isto, porque a consciência que a pessoa herda ao nascer é determinada historicamente e assimiladas como naturais, assim, “o indivíduo interioriza essas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação” (IASI, 2011, p. 17).

A primeira forma da consciência só pode ser, portanto, aquela que é produto da inserção imediata do ser humano e de suas relações diretas com as pessoas que o rodeiam num certo contexto objetivo [...] O caráter imediato desta relação produz nesta primeira visão sobre o mundo um efeito que é o de tomar o todo pela parte, abrindo caminho para naturalizar esta forma particular universalizada e, assim, chegar à conclusão de que sempre foi assim e por este motivo sempre será (IASI, 2012, p. 200).

Deste modo, se as condições materiais, se a realidade concreta já está determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, a forma de perceber e pensar essa realidade não. Isto é o que nos diz Thompson (1987, p. 10):

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.

Se a consciência de classe não está determinada, significa que a mesma pode transpor a alienação que é própria do imediato e construir um olhar crítico acerca da realidade. Isto, porque além da alienação, a consciência em si e a consciência para si também são momentos não evolutivos que possibilitam uma visão ampla e crítica da realidade e dos processos nela vivenciados. Acerca deste processo da consciência Iasi (2012) contribui:

[...] a consciência é um movimento, um fluir que encontra diferentes mediações que se expressam em diferentes formas em constante mutação. Desde a formação da consciência nos indivíduos moldados por uma determinada forma social estabelecida, já se manifesta o caráter de síntese de muitas determinações, tanto objetivas quanto subjetivas [...] como consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades; até a possibilidade de expressão como consciência de classe para si, que afirma um projeto histórico com autonomia e independência (p. 16-17).

A consciência em si é capaz de tecer críticas imediatas a partir da vivência, de se organizar em sindicatos, de se identificar com as pautas dos outros trabalhadores, mas não consegue compreender a dinâmica e a lógica do modo de produção capitalista. A consciência para si é aquela capaz de desvelar as contradições em sua totalidade e de criar formas de resistência organização e enfrentamento que vislumbrem a construção de uma nova sociedade porque se reconhecem como sujeitos capazes de construir a sua própria história (MARX, 1848).

Isto não quer dizer que a consciência obrigatoriamente deixará de ser alienada, em seguida, se tornará uma consciência em si e posteriormente e finalmente se tornará uma consciência para si. Pelo contrário, como Iasi sinaliza, a consciência é um movimento constante e, esses três momentos significativos de seu processo de formação se desenvolvem de forma dialética.

Este processo de formação da consciência está completamente vinculado ao próprio movimento da classe, do seu reconhecimento enquanto classe e de sua atuação diante desse reconhecer. Uma classe em si já é capaz de perceber-se como conjunto e não mais como indivíduo isolado. Este passo é fundamental para identificarem os seus pares, aqueles que possuem as condições de vida semelhantes e também aqueles que são distintos, constituindo assim a possibilidade de se tornarem uma classe para si.

É nesta direção que é possível afirmar que a consciência não se restringe a ser consciência apenas de cada indivíduo, mas pode ser também a consciência de um grupo, de um conjunto de pessoas e de uma classe. A consciência de uma classe emerge exatamente da

constituição, do seu processo de ser classe, das experiências materiais e concretas vivenciadas em cada momento histórico. Assim, esse movimento próprio de ser da classe trabalhadora se configura por ser “ora amoldada à ordem do capital, ora em luta por seus interesses imediatos, ou, em circunstâncias especiais, se conformando como uma classe que aponta para além da ordem do capital” (IASI, 2011, p. 7).

Este processo de passagem, de mudança na formação da consciência acontece por meio das contradições existentes entre a própria realidade e todos os valores, normas e comportamentos herdados historicamente. Como nos diz Iasi (2011, p. 27-28) este movimento se caracteriza pela “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança [...] as relações atuais passam a não corresponder ao valor interiorizado, mas antes de fazer saltar, toda a concepção é vivida como um conflito subjetivo”.

A realidade material concreta confronta o conjunto de normas e valores herdados e determinados historicamente, de modo que essa contradição entre a realidade e as representações provoca, inicialmente, um conflito, uma inquietude que posteriormente pode se converter em ação, mobilização, superando assim, a alienação. Neste sentido, Iasi (2011, p. 28) exemplifica: “Alguém, por exemplo, que acreditasse que trabalhando conseguiria tudo o que se quer, mas passa a viver uma situação na qual, apesar de trabalhar muito, não consegue o mínimo para viver, vivencia uma contradição que pode levá-lo à revolta”.

Neste momento de passagem da primeira para a segunda forma de consciência, o grupo em que os indivíduos estão inseridos desempenham papel fundamental. Se, na assimilação dos valores e normas herdados o grupo possibilita esse processo, na constituição de uma nova forma de consciência também. Isto é o que aponta Iasi acerca da importância do grupo na constituição de uma nova visão acerca da realidade. Assim, o grupo se constitui como “a fonte de socialização de uma visão de mundo marcada pela luta e pelo confronto com esta mesma ordem” (2012, p. 256).

E é exatamente este processo que este estudo buscou identificar. Como que a inserção em um movimento social de luta por moradia possibilitou a formação de uma consciência crítica a cerca da realidade. Qual era a visão de mundo desses indivíduos antes de ingressarem no movimento, enquanto seres isolados e como essa visão foi modificada ao se reconhecerem como grupo, como movimento. Em outras palavras, como esses sujeitos superaram a alienação e se reconheceram enquanto grupo, como classe. De acordo com Iasi (2012):

Este salto de qualidade parece expressar-se somente em certas condições, entre as quais se destaca a *presença do grupo* [...] O sentimento de pertença em relação a um grupo produz no indivíduo uma mudança qualitativa, se bem que ainda embrionária: o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dela desconhecia (p. 259 e 261, grifos nossos).

Reconhecer o papel do grupo no processo de formação da consciência não significa que o grupo simplesmente por ser um espaço coletivo possibilitará uma prática e uma consciência que supere a alienação, mas que este espaço de construção da luta coletiva favorece esse processo.

É o grupo que permite o espaço da livre expressão da práxis, é na situação de grupo que vivemos o primeiro processo de negação da serialidade e a primeira forma de consciência, principalmente por propiciar que o ser humano se veja como sujeito de uma possível mudança de algum aspecto, inicialmente pontual, que vivenciou como injustiça (IASI, 2012, p. 282).

Neste sentido, é possível afirmar que a construção da luta coletiva pode conferir às relações sociais um novo patamar, de modo que as contradições não são mais encaradas somente no âmbito particular, subjetivo e individual, mas são compreendidas como questões mais gerais de um grupo. Questões estas que além de serem identificadas requerem a luta, a ação, a mobilização para serem alteradas. É deste modo que se constitui a formação de uma consciência em si.

A consciência em si ainda é baseada nas relações imediatas, mas não está mais restrita a um indivíduo, é a consciência do grupo que identifica os seus interesses como distintos e antagônicos aos do capital. Segundo Marx “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda em si mesma” (s/d, p. 148).

Aquilo que entra em movimento já é uma classe, mesmo que o que se movimenta não seja ainda uma classe. Por sua condição de existência, pela posição que ocupa em determinada divisão social do trabalho, pela posição diante das relações de interesses [...] já é uma classe distinta e particular. No entanto, é na ação desta classe [...] que se produz uma fusão de classe (ibid., p. 318).

É na ação, na luta que essa classe em si vai se formando e tornando uma classe para si. Quando a classe vai compreendendo que a reivindicação está dentro dos limites impostos pelo capital e vai se apropriando da lógica de funcionamento deste sistema e de, como ele é responsável pelas condições de vida da classe trabalhadora e por todas as contradições que decorrem da contradição capital trabalho. É com base na compreensão dessa totalidade da realidade que a sua transformação se torna possível. A transformação tanto da própria realidade como de si mesmo.

Este momento se configura como o terceiro momento da consciência. A consciência para si, que possui o conhecimento da estrutura do sistema e o reconhecimento da classe enquanto sujeito capaz de transformar essa realidade. Assim, é necessário à classe

Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas também se colocar diante da tarefa histórica da superação dessa ordem. A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital. (IASI, 2011, p. 32).

Acerca desse processo de elevação da consciência Gramsci apresenta contribuições relevantes, já que o autor insere essa discussão da consciência de classe em um quadro mais amplo da luta política (MATTOS, 2007). Sobre esse processo de formação da consciência em termos da luta política, Gramsci (2000) afirma:

O momento seguinte e a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o

círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.” (p. 41).

De acordo com a análise de Gramsci (2000) o processo de formação da consciência se caracteriza por ser um movimento de autoconsciência que se torna possível por meio da organização já que, “uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se” (2004, p. 104).

Nesse movimento da autoconsciência, os momentos de passagem de uma consciência econômica-corporativa à sindicalista e desta à ética-política é denominado por Gramsci de *catarse*¹³. A *catarse* constitui assim, uma determinação essencial da práxis política.

É ontologicamente correto dizer que *todas as formas de práxis*, até mesmo aquelas que não têm relação direta com a formação da consciência e da ação das classes sociais, contêm essa potencialidade do momento “catártico”, ou seja, de passar da esfera da manipulação imediata – da recepção passiva da realidade – à dimensão da totalidade, da transformação ativa do mundo social, ou seja: de passar da consciência “egoístico-passional” (meramente particular) à consciência “ético-política” ou universal (à consciência de nossa participação no gênero humano) (COUTINHO, 2011, p. 111).

Este trecho da obra de Coutinho permite evidenciar exatamente essa relação dialética entre a práxis, a construção de uma luta coletiva e o processo de formação da consciência em que se manifestam os momentos de *catarse*.

Ainda nesta direção da compreensão desse processo de formação da consciência temos as contribuições de Thompson. Recorremos mais uma vez a síntese de Mattos (2007) acerca do pensamento deste autor. Thompson foi um historiador que buscou debater a questão da classe fazendo a articulação entre as condições e realidades materiais e a dimensão subjetiva. Para isso, Thompson utiliza o conceito de experiência. Segundo o autor, a experiência dos indivíduos está determinada pelas relações de produção. Assim, o que as pessoas vivenciam é fruto dessa relação já imposta. “O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes” (THOMPSON, 2004, p. 260). Deste modo, o autor buscava, com o conceito da experiência explicar como

“homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como

¹³ De acordo com Coutinho (2011) o termo *catarse* foi retirado por Gramsci da filosofia aristotélica e utilizado para definir este momento de passagem de uma visão particularista à universal, da consciência em si à consciência para si.

necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.” (THOMPSON, 1981, p. 182).

Esta afirmação de Thompson confere ao processo da consciência um conjunto de fatores, de modo que mesmo que as condições materiais sejam determinadas, o processo de representação, a forma pela qual os indivíduos percebem esta realidade sofre a influência de diversos elementos, como os valores e as normas assimiladas, a própria cultura do grupo em que estão inseridos, os costumes e tradições.

Na análise de Mattos acerca da obra de Thompson ele afirma: “Thompson assumidamente concentrou mais esforços em discutir, através de suas pesquisas, o pólo da consciência, bem como seus condicionantes e constituintes em termos culturais e de valores morais”. E é exatamente preocupado com a ausência dessa discussão entre os marxistas que Thompson se dedicou a

reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que estas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda. (THOMPSON, 1989, p. 315)

Isto porque, de acordo com Thompson (2004, p. 20) “em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas”. É neste sentido, que para Mattos (2007), Thompson resgata a questão da determinação de modo a reforçá-la e a torná-la mais precisa, refutando assim uma associação exclusiva entre a base econômica e o ser social. Já que, como apontado, a própria compreensão de modo de produção implica a existência de um conjunto de valores e normas a ele condizentes e, além disso, a maneira como esse conjunto de relações é vivenciado e percebido pelos sujeitos também são fatores que impactam diretamente na luta de classes, bem como da sociedade como um todo.

A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em

si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada 'base' ter dado vida a uma 'superestrutura' correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 2004, p. 263).

Deste modo, este resgate e apresentação acerca da consciência e de seu processo de formação, a partir da construção dos pensadores marxistas, que nos embasaram, permite-nos afirmar que a constituição de uma consciência que supere a alienação que se caracteriza por uma visão particularizada da realidade e passe a um olhar crítico das estruturas desse sistema de exploração, dominação e desigualdade, de modo que a compreensão dessa realidade gere também uma prática, uma ação capaz de construir outra realidade possível.

No campo prático, na luta coletiva, esse processo de formação da consciência dialeticamente forma também a própria luta. Acerca do alcance dessa luta temos, na tradição marxista o que se denomina de emancipação política e emancipação humana, sendo essas, campo de ação da classe trabalhadora.

A emancipação política se dá na luta por direitos e é completamente compatível com o sistema capitalista. É uma dimensão prevista pelo próprio Estado, como é o caso da luta sindical e de outros movimentos que reivindicam direitos sem que haja alteração da dinâmica do capital, portanto, é uma emancipação limitada, contida. De acordo com Marx, os próprios direitos requeridos pelos indivíduos na emancipação política reforçam a individualidade, o egoísmo, e a defesa somente de seus próprios interesses, já que a luta por direitos se dá em um contexto do direito burguês. Isto o reduz a ser meramente um cidadão, mediado pelo Estado e dentro dos limites do capital.

[...] o homem não se emancipou da religião, mas sim recebeu a liberdade religiosa. Não ficou livre da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio. A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade civil em indivíduos independentes, cujas relações são regulamentadas por lei, da mesma maneira que as relações entre os homens nas ordens e guildas eram reguladas por privilégio, cumprem-se num só e mesmo ato (MARX, 2005, p.36).

Entretanto, é válido salientar que, embora na emancipação política os homens não sejam de fato livres, ela já se configura como um passo no processo da constituição da luta (MARX, 2005). Já que, é por meio das lutas, ainda que na dimensão da emancipação política, que há possibilidades de garantir as mínimas condições de reprodução necessárias para a

continuidade da luta. Desse modo, Marx e Engels não negaram a relevância dessa luta para garantia das necessidades imediatas. Pelo contrário, afirmam que a luta e defesa dessas necessidades básicas são essenciais para que os homens tenham condições de cumprir seu papel na história, sendo que este só é possível a partir do momento que os homens possuem condições de viver para então, lutar.

Não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais [...] de modo algum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário de qualidade e na quantidade perfeitas. A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

Esta dimensão da luta, a emancipação política, pode ser identificada no caso estudado nesta dissertação. Os sujeitos que participam do MTST, na ocupação Fidel Castro em Uberlândia lutam pelo direito à moradia. Eles já reconhecem a importância da organização e da luta para a defesa dos seus direitos, fato que antes de ingressarem no movimento não consideravam. E, além de reconhecerem se organizam e se mobilizam em torno de seus direitos. Isto significa, que estes sujeitos não são verdadeiramente livres, porque a sua luta se dá dentro dos limites impostos pelo capital. Por outro lado, o fato de se organizarem e lutarem por seus direitos já representa um salto significativo no processo de formação da consciência, o que representa um acúmulo para a constituição e construção da emancipação humana, visto que é pela luta que se consegue avançar na compreensão de si, do mundo, e dos outros.

A emancipação humana se caracteriza pela superação do modo de produção capitalista - de todas as formas de exploração, dominação, opressão e desigualdade - e a constituição de uma nova forma de sociedade, assim, “a supressão da propriedade privada constitui desse modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas” (MARX, 2001, p. 142).

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais se separar de si esta força social como força política. (MARX, 2005, p. 37).

Com base na discussão apresentada acerca da consciência, bem como da importância do papel desempenhado pelos grupos e pela própria luta no processo de sua formação é

necessário apresentar e caracterizar onde todos esses processos acontecem. Ou seja, é preciso situar essa discussão na própria realidade. É com este objetivo que apresentaremos alguns elementos que possibilitam esse “salto” na consciência na vida cotidiana, que é o lugar, por excelência, como vimos, da alienação, mas também o mesmo lugar que também possibilita momentos de “catarse” como nos aponta Gramsci.

2.4 Cotidiano e Luta Coletiva

Todo dia ela faz tudo sempre igual
 Me sacode às seis horas da manhã
 Todo dia eu só penso em poder parar
 Meio dia eu só penso em dizer não
 Depois penso na vida pra levar
 E me calo com a boca de feijão [...]

(BUARQUE, 1971).

Este trecho da canção de Chico Buarque exemplifica bem a visão que predomina acerca do cotidiano como o espaço da rotina, da reprodução, da repetição e mecanicidade, em que agimos de forma programada e automática, como se obedecêssemos aos comandos de um controle remoto. No entanto, veremos não só os limites que se impõem à vida cotidiana, mas, sobretudo, as suas possibilidades.

O cotidiano é o espaço de produção e reprodução da vida social. É nele que se materializa as relações de produção, a subsunção do trabalho ao capital e todo sistema de exploração, dominação, opressão e desigualdade. Nele também se manifestam as diversas expressões da questão social, como o desemprego, o trabalho precário, informal, terceirizado, a falta de acesso aos bens e serviços necessários à reprodução dos homens e mulheres na sociedade.

Pelas configurações assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista, e por toda a forma como se estrutura a sociedade do capital estes processos concretos, como sinalizamos, incidem diretamente na forma de ser, viver e pensar dos indivíduos.

Deste modo, o cotidiano é considerado o lugar em que a alienação se destaca. Segundo Kosik (1989) a preocupação é a forma como a alienação se manifesta nas ações do indivíduo. Assim, as ações dos indivíduos se caracterizam como ações automáticas, imediatas, mecanizadas que respondem a esta preocupação.

Neste sentido, iremos apresentar alguns elementos da vida cotidiana que permitem-nos compreendê-la sim como esse espaço de alienação, mas também como um espaço possível da

superação dessa alienação, o espaço das lutas, da formação de uma consciência crítica, da emancipação política e humana. E é exatamente pela compreensão das potencialidades da vida cotidiana no que concerne à consciência que buscaremos identificar seus processos de formação na vida cotidiana de um grupo específico que se constitui a partir de uma ocupação urbana.

Compreender os elementos que constituem a vida social, bem como as relações que nela se estabelecem é um exercício que vários filósofos e pensadores se dedicaram ao longo da história. Há diversas análises, percepções e abordagens acerca da realidade. No entanto, apreender a essência da realidade e de seus fenômenos é uma atividade que exige um processo constante de busca do conhecimento. Isto, porque na imediatividade da vida cotidiana só é possível captar a aparência dos fenômenos, o que é de suma importância para o movimento de compreensão da realidade, mas não o suficiente quando se tem por horizonte entender e transformar o que está posto.

José Paulo Netto (2011) em seu livro *Introdução ao estudo do Método de Marx* ao expor o processo de investigação do objeto apresenta a importância de reconhecer a aparência como um nível da realidade. A dicotomia criada entre aparência e essência trouxe e continua trazendo interpretações equivocadas, superficiais e parciais à compreensão da realidade. Ora as análises se restringem à aparência e ora essa mesma aparência é negada como fonte de conhecimento. Nas duas abordagens a essência não é abstraída, exatamente porque a percepção da própria realidade já é segmentada. O que é bastante compreensível se considerarmos a influência da fragmentação do conhecimento que o positivismo trouxe aos nossos dias. Essa divisão, distância e negação podem ser verificadas em diversos aspectos da realidade: aparência ou essência; reforma ou revolução; bom ou mau; positivo ou negativo; espírito ou matéria, e milhares de “ous” que desconsideram o movimento e a complexidade da vida. Ao afirmar que algo é isso ou aquilo a possibilidade desse mesmo algo ser composto pelas duas coisas é excluída. Esta lógica prevalece em diversos campos de estudo e pesquisa.

Na análise do cotidiano este pensamento também é recorrente. Não por acaso várias pesquisas ousam considerar o cotidiano como o espaço do particular, da vida privada, dos gestos condicionados, das atividades programadas, da alienação, do rotineiro. O cotidiano é sim esse espaço, mas não se resume a ele. É por isso a importância de não dicotomizar a realidade, esses processos não são excludentes, pelo contrário, é o movimento constante entre eles que constitui a realidade e o qual devemos abstrair para chegarmos à essência.

Neste sentido, a relevância de Marx para compreensão da sociedade é inquestionável. Como apresentado na *Ideologia Alemã* a crítica aos filósofos que discutiram ideias, o seu processo de investigação parte exatamente da realidade, do concreto.

Além do ponto de partida, é preciso considerar a totalidade, pois se as coisas são analisadas isoladamente, assim como os economistas do século XVII chegaremos somente a abstrações simples, “a uma representação caótica do todo” (MARX, 2011, p. 54). Assim, é por meio da “viagem de volta” compreendendo esses aspectos dentro de uma totalidade que será possível chegar a abstrações mais complexas.

Este é um exercício de desvendamento do real em distintos patamares reflexivos de aproximação cada vez maior do movimento deste real. É um processo eivado de contradições, limites e possibilidades.

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria. (LUKÁCS, 1974, p. 2-3).

Desta maneira, as consequências do ponto de partida de Marx conduzem a reflexões ainda mais profundas. Isto, porque a história não é mera casualidade espontânea e estática ou fatalista, mas é um todo dialético em constante movimento e articulação. Assim, a história da humanidade não pode ser considerada como o único caminho possível. Pelo contrário, ela revela as decisões de homens diante de situações concretas da realidade. “As alternativas históricas são sempre reais: sempre é *possível* decidir, em face delas, de um modo diverso daquele em que realmente se decide“. (HELLER, 1970, p. 15, grifos da autora).

De acordo com Carvalho (1997), Marx diferente de outros pensadores apresenta a vida cotidiana como um espaço que requer demasiado estudo. Em Lukács a discussão sobre o cotidiano se aprofunda, o que se verifica na reflexão inicial de sua obra *Estética*. Para Lukács, a arte, a ciência, a estética tem como ponto de partida e chegada a vida cotidiana. Embora elas não aconteçam nela é dela que partem e para ela que voltam para apresentar as contribuições que o processo de elevação ao gênero humano possibilitou.

Por ser espaço fundamental “Na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é *insuprimível*. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo

de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável.” (NETTO, 1997, p. 66, grifos do autor).

No artigo *Para a crítica da vida cotidiana*, Netto (1997) descreve três determinações fundamentais – heterogeneidade, imediatividade e superficialidade extensiva - da vida cotidiana que Lukács pontua. O cotidiano é marcado pelo bombardeio de informações e atividades de ordens distintas caracterizadas pela efemeridade que acabam exigindo dos homens e mulheres respostas superficiais que absorvem todas as suas atenções.

Neste sentido, a heterogeneidade é a existência de vários processos, atividades e ações que se interceptam na vida cotidiana. Ou seja, entre o horário de despertar até o momento de dormir, descansar são realizadas uma infinidade de atividades de acordo com a rotina de cada indivíduo (escola, trabalho, alimentação, lazer, reuniões, atividades físicas e etc.). Este conjunto de ações e atividades de esferas distintas da vida social é que constitui essa heterogeneidade do cotidiano.

Com todas essas demandas é preciso que os indivíduos deem respostas às questões colocadas e a respondam de forma rápida, visto que a própria dinâmica estabelecida pelo sistema não permite que haja entre o pensamento e a ação um período de reflexão. Deste modo, todas as ações são tomadas pela imediatividade, pela rapidez.

Se esse cotidiano é marcado pela heterogeneidade, as diversas atividades colocadas aos indivíduos, pela imediatividade, a necessidade de respostas rápidas, sem tempo para as reflexões, isto implica na existência de outra determinação da vida cotidiana, que é superficialidade extensiva. Tomados pela heterogeneidade e imediatividade, os homens empregam todas as suas forças nas diversas atividades que realizam, mas todas as suas ações são efêmeras, são passageiras. Não há uma reflexão, um espaço para constituição de relações sólidas, porque os próprios homens estão à margem, à superfície de si mesmos.

Estas determinações da vida cotidiana podem ser identificadas em grande evidência na ocupação urbana, espaço onde se desenvolveu esta pesquisa. Como apontado pelos sujeitos do movimento, são diversas as atividades, ações e decisões necessárias para a construção e manutenção de uma ocupação. De acordo com os depoimentos, a realidade de uma ocupação é marcada por inúmeras atividades como a necessidade de providenciar o conjunto de elementos básicos necessários à própria sobrevivência do grupo, como a alimentação, a água, energia, a estrutura física, a improvisação dos banheiros, da segurança, bem como as outras atividades de divulgação da ocupação e de formação política, das atividades e atos dentro e fora da ocupação.

Além dessas atividades da ocupação, os sujeitos ainda precisam lidar com questões de outras esferas da vida, como o trabalho ou a busca por ele, o contexto familiar, a vida dos filhos, escola, questões de saúde, entre outros. Este conjunto de coisas diversas que carecem a atenção dos indivíduos, bem como a necessidade de respostas rápidas frente às situações evidenciam a heterogeneidade e a imediatividade da vida cotidiana. No entanto, embora as determinações da vida cotidiana estejam presentes em uma ocupação urbana não significa que esta mesma ocupação, este mesmo espaço e grupo não seja capaz de superar essa alienação.

Podemos considerar a ocupação como uma ação provocada por um momento de passagem de uma consciência particular e limitada a uma consciência mais crítica. Assim, ainda que o cotidiano da ocupação seja marcado pelas determinações da vida cotidiana, esta mesma realidade pode possibilitar a formação de uma compreensão um pouco mais ampla acerca desses processos vivenciados. Ou seja, toda a dificuldade enfrentada para conseguir água, energia e alimentação pode provocar a inquietação e o questionamento do porquê das coisas serem assim, já que, quando tinham dinheiro para pagar por esses serviços tudo era simples e rápido. Assim, a realidade da ocupação, o cotidiano dessas famílias pode ser, ao mesmo tempo, marcado pela alienação e pela sua superação.

Desta maneira, para compreender a vida cotidiana é preciso não só conhecer quais são as suas determinações, mas também quais são as suas possibilidades. Neste sentido, Lefebvre (1991) salienta a importância de apreendê-la considerando três questões que se relacionam: a busca da realidade, a totalidade e a potencialidade transformadora da vida cotidiana.

A abordagem de Lefebvre é extremamente relevante, pois pontua na própria realidade, na vida cotidiana as possibilidades de transformação. Mais que descrever a realidade tal como ela é a necessidade é transformá-la. “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém é transformá-lo.” (MARX, 1982, p. 2). E essa transformação tem base concreta, não é meramente uma ideologia, um pensamento. Pelo contrário, possui base concreta na realidade, no cotidiano.

Se a vida cotidiana não fosse de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, o Estado, bem como as forças produtivas capitalistas não investiriam tanto em meios para controlá-la, programá-la e domesticá-la. “[...] In the same way quite a large number of working-class couples have a washing machine, a television set, or a car, but they have generally sacrificed something else for these gadgets (having a baby, for example).” (LEFEBVRE, 1991, p. 9).

Essa constatação, a princípio pode soar como “natural”, como uma decisão única e exclusiva de determinados indivíduos, entretanto, se considerarmos que esta não é uma

realidade isolada é possível inferir que há uma programação da vida cotidiana para o consumo, o controle de taxa de natalidade e diversos fatores que são velados em uma imagem libertadora de decisão do próprio destino. A criação de novas necessidades altera e transforma a vida cotidiana. E como afirma Carvalho (1996) na vida cotidiana, mesmo os nossos sonhos não são produtos da nossa consciência.

O cotidiano é esse espaço em constante movimento dialético e contraditório, do qual emana tanto a alienação quanto os meios que possibilitam a sua superação. Segundo Lukács a elevação do singular ao gênero humano é possível por meio do trabalho criador, da ciência e da arte. Essas objetivações levam a homogeneização. Ou seja, como já mencionado, um dos componentes ontológicos da vida cotidiana é a heterogeneidade, por meio da ciência, da arte e do trabalho essa heterogeneidade é superada e se atinge a homogeneização. Se antes todas as forças eram empregadas, neste momento toda a força é potencializada em uma atividade que tem por horizonte não o singular e a vida privada, mas o gênero humano, o universal. De acordo com Lukács é a passagem do “homem inteiro” para “inteiramente homem”. (HELLER, 1970).

Neste sentido, particular e genérico são dimensões que simultaneamente constituem os indivíduos. O particular diz respeito ao que é do próprio indivíduo, as suas necessidades privadas, a satisfação do próprio “eu”. Na particularidade social a unicidade e irrepetibilidade são fatos ontológicos fundamentais. Isto, porque o homem em comparação aos demais seres vivos apresenta especificidades. Agnes Heller em *O cotidiano e a História* dá o exemplo de uma folha. Por meio de uma folha é possível extrair as propriedades de todas as folhas que pertencem a mesma família. No homem tal generalização não é possível, exatamente porque cada homem é único. As propriedades identificadas em um não representam as de toda a humanidade, além de não serem iguais elas não se repetem.

O genérico se refere a um conjunto, aos homens enquanto coletivo, às relações sociais, ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, os sentimentos e paixões não são estritamente particulares, quando esses sentimentos e paixões por sua existência e conteúdo revelam sobre o humano-genérico eles são genéricos. Assim, não são particulares os sentimentos e as paixões, mas a forma como eles se manifestam voltando-se somente para a teleologia do próprio “eu”. (HELLER, 1970). No entanto, vale salientar que a representação do humano-genérico nunca será um indivíduo isolado, mas sempre grupos, coletivos. De acordo com Heller (1970) são nesses grupos que tanto a consciência do “eu” como a consciência do “nós” é formada. A relação do indivíduo com a própria particularidade e com o gênero humano o torna consciente desses elementos.

Ainda que não seja totalmente livre, o homem escolhe – o que é próprio da individualidade – tanto os elementos particulares como genéricos, mas essa escolha não é inteiramente livre, visto que a realidade é imbuída de processos de manipulação e alienação que fragmentam os homens. Como já alertava Marx, os homens constroem suas próprias histórias, mas não como querem, as constroem em condições determinadas socialmente. “O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade.” (HELLER, 1970, p. 22).

Essas possibilidades de liberdade geram a unidade entre o particular e o genérico. Ou seja, de acordo com as possibilidades de escolha os indivíduos terão maior ou menor grau de unidade entre o particular e o gênero. Quanto maior o grau dessa união, quanto mais consciente essa relação se constituirá a individualidade unitária. (HELLER, 1970). Esta acontece quando a união do particular e do genérico deixa de ser uma relação estática da vida cotidiana. Ainda assim, a individualidade unitária não aparece como realização, mas como potencialidade, como possibilidade ou tendência. É neste sentido que a arte, o trabalho, a ciência são objetivações centrais para a elevação do particular ao genérico, porque é por meio delas que as possibilidades de superação do cotidiano se realizam.

A reflexão sobre o cotidiano perpassa as diversas esferas da vida social, o que possibilita uma compreensão mais ampla, visto que não há nada na história da humanidade que se realize isoladamente.

Considerando essa integração, essa relação, esse imbricamento dos elementos da vida cotidiana com os outros elementos que perpassam as estruturas da sociedade e a discussão exposta é possível destacar três aspectos fundamentais que a discussão da vida cotidiana calcada numa visão marxista possibilita: 1) O rompimento com uma visão limitada do cotidiano; 2) A identificação da vida cotidiana como fonte viva de possibilidades de transformação social; 3) Estabelecer relações entre o capitalismo e os mecanismos que ele emprega para colocar a vida cotidiana a seu serviço.

Frente ao exposto acerca da vida cotidiana, das suas determinações e, também das suas possibilidades, principalmente no que se refere ao processo de formação da consciência, apresentaremos a seguir os dados e informações coletados na pesquisa de campo, bem como as análises realizadas com base no referencial teórico apresentado e as relações e conexões com as categorias e conceitos necessários para melhor compreensão do objeto em estudo.

CAPÍTULO 3 – LUTA POR MORADIA, FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA: UMA EXPERIÊNCIA NA OCUPAÇÃO FIDEL CASTRO

Com base nas discussões apresentadas acerca do processo de expansão e desenvolvimento do capital e das suas implicações na forma de organização da vida cotidiana, principalmente no que se refere ao contexto urbano ¹⁴, podemos afirmar que a realidade é o lugar do conflito, da construção de formas de luta e resistência.

É a respeito das lutas da classe trabalhadora e das suas potencialidades tanto no plano material como na dimensão subjetiva que iremos tratar neste capítulo. No capítulo anterior, apresentamos algumas categorias e conceitos que são imprescindíveis para a discussão da formação de uma consciência crítica, a qual acreditamos que é possível mediante a construção da luta.

É partindo desse pressuposto que abordaremos nos próximos itens o processo de construção de uma luta por moradia, uma ocupação do MTST na cidade de Uberlândia no estado de Minas Gerais, intitulada Fidel Castro.

Para melhor expor o caminho construído para a realização da pesquisa, apresentaremos algumas características e dados que auxiliam na compreensão da realidade da luta por moradia na região e no local em que essa ocupação se origina.

Em seguida apresentaremos o processo de construção da ocupação Fidel Castro, desde a decisão pela ocupação até os dias atuais, relatando a realidade dos sujeitos, as estruturas físicas da ocupação e as formas de organização.

Com base nos dados coletados durante a realização da pesquisa evidenciaremos as potencialidades e os limites da luta na formação de uma consciência crítica. É também, fundamentado nesses dados que dividimos o último item desse capítulo em três subitens, que foram os elementos que mais se destacaram durante as entrevistas e as observações informais na ocupação.

É válido ressaltar que a realização desta pesquisa se configura como uma ilustração das discussões acerca do processo de formação da consciência, não nos permitindo inferir generalizações acerca da temática em estudo.

¹⁴ Compreendemos o sistema capitalista como uma totalidade. Aqui, não se trata de uma sobreposição do urbano ao rural, nem de uma dicotomização entre eles. Pelo contrário é exatamente essa articulação entre o rural e o urbano, subordinados ao capital que possibilita o desenvolvimento desse sistema. O enfoque à realidade das cidades se dá somente no intuito de delimitar o universo da pesquisa deste estudo, considerando que é exatamente neste espaço que o movimento estudado atua.

3.1 Luta por Moradia

Como já abordamos no primeiro capítulo dessa dissertação, o MTST é um movimento social que tem como um de seus objetivos a luta por moradia e tem se destacado na construção de diversas lutas da classe trabalhadora na conjuntura brasileira nos últimos anos. O movimento está em processo de nacionalização e já está presente em 14 estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Ceará, Sergipe, Goiás, Amazonas, Pará, Distrito Federal, Pernambuco, Tocantins, Alagoas e Bahia (BOULOS, 2018).

Esta presença evidencia que a questão da moradia é uma realidade em todo o território brasileiro. Segundo o relatório do Déficit Habitacional no Brasil, publicado pela Fundação João Pinheiro - FJP, o déficit habitacional¹⁵ estimado em 2015 é de 6,355 milhões de domicílios, sendo que 87,7 % desse total, que corresponde a 5,572 milhões estão localizados nas áreas urbanas.

Em contrapartida, conforme as informações expressas no mesmo relatório, o número de domicílios vagos¹⁶ em 2015 chega a 7,906 unidades. Ou seja, o número de imóveis vagos é superior ao número de famílias sem moradia. Isto significa que o déficit habitacional não está relacionado à ausência de moradias, em que o número de famílias é superior ao número existente de domicílios, mas ao próprio processo de desenvolvimento do capital, da lógica do mercado que impera sobre todos os aspectos da vida social, de tal modo que a terra, a moradia, não cumpre a sua função social, e se tornam um instrumento e fonte de especulação e lucro.

Do total do déficit habitacional brasileiro 39% se encontra na região sudeste. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados que ocupam, respectivamente, os três primeiros lugares de maior concentração do déficit no país.

Em Minas Gerais o déficit chega a 575 mil unidades. Esses números elevados sinalizam que a moradia, apesar de ser um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição de 1988, não é uma realidade para grande parte dos brasileiros. Isto se comprova também pelos inúmeros conflitos e diversos movimentos e lutas em torno da questão da moradia, tanto no campo como na cidade.

¹⁵ De acordo com a FJP, o déficit habitacional utilizado na realização da pesquisa é compreendido como “as deficiências do estoque de moradias”, e é calculado com base em quatro componentes: a habitação precária, a coabitação familiar, o ônus excessivo com aluguel urbano e o adensamento excessivo de domicílios alugados. (FJP, 2016, p. 18).

¹⁶ Acerca dos domicílios vagos, não há informações precisas, da situação da propriedade, da localização. Assim, segundo a FJP, o que se entende por domicílios vagos, são aqueles que se encontram “em construção ou reforma, em condições de serem ocupados e em ruínas” (idem, p. 39).

Como já sinalizamos, de acordo com Coutinho (2011) a concentração de terras, a exclusão da participação das classes subalternas e a desigualdade são marcas da sociedade brasileira que continuam ditando os caminhos dos governos atuais em relação à moradia. Frente a esta realidade, diversas lutas são travadas e a moradia se constitui assim como pauta de diversos movimentos sociais. Dentre estes, o MTST, cujo um breve resgate de sua história foi apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação.

A presença do MTST em Minas Gerais se dá, pela primeira vez em 2013, na cidade de Uberlândia. O município de Uberlândia está localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e segundo o IBGE, a estimativa de sua população em 2017 era de 676.613 pessoas. Uberlândia é a segunda maior cidade do estado de Minas Gerais.

De acordo com o Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (Cepes) por meio do Observatório da Qualidade de Vida, o déficit habitacional do município de Uberlândia em 2014 era de 17.961 moradias. Acompanhando esse número, de acordo com os meios de comunicação e jornais de grande circulação da região, houve um aumento de 370% de ocupações urbanas na cidade de Uberlândia.

Segundo as informações da Polícia Militar, da Pastoral da Terra e do Sindicato Rural, no período de novembro de 2014 a novembro de 2016, o número de ocupações urbanas subiu de 16 para 59. Esta elevação do número de ocupações sinaliza a ausência de possibilidades de garantia de moradia, sendo a ocupação a única alternativa diante dessa realidade.

Em Uberlândia, os movimentos de luta pela terra sempre marcaram a história da cidade e, no início da década de 2000, grande parte desses movimentos começaram a perceber as cidades como uma possibilidade de luta, dando início a algumas ocupações. Se os movimentos, as lutas e as ocupações marcam o histórico da cidade, a criminalização desses movimentos por parte do poder público e dos canais de comunicação e os despejos forçados também. Isto pode ser verificado no relato de um dos coordenadores nacionais do MTST acerca da ação do poder público em relação a uma ocupação:

[...] onde é o cemitério hoje em dia, do lado do CEASA, teve uma ocupação em 2011, ocupação do CEASA, 3 mil, 4 mil famílias. E foi brutalmente despejada pela gestão do Odelmo na época e que é gestão atualmente agora de novo. Pra virar um cemitério, tirar gente viva pra colocar morto. (CAMPOS, 2017, entrevista¹⁷).

¹⁷ Entrevista concedida CAMPOS, Marcos. Entrevista II [set. 2017]. Entrevistadora: Daniela de Carvalho Ciriaco. Uberlândia – MG, 2017. 1 arquivo. mp3 (60 min).

Este relato evidencia que a moradia para as classes subalternas não é a prioridade do poder público, que as mínimas condições de sobrevivência não são garantidas e que a função social da terra está submetida às necessidades do desenvolvimento do capital. Este fato ainda se comprova com o pronunciamento do Prefeito de Uberlândia, em 24 de agosto de 2017, em uma coletiva de imprensa realizada durante a visita do Ministro da Justiça, Torquato Jardim à cidade:

Eu, como prefeito de Uberlândia, digo, que não vou aceitar invasões na cidade. Tem que ter respeito à cidade, respeito às leis e respeito às pessoas que estão aguardando a sua habitação através das inscrições que existem na Prefeitura. Há demanda. Há. E estamos trabalhando para vencer as demandas (ODELMO LEÃO, 2017).

Esta afirmação e posicionamento do Prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro, em relação às ocupações, expressa o autoritarismo e a criminalização da luta de diversas famílias. A sobreposição da lei da propriedade ao direito à moradia. O próprio termo utilizado para se referir às ocupações deslegitima o processo de construção da luta que é um direito, visto que a função social das terras ocupadas não estava sendo cumprida.

Além disso, os programas de habitação além de não serem suficientes e capazes de suprir todas as demandas, são muito morosos. E, como relatado por diversas famílias da ocupação Fidel Castro, o tempo entre a inscrição em um programa de habitação até o momento de ter acesso a essa moradia requer uma série de gastos e despesas que não são compatíveis com a realidade econômica dessas famílias.

Olha, geralmente o tempo mínimo é uns dois anos de espera, mas tem gente que espera muito mais. Eu conheço pessoas que estão esperando há 3, 4 anos e ainda não conseguiram. Aí, como que você faz nesse tempo? É aluguel, água, energia, comida. Essas contas não espera. Se você paga um aluguel de 500 reais por mês, pensa isso em dois anos ou mais. E outra coisa, muitos de nós está desempregado. Como que mantém essa despesa toda? A gente não ocupa porque quer, é porque não temos outra opção (FRANCISCA DAS CHAGAS¹⁸, 2018, entrevista).

Como apontado, a ocupação se torna a única opção para diversas famílias que, tendo sua renda comprometida com o aluguel, ou não tendo mais condições de custear essa despesa, encontram no movimento essa possibilidade de conquista da moradia.

¹⁸ Francisca das Chagas: liderança quilombola, 34 anos, brutalmente assassinada no dia 1º de fevereiro de 2016 no Maranhão.

Como apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação, a questão habitacional é estrutural na sociabilidade do capital. Entretanto, tem outros fatores conjunturais de ordem política e econômica que continuam dando sustentabilidade a este projeto de sociedade em que o direito à cidade é constantemente limitado e negado.

Desde 2013 temos vivenciado um momento político, econômico e social na realidade brasileira muito complexo. Em 2013, as Jornadas de Junho. A realização dos megaeventos, a Copa do Mundo em 2014¹⁹, os Jogos Olímpicos em 2016²⁰, o Golpe de Estado²¹ e a posse de Michel Temer com os diversos ataques aos direitos sociais, dentre outros.

É exatamente nesta conjuntura que o MTST chega à cidade de Uberlândia – MG. De acordo com um dos coordenadores nacionais do movimento, o MTST já tinha um projeto de nacionalização, que começou a se intensificar a partir de 2013. Com a participação do movimento nas manifestações contra a Copa do Mundo, nos atos contra o aumento das passagens, contra as remoções forçadas o MTST ganhou visibilidade e alcançou diversas cidades e estados.

Em 2013, com a conquista da manutenção do valor da passagem garantida pelas manifestações e protestos de rua em todo o Brasil, as ocupações tiveram um aumento significativo. Um dos elementos, segundo Marcos, coordenador nacional do movimento, que favoreceu este processo foram as conquistas dessas manifestações e, como a moradia é uma pauta básica da periferia, as famílias começaram a perceber que a luta era o caminho para defesa de seus direitos.

Em Uberlândia, esse aumento no número de ocupações também foi verificado e, juntamente com essa elevação houve uma articulação entre diversos movimentos e organizações para defesa da habitação que culminou na construção de um Fórum da Luta Urbana. Este Fórum permanece ativo e conta com a participação de diversos movimentos que pensam e atuam na realidade habitacional do município, seja na construção e contribuição das

¹⁹ De acordo com a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – Ancop, o legado da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, ultrapassou os limites do esporte e trouxe à realidade brasileira a intensificação da pobreza e da desigualdade. Isto, porque 99,6% dos investimentos da Copa foram feitos pelos Cofres Públicos. Além disso, o número de remoções forçadas e seus desdobramentos, a violação aos Direitos Humanos, entre outros, constituem o legado da Copa de 2014. Esses dados estão disponíveis no Dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil 2014. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf.

²⁰ Uma análise acerca dos Jogos Olímpicos no Rio 2016, bem como dos seus impactos sociais, econômicos e ambientais pode ser encontrada no artigo *O mapa dos Jogos da Exclusão*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-mapa-dos-jogos-da-exclusao>.

²¹ Consideramos que o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, se caracteriza como um Golpe de Estado, que vem acompanhado da aplicação de uma série de medidas que atacam diretamente os direitos humanos e sociais e as conquistas da classe trabalhadora. Reflexão que se encontra disponível na obra, *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*, de autoria do Prof. Dr. Felipe Demier.

ocupações, como na realização de atos e manifestações em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

É neste contexto que o MTST tem uma aproximação com a realidade da cidade de Uberlândia. Em 2015, Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST conhece as ocupações da cidade e tem início esse processo de diálogo.

Neste momento, já estava em curso a Ocupação do Glória. Esta ocupação foi uma das maiores do país, com mais de 15 mil pessoas, segundo o Movimento Sem-Teto do Brasil – MSTB. A área tem 63 mil hectares e está localizada às margens da BR- 050. O terreno era da Universidade Federal de Uberlândia – UFU e foi ocupado no início de 2012. Em 2015, a ocupação apresentava ainda muitas dificuldades de articulação para defesa de seus direitos na esfera federal.

Neste momento, o MTST já havia feito o contato inicial com as ocupações de Uberlândia e, em 2016 é feita uma fusão entre o MTST e as outras lideranças que já estavam presentes na Ocupação do Glória. Este é o primeiro momento em que a bandeira do MTST aparece nas ocupações em Uberlândia.

A partir desse momento, em que o MTST passa a somar nas lutas por moradia na cidade de Uberlândia, houve algumas conquistas, como a regularização da Comunidade Glória e, houve também a construção de outras lutas e ocupações.

A primeira ocupação organizada pelo MTST em Uberlândia foi a Ocupação Fidel Castro, onde esta pesquisa foi realizada e cujo histórico apresentaremos a seguir.

3.2 Ocupação Fidel Castro

Dia 25 de novembro de 2016, sexta-feira. Depois de uma semana intensa de trabalho para alguns e, de uma busca incessante por emprego para outros, em meio à realização de diversas tarefas domésticas, a organização da rotina das crianças, as atividades necessárias à sobrevivência e todas as particularidades de cada contexto familiar, o momento destinado ao lazer é substituído pela luta. Cerca de 200 famílias ocupam o terreno às margens da BR-050.

São histórias distintas, realidades específicas, mas há algo em comum entre essas diversas famílias: a busca pela moradia. Jovens, mulheres, idosos e crianças rompem a cerca do terreno e, começam a destruir também os muros que os separavam da luta por seus direitos. O mato é roçado, as ruas são abertas, as lonas e madeiras vão tomando forma e os barracos são erguidos, a cozinha comunitária é montada, as tarefas são divididas e o número de famílias vai crescendo significativamente.

Assim como cresce o número de famílias, cresce e fortalece também a construção da luta. Vínculos vão sendo criados, a convivência com os outros, a experiência com o diferente, com o novo vai alargando os horizontes. É assim que se constitui a ocupação Fidel Castro. O nome da ocupação faz referência a um grande líder da Revolução Cubana que faleceu exatamente no dia que a ocupação teve início.

Foto 01: Entrada da Ocupação



Fonte: Elaboração própria

Grande parte das famílias vivencia pela primeira vez a experiência de uma ocupação. Não por escolha, como relata diversos sujeitos, mas pela necessidade. O valor excessivo dos aluguéis, o desemprego e a precariedade das condições de reprodução da vida são os fatores principais que determinaram a participação na ocupação, de acordo com os moradores da ocupação.

Para melhor compreender o lugar de fala dos sujeitos da ocupação, apresentaremos na tabela a seguir uma breve caracterização dos sujeitos entrevistados na ocupação.

Tabela 1 - Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

Nome	Idade	Profissão	Situação Empregatícia	Função no Movimento	Tempo na ocupação
Francisca das Chagas	32	Estudante	Carteira Assinada	Coordenadora	1 ano e seis meses
Kadu	42	Servente de Pedreiro	Desempregado	Morador	1 ano e seis meses
Pedro	46	Cozinheiro	Autônomo	Coordenador	1 ano e seis meses
Tatuagem	26	Carpinteiro	Desempregado	Coordenador	1 ano e seis meses
Sebastião Camargo	33	Servente de Pedreiro	Desempregado	Morador	1 ano e seis meses
Edilena	54	Doméstica	Desempregada	Moradora	1 ano e seis meses
Nicinha	60	Auxiliar de serviços gerais	Carteira Assinada	Moradora	1 ano e seis meses
Jane Julia	45	Cozinheira	Autônoma	Coordenadora	1 ano e seis meses
Ivo Teles	56	Pedreiro	Desempregado	Coordenador	1 ano e seis meses
Giovana Deodora	28	Cabelereira	Desempregada	Moradora	1 ano e seis meses
Adna Senhora	37	Atendente	Desempregada	Moradora	1 ano
Jesser Batista	50	Operador de Máquinas Agrícolas	Carteira Assinada	Morador	1 ano e seis meses
Manoel Ramos	45	Técnico Geral	Carteira Assinada	Coordenador	1 ano e seis meses
Vagner	38	Motorista	Desempregado	Morador	1 ano e seis meses

Fonte: Pesquisa de Campo

Elaboração Própria

Neste sentido, com base nas informações apresentadas na tabela, bem como nos relatos é possível afirmar que estar na ocupação não é uma escolha, mas sim, possivelmente o resultado da ausência das possibilidades de escolha. No entanto, hoje, após um ano de luta, as famílias olham para todo processo vivenciado e recordam com satisfação tudo que foi construído.

A gente não tem saudade de usar a vela pra iluminar de noite, nem dos baldes de água contados, nem do frio, nem da chuva que a gente acordava

tudo molhado, mas a gente sente saudade de algo que a gente nunca tinha vivido. Tudo que era de um era de todo mundo. As pessoas chegavam e parecia que a gente já era amigo há muito tempo. Era uma união, uma força, de saber que a gente tava na luta, mas não tava sozinho, parecia que a gente podia tudo (KADU²², 2018, entrevista).

Como podemos ver no relato do sujeito que afirma: “parecia que a gente podia tudo” e como apontado por Iasi (2012) o processo de união, de coletividade possibilita uma experiência que “o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dela desconhecia” (p. 261).

Além da importância do grupo na vivência desta experiência, esta fala sinaliza algumas características deste momento inicial da ocupação que possibilitam a construção de outra dinâmica da vida social, de outros valores, de outras relações. A própria realidade, a experiência, ainda que inicial, de uma luta coletiva vai construindo uma nova percepção acerca da realidade.

Esta nova forma de ver e perceber a realidade e o mundo é construída no cotidiano da luta. Assim, cada momento, cada processo - a divisão e limpeza dos lotes, a organização da estrutura física, a constituição da coordenação - traz novos elementos que problematizam as relações, os posicionamentos e as visões dominantes.

Nesta direção os moradores relatam os desafios vivenciados ao longo de aproximadamente 1 ano e meio de ocupação e como o enfrentamento desses desafios contribuiu para o desenvolvimento pessoal e intelectual.

O terreno, sem cumprir sua função social há anos, tem uma extensão de 16 hectares e está localizado às margens da BR – 050, próximo ao Parque do Sabiá, uma região bastante valorizada no município.

A área que era coberta pelo mato, hoje, é o lugar que abriga cerca de 700 famílias²³. A logística da ocupação se estrutura em três ruas: Zumbi dos Palmares, Che Guevara e Nelson Mandela.

Na estrutura do terreno, além da divisão dos lotes destinados à moradia, tem uma área reservada para a construção de um Centre de Referência de Assistência Social - CRAS, de um

²² Kadu: ativista social, 38 anos, assassinado na entrada da ocupação Vitória, na região do Isidoro em Belo Horizonte, no dia 22 de novembro de 2015.

²³ Diferente da estratégia de luta convencional do MTST, na Ocupação Fidel Castro, as pessoas moram na ocupação. A proposta inicial do movimento é que isso não aconteça, para que não haja uma contribuição com o processo de favelização das cidades. No entanto, considerando a realidade específica da cidade e das famílias, o método de ocupar e morar foi utilizado, tendo em vista a ausência de possibilidades de moradia.

posto de saúde, de uma praça, uma quadra de esportes para as crianças e jovens e um salão de reuniões e assembleias.

No que se refere à estrutura física da ocupação, os moradores construíram e organizaram uma estrutura de canos que garantem o abastecimento de água, o que já se apresenta como uma conquista, visto que no início da ocupação não havia água suficiente e disponível em todos os lotes. A fiação e construção da rede de energia elétrica também foram feitas pelos próprios moradores e atende as necessidades básicas de cada família.

Segundo os moradores, os maiores desafios enfrentados neste momento na ocupação é o acesso à saúde, à educação e ao transporte. Os postos de saúde têm se recusado a realizar os atendimentos das famílias da ocupação porque elas não possuem comprovante de endereço. Algumas famílias que possuem parentes ou amigos que residem na cidade utilizam o comprovante de endereço delas, mas essa não é a realidade de todas.

Além disso, relatam o descaso com que são tratados quando buscam atendimentos na unidade. Os profissionais alegam que eles não estão na área de abrangência e os direciona para outra unidade, onde também não conseguem atendimento.

Dado o elevado número de pessoas que não conseguiram serem atendidas nas unidades de saúde dos bairros mais próximos, os membros da ocupação acionaram o Ministério Público e as famílias da ocupação estão aguardando os encaminhamentos.

O acesso das crianças à escola é outro ponto ressaltado pelos moradores. Muitas crianças não conseguiram fazer matrícula nas escolas mais próximas à ocupação, tendo que recorrer a escolas mais distantes.

No entanto, há um ônibus que passa em frente a ocupação, porque busca as crianças dos bairros próximos para levarem às escolas. Foi solicitado pelas mães das crianças por meio de documento formalizado que esse mesmo ônibus que passa em frente a ocupação pudesse parar e levar também as crianças da Ocupação Fidel Castro.

Inicialmente a solicitação foi atendida, mas poucos meses depois, sem nenhuma explicação, o ônibus continuou passando, mas não parava para as crianças da ocupação. Os órgãos competentes também já foram notificados do acontecido, as famílias aguardam as providências cabíveis.

Além dessa realidade do acesso aos serviços, para garantir a participação e a construção coletiva da luta, são realizadas reuniões todas as quartas-feiras em cada rua. Este momento é destinado para socializar os acontecimentos, dificuldades e problemas vivenciados, a fim de buscar as soluções possíveis. São também discutidas as questões estruturais de cada rua e outras questões gerais da ocupação. Todas as famílias são motivadas

a participarem porque é esse o lugar para a construção de saídas coletivas, de propostas e encaminhamentos. Nesta reunião semanal também é recolhida a assinatura dos moradores, uma forma utilizada pelo movimento para garantir a participação das pessoas e evitar que indivíduos que não participam da luta continuem nos lotes.

Nos sábados acontecem as reuniões da coordenação e as assembleias gerais, que reúne todas as famílias da ocupação. Nas reuniões da coordenação são discutidas as situações de conflito, a transferência dos lotes de pessoas que não estão morando para pessoas que estão na lista de espera e não têm onde morar, a instalação de chuveiros que prejudica o fornecimento de energia elétrica para todas as famílias, entre outras questões de ordem estrutural.

Além dessas questões também são articuladas ações de cunho político em âmbito municipal, na solidariedade e na luta contra os despejos forçados, contra a violência e criminalização dos movimentos sociais, contra as medidas adotadas pela administração municipal no que se refere ao valor do transporte público e outras situações da realidade local.

A atuação das famílias da ocupação também se estende ao contexto nacional, na construção e participação de atos contra o Golpe de 2016, contra as PECs que atingem diretamente as condições de sobrevivência da classe trabalhadora e outras ações conduzidas pelo governo Michel Temer, entre outros.

Após as discussões e propostas de encaminhamento da reunião da coordenação são realizadas as assembleias, em que são feitos os repasses e informações acerca das questões discutidas nas reuniões anteriores e também é relatado o que foi debatido e apresentado na reunião de cada rua. As falas também são abertas a todas as famílias que queiram falar, fazer alguma proposta, relatar alguma situação.

Outro momento de construção coletiva é a reunião de mulheres, que acontece uma vez ao mês. Nessas reuniões são abordadas temáticas voltadas às mulheres. O objetivo é exatamente possibilitar a problematização da realidade da mulher na sociedade, na política, no trabalho, em casa. Também são desenvolvidas ações que buscam contribuir com o processo de empoderamento dessas mulheres.

Dentro da ocupação também são realizadas atividades de lazer, cultura e confraternização. Geralmente as datas de aniversário da luta pela moradia da ocupação Fidel Castro são momentos de comemoração coletiva. São realizados leilões para arrecadar dinheiro para as obras necessárias para a ocupação, almoços e outras atividades.

3.3 Luta Coletiva e Formação da Consciência

De acordo com Iasi (2012) no processo de formação de uma consciência crítica, os grupos desempenham um papel fundamental, visto que é por meio desses que é possível ir além da aparência e da alienação.

Para identificar como esse processo de formação da consciência acontece no cotidiano de uma ocupação, buscamos conhecer um pouco da percepção e da realidade dessas famílias antes do ingresso no movimento, buscando identificar as possíveis transformações ao longo do período de participação na ocupação.

No entanto, é válido ressaltar que não partimos de uma compreensão evolutiva da consciência. Ou seja, não é possível afirmar que a percepção e visão dos indivíduos antes da participação no movimento era alienada e que após a participação essa visão alienada foi superada constituindo assim uma consciência crítica e reflexiva da realidade. Isto porque a consciência não se caracteriza como etapas a serem atingidas, mas sim como um processo em constante movimento, que por vezes avança e retrocede (IASI, 2012).

Neste sentido, o intuito é sinalizar as possibilidades e horizontes que a participação na ocupação possibilitou ao processo de formação da consciência dos sujeitos do movimento. Para isso, apresentaremos uma breve caracterização dessas famílias e também as falas que evidenciam os processos de mudança vivenciados no período de ocupação.

Para expor o material que foi produzido e coletado durante o processo de investigação apresentaremos a seguir eixos que foram identificados e nos quais se concentraram os elementos apresentados pelos sujeitos da ocupação. São eles: organização e autonomia, identidade, atualidades e opressões. Compreendemos que esses eixos estão em completa articulação. No entanto, a divisão dos mesmos em subitens se faz necessária para melhor compreensão dos elementos analisados no processo de formação de uma consciência crítica.

3.3.1 Organização e autonomia

A ocupação Fidel Castro é constituída por, aproximadamente, 700 famílias. Durante a pesquisa de campo foi relatado que não há um registro formal com as características de cada sujeito, que o único levantamento mais criterioso realizado na ocupação foi acerca do número de gestantes e crianças, mas que a coordenação não possui os dados gerais de toda a ocupação, somente algumas informações que não foram sistematizadas. Por exemplo, sabe-se que o número de idosos na ocupação é bastante elevado. No entanto, não há uma estatística do percentual de idosos em relação à população total da ocupação.

Frente a essa realidade e, considerando que a sistematização de dados não era o objetivo da pesquisa e o tempo disponível para a realização deste estudo não seria suficiente, optamos por fazer uma breve caracterização sistematizada das pessoas que constituem a coordenação local da ocupação.

A coordenação é constituída por nove pessoas, das quais, quatro possuem o ensino fundamental incompleto e somente uma está cursando o ensino superior. No que se refere ao trabalho dos nove coordenadores seis estão desempregados e alguns relatam que já faz cerca de um ano que não conseguem trabalho de carteira assinada. Este dado reafirma a questão já sinalizada por Brito (2017) que os sujeitos que constituem a base do MTST, são, majoritariamente, trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego, de subemprego e de trabalho informal e precarizado.

Outros dados que nos permitem uma caracterização dos sujeitos da coordenação encontram-se na tabela a seguir:

TABELA 2 – Caracterização da Coordenação da Ocupação

SEXO	IDADE	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
Masculino	34	Motorista	EFI	Não
Masculino	46	Autônomo	EMC	Não
Feminino	45	Cozinheira	EFC	Não
Masculino	56	Pedreiro	EFC	Não
Masculino	26	Carpinteiro	EMI	Não
Feminino	32	Estudante	ESI	Não
Masculino	45	Técnico Geral	EFI	Sim
Masculino	59	Pedreiro	EFI	Não
Feminino	30	Pedreiro	EFI	Não

Fonte: Pesquisa de Campo
Elaboração Própria

Como podemos identificar na tabela, atualmente a coordenação da ocupação é constituída por nove pessoas, das quais, oito nunca participaram de outra ocupação, organização política, partidária e outros movimentos. Além de não terem antecedentes na luta em organizações e movimentos, alguns coordenadores relatam que nunca tinham participado e, na verdade, não achavam correto, tinham um posicionamento contrário às manifestações e ocupações.

Antigamente eu criticava. Eu via assim e pensava, seu monte de vagabundo, vai trabalhar, fica ai tomando terra dos outros. Desculpa, mas era assim que eu pensava, eu tô sendo realista. Mas depois que a gente entra, a gente vê

que não é assim. Quando eu entrei pra cá foi uma luta, né. [...] aqui não tinha nada. Era só mato, teve que abrir isso aqui tudinho. Mas hoje eu não saio daqui de jeito nenhum. Gosto demais daqui, me sinto parte desse lugar (PEDRO²⁴, 2018, entrevista).

Cara, eu pensava esse povo, será que esse povo não tem o que fazer? Ficar aí fechando BR, fechando câmara, prefeitura. Eu era uma dessas pessoas que passava de ônibus e via o povo fazendo manifestação e eu pensava esse povo não tem o que fazer não? Atrapalhando a volta da gente pra casa, eu era um daqueles leigos que ficava dentro dos ônibus esperando, você entendeu?! Pra agradar um patrão ou algo do tipo. E hoje eu vejo que não. Eu vejo que eu tava tipo que em coma, sabe? Hoje não, hoje eu acordei e vi que isso aqui é um direito nosso (TATUAGEM²⁵, 2018, entrevista).

Diversos moradores relatam o quanto a inserção e participação na ocupação foi um processo difícil. Essa dificuldade decorre exatamente desse olhar aparente e limitado da realidade, que vê as ocupações como uma invasão da propriedade privada e não a compreende como o único meio possível de conquistar uma moradia. Que olha para os trabalhadores que ocupam como vagabundos, marginais, desocupados, mas que não compreende o que há por trás da titularidade dos donos dessas terras que não estão cumprindo a sua função social.

Eu nunca me vi morando aqui não. Até porque quando eu trabalhava eu pagava aluguel sossegado, tinha um dinheiro [...] só que na minha visão eu nunca me vi dentro de um assentamento. Por exemplo, meu sogro mora no Glória, as primeiras ocupações que tiveram lá no Glória ele me chamou pra ir pra lá, eu cheguei lá vi aquele movimento e falei: Rapaz, eu não vou deixar minha casa pra entrar num barraco desse aqui de jeito nenhum, não eu não vou não (SEBASTIÃO CAMARGO²⁶, 2017, entrevista).

Não! Eu nunca imaginei estar aqui. Nós sempre moramos de aluguel, mas sempre em casa boa, grande, espaçosa. Tinha água e luz direitinho, tinha tudo organizado. É muito difícil estar aqui. Antes quando a gente passava e via essas ocupações a gente ficava imaginando que era um monte de gente desocupada, vagabundo, mas agora a gente sabe que é gente que tinha condições, mas que agora não conseguem mais pagar um aluguel e manter uma casa (EDILENA²⁷, 2017, entrevista).

²⁴ Pedro Nascimento da Silva: Jovem de 24 anos assassinado durante a operação de despejo da Polícia Militar na Ocupação Sonho Real, no dia 16 de fevereiro de 2005, em Goiânia.

²⁵ Tatuagem: Apelido de Ricardo Oliveira, jovem que morreu durante o desabamento do prédio Wilton Paes de Almeida em São Paulo no dia 1º de maio de 2018. O edifício estava ocupado por cerca de 250 pessoas desde 2015. A ocupação era organizada pelo Movimento Social de Luta por Moradia – MSLM e o poder público estava ciente da ausência de condições de funcionamento do prédio.

²⁶ Sebastião Camargo: trabalhador de 65 anos assassinado durante um despejo ilegal no Paraná em 1998. A ação foi realizada por uma organização criminosa de fazendeiros contra os integrantes do MST que ocupavam a fazenda que já estava destinada à reforma agrária.

²⁷ Edilena: Apelido de Edilene Mateus Porto, trabalhadora rural de 32 anos assassinada em 13 de setembro de 2016, por policiais, em Rondônia, no acampamento onde morava e construía a luta.

Quando nós viemos pra cá, eu vim muito contrariada. Porque eu achava errado invadir aquilo que era dos outros, foi assim que eu aprendi e assim que eu continuo agindo, mas eu não tinha outra opção. Ai eu falava e perguntava pra Deus, que eu não queria fazer nada de errado e aos poucos eu fui entendendo que lutar pelo nosso sonho não é errado, que os donos aqui dessas terras estavam devendo mais do que as terras valem, ai foi caindo no meu coração que lutar pela terra não é erro, não é roubar nada de ninguém (NICINHA²⁸, 2017, entrevista).

Nas falas dos sujeitos é possível identificar que a inserção no movimento era algo impensável, distante e que, em certa medida, provocava resistência, aversão. Esta visão negativa acerca da ocupação foi sendo desconstruída, como nos indica os entrevistados, à medida que os sujeitos se aproximaram do movimento e conheceram o processo, os motivos e objetivos da luta.

Uma nova percepção e compreensão acerca das ocupações e manifestações se torna possível somente a partir de mudanças concretas na realidade dessas famílias. Os processos políticos, econômicos e sociais vivenciados na conjuntura brasileira, principalmente a partir de 2016, impactaram diretamente as condições de vida e sobrevivência da classe trabalhadora, que teve sua renda familiar comprometida com aluguéis abusivos e que foram perversamente atingidas pela elevação do índice de desemprego.

Essas alterações e mudanças na conjuntura do país, acompanhada de diversas medidas²⁹ adotadas pelo governo de Michel Temer impuseram a diversas famílias brasileiras uma nova realidade. Sem condições de pagar os aluguéis, tanto em função de seu valor elevado como pelo desemprego, a ocupação aparece não como possibilidade, alternativa, ou uma questão de escolha, mas como o último e único caminho, como pode ser observado nas falas.

Neste processo, de mudança da realidade material, identificamos o processo de formação da consciência sinalizado por Iasi (2012). Os sujeitos começam a perceber que o discurso assimilado não condiz com a realidade, como os próprios moradores afirmam, quando eles começaram participar, compreenderam que não era como pensavam. É o processo de questionamento, de evidência da contradição, que já faz parte de uma construção de uma possibilidade de ver a realidade de forma diferente.

²⁸ Nicinha: Nilce de Souza Magalhães, 50 anos, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) teve sua comunidade removida para a construção da Hidrelétrica do Jirau e não conseguiu ser reassentada, mas entrou com diversos processos e vinha lutando em defesa de seus direitos e de sua comunidade. Desapareceu no dia 7 de janeiro e foi encontrada morta 5 meses depois amarrada em pedras no lago da Barragem da Usina Hidrelétrica de Jirau.

²⁹ No governo pós Golpe de 2016 várias medidas que atacam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora foram adotadas. Sendo algumas delas: a PEC do Teto dos Gastos Públicos, a Reforma Trabalhista, Reforma do Ensino Médio, entre outras.

Podemos compreender este momento também como o processo de formação de uma consciência em si. Uma consciência capaz de tecer críticas da realidade imediata, uma consciência que reconhece a importância da organização coletiva. Assim, se o ingresso no movimento se deu com o único intuito de ter acesso à moradia, o processo de luta trouxe e ainda traz outras possibilidades na forma de ver e se posicionar no mundo. Isto é o que foi observado nos relatos dos sujeitos:

A gente vem pra cá pensando que a gente vai lutar pra ter uma casa, e que é só isso. Que a gente vai continuar vivendo igual era antes. Mas não é assim, né? Não é! Até a nossa visão do que é moradia mudou, sabe? Eu achava que moradia era um teto pra eu entrar de baixo. Mas agora eu sei que não é assim. Que moradia é mais que isso, né?! É poder ter um teto, mas também ter acesso à saúde, educação, lazer. É ter estrutura de água, luz e tudo mais. Participar do movimento faz a gente perceber que aquele mundo que a gente via não é nada daquilo, que tudo que é a verdade da vida é escondido da gente (TATUAGEM, 2018, entrevista).

Na fala fica explícito como a participação vai provocando reflexões e uma forma mais crítica de análise da realidade. Isto fica bem explícito quando o sujeito afirma: “aquele mundo que a gente via, não é nada daquilo, que tudo que é a verdade da vida é escondido da gente”. Este trecho da fala mostra a capacidade de questionar aquilo que é apresentado como verdade, como fato. Uma crítica ainda que inicial do conhecimento que é negado, distorcido. E, de acordo com Iasi (2011) esse processo de crítica é resultado da contradição entre as normas e valores abstraídos e assimilados e a materialidade da vida, aquilo que é real, concreto.

E essa nova forma de ver a realidade e o mundo vai ganhando significado. É o que podemos ver no relato de outra moradora do seu processo anterior à participação no movimento e de seu momento atual, em que afirma ter vivenciado na luta um dos momentos mais marcantes de toda a sua trajetória.

Olha, eu nunca me imaginei aqui não, nem em manifestação, nada disso. Mas nós fomos em uma manifestação em Brasília que foi muito forte. Parece que veio um filme na minha cabeça, de tudo que eu pensava sobre manifestação, sobre ocupação, uma coisa esquisita. E eu me via lá em Brasília na manifestação contra a reforma da previdência e eu não acreditava. A gente sempre via na televisão, assistia de longe, mas naquele dia eu tava lá, eu não tava no sofá da minha casa sem entender e criticando, eu tava lá na rua, no meio daqueles sprays, de bomba, de tudo, eu tava participando, lutando. O que eu vivi aquele dia eu nunca vivi em toda a minha vida. A gente pode até não conseguir a casa aqui porque não tá

determinado ainda, mas por tudo que eu vivi naquele dia valeu a pena (JANE JULIA³⁰, 2018, entrevista).

É na realidade concreta da luta, como nos diz Marx e Engels (2007, p. 94), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” que a desconstrução de valores, de crenças e posicionamentos disseminados pelo capital começa se tornar possível. Tudo aquilo que foi transmitido, enraizado e assumido como verdade se choca, se confronta com a realidade. E é exatamente por meio desse confronto que uma nova visão, um novo olhar pode ser construído.

Como sinalizamos, o processo de formação da consciência é, ao mesmo tempo, coletivo e individual. Conforme podemos identificar no relato, a experiência da manifestação foi coletiva, mas provocou um processo interno, pessoal de reflexão e questionamento. Esse movimento imbricado do coletivo e individual também pode ser verificado na fala de outra moradora:

Eu sempre fui uma pessoa muito tímida, eu não olhava no rosto das pessoas, eu não abria minha boca, mas sempre tive muita vontade de fazer as coisas, de ajudar, de construir. Quando eu cheguei aqui eu não falava nada, mas aí eu fui vendo as necessidades da luta, as coisas que precisavam ser feitas e tudo me incomodava. E aos poucos eu fui começando a falar, me posicionar, e eu me tornei uma coordenadora. Eu olho pra quem eu era e quem eu sou e nem dá pra acreditar que é a mesma pessoa. Hoje eu falo, eu converso, falo em público, pergunto, faço tudo que precisar, não tenho medo e nem vergonha (FRANCISCA DAS CHAGAS³¹, 2018, entrevista).

Essa mudança de postura diante das situações e realidades fez a diferença no que se refere à garantia de direitos. Se antes, diante de acontecimentos em que seu acesso aos direitos era negado a moradora aceitava sem questionar, agora ela afirma que questiona, argumenta e faz todos os encaminhamentos necessários para que suas solicitações e direitos sejam garantidos. E é assim que ela também orienta todos as famílias que estão presentes na ocupação.

É possível identificar, com base nas falas das moradoras e por meio das observações realizadas durante a pesquisa de campo que, à medida que a ocupação vai sendo construída

³⁰Jane Julia de Oliveira: trabalhadora rural assassinada pela Polícia Civil e Militar no dia 24 de maio de 2017, durante uma reintegração de posse no município de Pau D'Arco no Pará.

³¹Francisca das Chagas: liderança quilombola, 34 anos, brutalmente assassinada no dia 1º de fevereiro de 2016 no Maranhão.

pelos sujeitos, ao mesmo tempo, os sujeitos vão também sendo construídos e formados, por meio desse movimento dialético da realidade.

Podemos utilizar aqui um paralelo à própria questão do trabalho. É por meio deste que os homens e as mulheres transformam a natureza e, ao mesmo tempo, também se transformam. E sobre este processo entre o homem e o trabalho Marx (2013, p. 255): “[...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.

Neste sentido, durante a ocupação, conforme os moradores afirmaram, muito foi transformado e adaptado para que o terreno pudesse atender as necessidades de um lugar com funções habitacionais. Assim, ao transformar o terreno neste lugar favorável à habitação, ao cortar o mato, abrir as ruas, construir os barracos, não só a natureza foi modificada, mas esses próprios sujeitos, a sua forma de ver e compreender a realidade.

Esse processo de formação pessoal e coletiva é bem evidente nas pessoas que se tornaram lideranças na ocupação. Se antes elas não falavam em público, tinham vergonha, medo, hoje são elas que conduzem reuniões, assembleias, organizam as festividades, os atos, as manifestações e são referências para toda a ocupação. É uma construção, uma passagem de pessoas que estavam acostumadas a calar, obedecer e assistir à uma posição de quem fala, propõe e constrói rumos e possibilidades.

Observado isto, o processo de formação a partir do ingresso no movimento, questionamos os sujeitos o porquê dessa mudança de visão, de compreensão da realidade, ao quê eles atribuem essas transformações na forma de ver a realidade e nela agir.

As respostas se concentraram em dois eixos principais: a formação política propiciada pelo movimento e a própria luta coletiva. Os primeiros afirmaram que essa forma de ver a realidade foi construída a partir das participações nas formações oferecidas pelo movimento em São Paulo, das quais alguns sujeitos da ocupação participaram. Os que não participaram dessas formações afirmam que essa mudança foi possível pela própria luta, pelas manifestações, pela convivência, pela troca de saberes. Outra moradora faz a síntese afirmando:

Eu não participei dessas formações que teve mais no início não, mas eu acho que o que possibilitou a gente ter esse olhar um pouco mais diferente é tudo isso que todo mundo falou. Não é nem só a formação e nem só a luta, mas é as duas coisas. Porque, vai supor assim, teve os que fizeram a formação, eles vem e passa pra gente, então a formação ajudou a gente também, mas ai a gente vai pra rua pra manifestar e a gente aprende mais um pouquinho, né, [...] e a gente vai conversando com um, com outro e a gente vai aprendendo

junto, crescendo junto. Então acho que é um monte de coisas juntas que permite outra forma de ver as coisas (FRANCISCA DAS CHAGAS, 2017, entrevista).

Neste sentido, ao identificar a luta e os cursos de formação como elementos que contribuem para construção de uma consciência crítica e reflexiva e, considerando que esses elementos fazem parte dos movimentos sociais, questionamos os moradores acerca do que eles entendem e compreendem sobre o MTST, o que é para eles o movimento, quais os objetivos, as estratégias e a forma de organização.

A maioria dos sujeitos afirma que o MTST é um movimento que luta por moradia. No entanto, alguns relatos se destacam por uma compreensão mais ampla acerca do movimento e da própria questão da moradia.

Eu acho que o MTST é um movimento que luta por moradia, mas não só uma casa, mas tudo que a moradia é, a casa, a saúde, o transporte. A moradia é tudo isso. No capitalismo tudo isso fica comprometido, fica difícil ai o movimento luta pra superar tudo isso, toda essa desigualdade (IVO TELES³², 2017, entrevista).

Se, por um lado temos essa análise, essa compreensão ampla dos objetivos do movimento, por outro temos também moradores que não possuem essa análise e não conhecem, de fato, as propostas do movimento. É o que podemos ver no seguinte relato:

Ah! Eu não sei te falar direito. Eu sei que tem essa coisa da bandeira, todo mundo fala que a bandeira é muito forte, muito organizada, mas eu acho que é tipo uma facção sabe?! Que eles têm poder pra negociar e fazer a gente conseguir aqui a terra, mas a gente não tem muito contato com eles lá não (GIOVANA DEODORA³³, 2017, entrevista).

Como podemos perceber nestes dois últimos relatos, que são os dois que se destacam por serem diferentes acerca do MTST, o processo de formação da consciência é vivenciado de forma distinta por cada sujeito. Embora estejam vivendo em condições semelhantes e vivenciando experiências parecidas na luta, a forma como estas experiências e vivências são abstraídas são distintas. Além disso, um conjunto de fatores pode interferir e ser determinante neste processo.

³² Ivo Teles dos Santos: Aposentado assassinado por policiais no despejo forçado da Ocupação Urbana do Pinheirinho em São José dos Campos em 2012.

³³ Giovana Deodoro: mulher indígena de 23 anos assassinada no Rio Grande do Sul no dia 16 de maio de 2016, por conflito por terras.

Ainda no que se refere ao conhecimento sobre a organização do movimento, perguntamos como é a relação com a coordenação do movimento, como são tomadas as decisões, como é o processo de escolha da coordenação local da ocupação, e o que eles pensam dessa forma de organização.

Muitos afirmaram que a relação com a coordenação do movimento é um pouco distante, e que em algumas situações eles só determinam as coisas que não podem ser feitas e auxiliam quando é necessário, mas que não tem muito contato. Outros reclamam, afirmam que as coisas já vêm definidas “lá de cima” e que eles não conhecem a realidade, que cada lugar é único, têm as suas particularidades e que, muitas vezes, isso não é considerado. Como é possível identificar nas falas a seguir:

Ah! A relação com o pessoal da coordenação do movimento é meio distante, eles decidem as coisas lá, igual do regimento, que fala que não pode ter comércio, aí vem tudo determinado lá de cima, aí a gente tem que obedecer (SEBASTIÃO CAMARGO, 2017, entrevista).

A gente nem tem contato com eles assim, antes, no início, o Marcos [coordenador nacional] era muito presente, mas agora com a coordenação aqui dentro do ocupação, quase não aparece, aí só de vez em quando que vem as determinações, das coisas que a gente pode e não pode fazer, de que jeito, eu não concordo muito não, porque nós que vivemos aqui que sabe o que a gente precisa ou não, e como é melhor fazer” (KADU, 2017, entrevista).

Nos relatos percebemos que os sujeitos estão problematizando a questão da autonomia nas decisões no movimento. No entanto, outros sujeitos, principalmente os que fazem parte da coordenação possuem uma visão diferente sobre essa relação, afirmam que sempre que precisam a coordenação do movimento está à disposição e oferecem o suporte necessário.

De acordo com alguns coordenadores locais da ocupação as normas expressas no regimento elas orientam, direcionam, para que haja um controle da ocupação garantindo que tudo funcione da melhor maneira possível e relatam também que há flexibilidade em relação às especificidades de cada ocupação, citando como exemplo a própria decisão pelas casas ao invés dos apartamentos, a liberação um pouco antecipada do comércio no interior da ocupação, entre outras situações.

No que concerne ao processo de constituição da coordenação local os moradores afirmam que no início, assim que foi formada a coordenação da ocupação as pessoas foram indicadas por uma liderança da ocupação, mas posteriormente a coordenação foi sendo modificada, algumas pessoas foram saindo, outras foram entrando.

Geralmente, as pessoas manifestam interesse em participar da coordenação e em alguns casos quando ajudam, contribuem há algum tempo na luta, nas necessidades da ocupação elas são convidadas pela coordenação. Deste modo, a coordenação é aberta àqueles que queiram contribuir com a luta da ocupação. De acordo com uma das coordenadoras:

A coordenação é aberta, né. Todos podem participar, se quiserem. Ai tem várias funções, a parte das finanças, de arrecadar dinheiro, de promover os eventos, de fiscalizar, de organizar a questão de não instalar os chuveiros [...] tem várias coisas, ai cada um escolhe a que mais se identifica, entende? Em alguns casos, quando a gente vê que a pessoa tá interessada, tá ajudando, ai a gente vai e faz um convite (FRANCISCA DAS CHAGAS, 2017, entrevista).

Os sujeitos da coordenação além de falar da forma de ingresso, relatam sobre os papéis desempenhados pela coordenação. Afirmam que a coordenação é responsável por dar os encaminhamentos, pesquisar, direcionar a construção de alternativas e possibilidades. No entanto, é necessária a participação de todos. Por isso os espaços de discussão coletiva, para a apresentação das propostas, divisão de tarefas e atividades a serem desenvolvidas.

Outro elemento destacado pela coordenação é a responsabilidade e cobrança. Todos os coordenadores afirmaram que não imaginavam que o fato de serem coordenadores seria uma questão que traria tantas consequências. Os sujeitos relatam isso exatamente pelo sistema de criminalização dos movimentos sociais e perseguição de lideranças. É comum na ocupação a polícia procurar os responsáveis, os líderes a fim de intimidá-los. E, por mais que todos os sujeitos da ocupação sejam orientados a não citar nomes, os coordenadores estão mais vulneráveis a represálias.

Neste sentido, como sinalizamos anteriormente, acompanhamos o processo de construção do aniversário de um ano da Ocupação Fidel Castro, de um evento para arrecadação de verbas para a manutenção da rede elétrica e dos canos da rede de água.

Durante a preparação e realização desses eventos foi possível identificar essa estrutura de organização. A proposta dessas atividades foi discutida primeiramente na reunião da coordenação e levada como proposta para a assembleia geral. Após a apresentação da proposta os sujeitos se manifestaram favorável à realização do evento e posteriormente foi discutido nas reuniões de cada rua, para realizar as sugestões, as propostas e dividir as tarefas necessárias antes, durante e após o evento.

A comemoração teve a presença do coordenador do movimento Marcos Campos, do advogado do movimento Igino Marcos e outras lideranças vinculadas à ocupação. Foi um

momento em que os sujeitos resgataram alguns momentos da trajetória, as vitórias alcançadas e reafirmaram a necessidade da continuidade da luta para defesa do direito a habitação.

No dia do evento, por meio de conversas informais, foi possível perceber como a divisão das atividades é primordial para o desenvolvimento da relação de pertencimento e de construção coletiva. Muitos sujeitos relataram o que havia ficado responsável. Por exemplo, o pula-pula para as crianças, os caldos, a janta, o bolo, as tendas, as mesas. E, ao relatar o que tinha sido feito falava também do processo vivenciado durante esse período de luta.

Ai, só de tá aqui já é uma vitória. Eu nem acredito. Eu fico vendo, sabe, fico olhando tudo que a gente já viveu aqui, cada bocado que a gente já enfrentou junto. Olha só, toda a festa tá bonita porque tem um pouquinho de cada um, né? E é esse pouquinho de cada um que fortalece a gente. Se um deixa de fazer vai ficar faltando. A gente briga, se desentende, mas a gente constrói junto (NICINHA, 2018, entrevista).

Dá uma alegria, uma vontade de chorar, né! Mas é de alegria mesmo. Quem viu de onde a gente veio não acredita que a gente chegou até aqui. Eu já quis desistir várias vezes, mais isso aqui é um caminho sem volta. Por mais que tenha toda dificuldade, né. De conviver, de decidir em união, eu amo esse lugar, eu amo tá aqui, mas se hoje a gente tá rindo é porque a gente já chorou muito aqui (ADNA SENHORA³⁴, 2018, entrevista).

Os relatos evidenciam alguns momentos e elementos que constituem o processo de construção e de luta e como essa trajetória é carregada de sentimentos, de emoções, de bagagens acumuladas ao longo dos anos. A vivência no movimento vai colocando essa história em diálogo com outras histórias, com outras realidades e vivências, o que produz, por vezes, o atrito, o conflito, mas que, possibilita também o crescimento e a construção não por via do individual e do particular, mas pela coletividade, pela democracia, caminho este, que como os moradores relatam não é fácil, mas que é possível.

3.3.2 *Pertencimento e Identidade*

Nesta direção é importante salientar o quanto a luta é essencial para esse processo de construção. Uma quantidade ínfima do total da ocupação já havia participado de outra ocupação. Um desses moradores que participou de outra ocupação relatou que tinha participado de outra ocupação na mesma cidade, mas que não se adaptou, porque quando ele chegou na ocupação, os lotes já estavam divididos, tudo já estava organizado e ele só foi para

³⁴ Adna Senhora Teixeira: mulher, liderança de movimento de luta pela terra, assassinada em conflito por terras no dia 6 de julho de 2016 em Rondônia.

entrar e morar. De acordo com Kadu (2017, entrevista), essa realidade o incomodava, mas permanecia lá porque não tinha aonde ir.

Durante esse período nessa outra ocupação, Kadu ficou sabendo que haveria essa outra ocupação, a Fidel Castro, e foi então que resolveu acreditar nesta possibilidade.

Eu não me arrependo não de ter deixado tudo lá e ter vindo pra cá. Sabe, não sei se você me entende, é diferente, cara. É diferente quando você participa, ajuda construir, sabe de cada cano, de cada fio, de cada pessoa que pegou os lotes. É uma sensação assim, indescritível que fala?! Eu não troco isso aqui por nada. Isso [a ocupação] faz parte de mim (KADU, 2017, entrevista).

Como podemos observar, o processo de construção da luta gera uma relação de pertencimento que provoca uma ação, participação e envolvimento com as necessidades e lutas da ocupação. Envolvimento este, que em alguns casos não é verificado em pessoas que chegaram na ocupação mais tardiamente. Isto não é uma regra, mas é uma realidade que acontece e provoca conflitos no interior da ocupação.

É que quem chega bem depois não sabe de nada que a gente sofreu pra chegar até aqui. Olha aqui, você acha isso aqui ruim, isso aqui pra nós que estamos desde o início, que abriu as ruas, que cortou o mato. Cara, isso aqui pra mim é um paraíso. Aí tem gente que chega depois reclamando, achando que é pouco, criticando tudo que já tá feito e exigindo mais, pergunta se quer por a mão na massa, se quer lutar, e fazer as coisas acontecerem? Quer nada, quer tudo de mão beijada, aí é difícil porque não ajuda, não participa e só cobra (KADU, 2017, entrevista).

Diversos são os desafios enfrentados no interior da ocupação. Principalmente no que se refere à convivência, pois são distintas as formas de ser e de estabelecer as relações. O predomínio do particular, do individual, do autoritarismo se choca com a necessidade do diálogo, da construção coletiva, de decisões democráticas.

E é nesse choque entre aquilo que se traz, todo acúmulo de valores, costumes e culturas e aquilo que se apresenta de novo, de desconhecido que outra forma de ver, perceber e agir pode ser construída.

Acerca desse processo de convivência com o novo, com o diferente e daquilo que essa experiência produz, os moradores afirmam que é um processo único de aprendizagem. Segundo eles, antes eles resolviam tudo no “braço”, não havia diálogo, troca de ideias, não sabiam lidar uns com os outros. Com a participação no movimento, a própria realidade foi exigindo outras maneiras de solução de conflitos, e assim, o movimento se tornou para os moradores uma grande escola, como eles relatam: “Isso aqui é uma escola de vida. A gente

aprende a ser mais humilde, trabalhar em comunidade, em união, a cada dia aprendendo mais” (PEDRO, 2018, entrevista).

A gente aprende a ter paciência, a saber conversar sem brigar, porque às vezes o problema não é nem por causa daquilo que você disse, né?! Mas pela forma como você disse. Talvez você já tem um jeito mais grosseiro de falar e isso pode ofender, machucar, as pessoas. E aquilo que era uma coisinha de nada vai ficando grande, grande e vira um problemão. Aqui a gente aprende muito, a dividir, a fazer as coisas em união. E isso é bom pra gente e pra todo mundo (JANE JULIA, 2018, entrevista).

Como é possível verificar nas falas, de um modo geral para a maioria dos moradores a experiência com a ocupação, a participação no movimento trouxeram muitas contribuições que se evidenciam na forma particular e subjetiva dos sujeitos e também na coletividade.

No que se refere ao processo de identidade, de como eles se identificam e se reconhecem houve algumas divergências no que tange à denominação. Assim, quando indagados acerca de como se identificam e se reconhecem no mundo as respostas foram as seguintes:

Eu me considero um sobrevivente. Um sobrevivente desse sistema (TATUAGEM, 2018, entrevista).

Eu me reconheço, eu acho que a gente tá na categoria ainda de sem-teto porque, apesar que hoje eu tenho meu teto pra mim morar, eu me coloco naqueles que ainda não tem, então assim, e outra não é só porque eu tenho meu teto aqui não tá regularizado ainda, então querendo ou não nós somos sem-teto sim e com muito orgulho porque nós estamos aqui em busca da moradia. E outra quem é batizado como sem-teto vai ser sempre sem-teto porque a luta nunca vai acabar, mesmo que a gente consiga regularizar aqui terão outras famílias sem e nós estaremos com elas [...] (FRANCISCA DAS CHAGAS, 2018, entrevista).

Eu não me reconheço como um sem-teto, para mim é normal. É como se eu estivesse lá fora. Só muda o barraco. O barraco agora é de lona, mas antes não era. Eu não vejo as paredes que é de lona, para mim é uma casa normal (JANE JULIA, 2018, entrevista).

Os moradores possuem compreensões distintas acerca da sua identidade e reconhecimento. Na primeira fala podemos observar que o morador fala de uma forma mais geral, mencionando a questão estrutural do sistema. Na segunda, percebemos uma compreensão um pouco mais detalhada e reflexiva acerca da denominação de sem-teto, que supera uma situação momentânea de estar sem moradia, um entendimento mais atrelado a uma condição de classe. Já na terceira fala, o termo sem-teto é entendido pela moradora como

negativo, o que é completamente compreensível visto que este é um segmento extremamente criminalizado e estigmatizado pela mídia e conseqüentemente pela sociedade. Neste sentido, a moradora afirma não se reconhecer como sem-teto, que ela é igual todo mundo, como os outros que moram em outros lugares.

Esta última fala já sinaliza um dos grandes desafios cotidianos vivenciados pelas famílias da ocupação. Nas observações, nas falas e conversas livres os sujeitos relataram que um dos maiores desafios de estar na ocupação e no movimento é o preconceito da sociedade.

O problema não é só ter o direito negado, o problema é que a gente é tratado com desprezo, a gente é maltratado, quando a gente fala que mora no Fidel, eles perguntam: “o que é isso?” Quando a gente responde que é uma ocupação as pessoas nem dão as informações, fala pra ir em outro lugar. Até as crianças reclamam na escola, porque todo mundo acha que lá não tem água pra gente tomar banho, que a gente passa fome, que a gente é tudo bandido e vagabundo, é muito difícil (GIOVANA DEODORO, 2018, entrevista).

A gente morar numa ocupação não é difícil por causa dos barracos, da água que falta quando eles corta, do chuveiro que a gente não pode usar, da terra, da poeira que as crianças fica tudo doente, cê me entende? O difícil é você não ser contratado porque você mora numa ocupação e todo mundo acha que você é vagabundo. O difícil é você não ser atendido no posto, não ter escola pras crianças estudar. É você entrar nos mercados, nas lojas e os povo da loja fica andando atrás de você (ADNA SENHORA, 2017, entrevista).

Como podemos ver, além dos desafios estruturais e materiais vivenciados pelos sujeitos da ocupação, eles lidam cotidianamente com a visão equivocada e limitada de uma sociedade que criminaliza e estigmatiza os movimentos sociais e suas estratégias de luta.

Para lidar com essa realidade de preconceito, as alternativas encontradas pelos sujeitos da ocupação se diferem. Uns afirmam que ao vivenciar situações em que o acesso aos diversos direitos é negado eles argumentam que os direitos são universais e que não pode haver distinção por eles morarem em uma ocupação. Aproveitam e explicam o que é, de fato, uma ocupação, convida para conhecer e relatam que também já tiveram, antes de entrar para o movimento, uma visão errônea acerca das ocupações, mas que hoje enxergam de outra forma.

Outros afirmam que já estão cansados de terem o acesso negado e de tentarem dialogar, que preferem, quando é possível, pegar um comprovante de endereço de alguém da família e evitam ao máximo falar que moram em ocupação para evitar o desconforto dessas situações.

Alguns relatam que dependendo da situação argumentam e explicam melhor sobre a ocupação, quando é caso de saúde, de educação, em comércio, e em outras situações como de

trabalho prefere não falar de onde vem, exatamente pelo risco de perder o emprego, como foi relatado por diversos moradores.

Acerca desse processo de reconhecimento e posicionamento diante da sociedade alguns sujeitos afirmam que do início da ocupação até agora mudaram a sua forma tanto de ver como de agir nessas situações.

No início eu tinha vergonha, não gostava de falar que morava aqui. Eu sempre arrumava um comprovante de endereço com alguém e não falava de jeito nenhum, né, que eu vivia na ocupação. Mas aquilo me incomodava, sabe? Parece que eu vivia uma mentira. Aí um dia, eu já vinha pensando muito nisso, pensava, poxa, eu vivo aqui construindo, lutando e lá fora eu finjo ser de outro lugar. Aí né, eu ia fazer uma entrevista de emprego. Cheguei fiz a entrevista e o patrão perguntou onde eu morava. Eu respondi: Moro na ocupação Fidel Castro. Ele disse que ia me contratar e queria me ajudar pra sair daqui. Eu falei que não. Que eu morava aqui e que se ele quisesse me contratar eu ficaria muito agradecido, mas que eu não estava procurando outro lugar, que eu já tinha minha casa e era aqui³⁵. Esse dia foi um divisor de água, né. Ai desde então eu parei de mentir e pago o preço por morar aqui (JESSER BATISTA³⁶, 2018, entrevista).

Eu fico pensando assim, é engraçado. Quando acontecia isso do povo me olhar diferente porque eu moro aqui eu ficava muito revoltada com as pessoas, tinha vontade de brigar e acabar com tudo, né. Mas ai um dia eu pensei assim: Gente, eu também era assim, eu também achava que o povo de ocupação era tudo vagabundo. Eu só mudei minha opinião porque eu tô aqui, porque eu tive essa oportunidade. Ai eu comecei ficar com dó dessas pessoas, que não tem conhecimento, que não entende (FRANCISCA DAS CHAGAS, 2017, entrevista).

Os relatos sinalizam o quanto a questão da moradia é determinante na constituição das relações. O patrão, praticamente estabelece uma condição para o trabalhador. Condição esta que não está atrelada ao desempenho das funções exercidas pelo empregado. Ou ainda, uma preocupação com o tempo de deslocamento do trabalhador, mas sim à imagem da empresa, que não pode ter funcionários que morem em ocupações. Há uma nítida tentativa de interferência na vida desse trabalhador, que extrapola a esfera do trabalho.

Este fato possibilita-nos, dentre várias constatações, identificar que os desafios vivenciados pelos sujeitos da ocupação Fidel Castro são diversos. E que, conforme o outro sujeito afirmou, todos os dias é preciso descobrir uma forma de enfrentar e fazer resistência a essas situações.

³⁵Jesser foi contratado e está trabalhando atualmente, mas afirma que várias vezes o patrão ainda pergunta se ele não pretende sair da ocupação e “mudar de vida”. Relatou também que em certos momentos já o ameaçou que se ele não procurar outro lugar irá dispensá-lo, mas que ainda não o fez.

³⁶Jesser Batista Cordeiro: trabalhador rural assassinado no dia 24 de abril de 2016, por conflito de terras, em Rondônia.

Dada essa realidade, os sujeitos foram indagados sobre o que compreendem dessas situações, o porquê das pessoas agirem assim, porque essa visão negativa acerca das ocupações e das pessoas que ocupam. As respostas foram as seguintes:

Ah! Eu não sei bem te falar. Acho que um pouco é por causa da televisão. Na televisão sempre fala de invasão de um jeito como se fosse um crime, parece que quem ocupa assim é muito mais mal visto do que esses políticos que roubam nosso dinheiro e cometem um monte de crime (NICINHA, 2017, entrevista).

Olha. Difícil ein! Eu acho, não sei se tá certo, mas eu acho que isso é o capitalismo, é a sociedade, que existe um padrão, né?! Todo mundo tem que morrer de trabalhar, e conseguir comprar uma casa. A gente tá fugindo esse padrão, aí acho que por isso que tem esse olhar (MANOEL RAMOS³⁷, 2017, entrevista).

É complicado, né. É uma estrutura de sociedade que faz isso, né. A gente não foi criado pra lutar por nossos direitos, a gente foi feito pra calar e obedecer, então quando a gente vem exigir nossos direitos através da ocupação a gente tá ferindo uma organização, tá ferindo a ordem. E quando a gente faz isso incomoda. Incomoda os grandão donos das terras, os grandes empresários, incomoda muita gente, aí a mídia vai e fala mal, as pessoas ouvem e reproduz o que ouviu (SEBASTIÃO CAMARGO, 2017, entrevista).

É possível identificar que na análise dos sujeitos aparecem questões como: capitalismo, sociedade, estrutura, televisão. Isto indica uma compreensão, talvez ainda inicial, das estruturas da sociedade. Em nenhum dos relatos há uma culpabilização dos indivíduos. Pelo contrário, há exatamente a análise que, eles, os sujeitos da ocupação, também já tiveram uma compreensão semelhante a dessas outras pessoas que estão inseridas nesta sociedade que criminaliza os movimentos e seus sujeitos.

3.3.3. Atualidades

Na busca por compreender qual a visão da realidade e de como os sujeitos da ocupação se posicionam frente questões mais gerais, referentes ao contexto político, social e econômico da conjuntura brasileira, questionamos sobre o entendimento dessa realidade e o que poderia ser feito. Muitos responderam que a situação é complicada, que compreende toda

³⁷ Liderança do MTST, 27 anos, coordenador da ocupação Vitória em Belo Horizonte, assassinado no dia 31 de Março de 2015.

a disputa de poder, mas que há muito mais por trás daquilo que as pessoas têm acesso. Acreditam que não há muito a ser feito, mas que, com certeza, é preciso ir às ruas, manifestar e lutar por todos os direitos que estão sendo retirados da população. Alguns relatam a questão das eleições como possibilidade, mas outros consideram que somente a eleição não é suficiente.

Eu acho assim. A gente tá perdendo um monte de direito, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, um monte de PEC, a gente precisa manifestar e lutar por tudo isso, né?! Eu acho que as eleições são importantes, mas não acho que é a solução, porque tem muita sujeira, e por mais que mude o presidente e o resto? O tanto de gente que tem lá, o sistema não funciona, não sei o que poderia ser diferente, mas sei que desse jeito não dá. Às vezes a gente fica perdido, sem conseguir entender tanta coisa, mas eu sei que a gente tem que lutar (TATUAGEM, 2017, entrevista).

Além de relatarem o que pensam sobre a conjuntura brasileira, os sujeitos também foram indagados sobre como era essa visão antes de ingressarem no movimento. Qual era a relação que estabeleciam com a política local e nacional e o seu posicionamento. A maioria dos entrevistados respondeu que antes de ingressarem no movimento não tinham uma opinião formada, que às vezes ficavam sabendo dos acontecimentos por meio dos jornais, mas que não tinham uma reflexão do porquê de determinadas ações e medidas adotadas pelos políticos e pelo judiciário. Relataram também, que além de não compreenderem muito bem o contexto e a realidade eles também não se organizavam e não tinha nenhuma atuação coletiva. É o que podemos verificar no relato a seguir:

Assim, não que agora a gente entende tudo que tá acontecendo, porque é muito difícil, né. Cada um fala uma coisa, né. Aí dá uma confusão na cabeça da gente, sabe? Mas assim, hoje a gente ainda sabe dos acontecimentos, por exemplo, o negócio da reforma da previdência. A gente entende e sabe como que isso é ruim e prejudica a gente. O governo Temer a gente também tá ligado, da prisão do Lula, tudo isso a gente sabe e a gente se organiza e vai pra rua lutar. Antes a gente nunca imaginava uma coisa dessa (VAGNER³⁸, 2018, entrevista).

É possível identificar no relato que a participação no movimento contribuiu para uma melhor compreensão e atuação na realidade não só da luta pela terra, mas também de uma realidade e contexto mais geral que é a conjuntura brasileira.

³⁸ Jovem de 21 anos assassinado durante a operação de despejo da Polícia Militar na Ocupação Sonho Real, no dia 16 de fevereiro de 2005, em Goiânia.

3.3.4 Combate às opressões

Os documentos que regulamentam a profissão e norteiam a atuação profissional da/o assistente social explicitam a importância da luta para a eliminação de todas as formas de exploração e opressão. Nos capítulos VI, VIII e XI, dos princípios fundamentais do código de ética, a luta e o combate a todas as formas de opressão pela classe social, gênero, etnia, orientação sexual são apresentadas como fundamentos de uma prática profissional comprometida com o presente e o futuro da classe trabalhadora.

Esse destaque às questões de etnia e gênero se dá exatamente porque estes são componentes da luta de classes. De modo que a construção da emancipação humana não se limita à superação da exploração e dominação econômica, mas compreende a superação de todas as formas de preconceito, exploração, dominação e opressão.

Neste sentido, compreender o que os sujeitos da ocupação pensavam antes da ocupação e pensam atualmente acerca das questões de gênero e etnia é essencial para analisar o processo de formação de uma consciência crítica e reflexiva.

Durante a realização das entrevistas, nos momentos de conversas informais, de convivência e participação de atividades coletivas uma das questões que buscamos identificar foi exatamente como se dava as discussões de classe, gênero e etnia no interior da ocupação.

O intuito de identificar a abordagem dessa temática nos momentos coletivos de debate e discussão da ocupação se justifica por esses elementos, gênero, raça/etnia, serem essenciais para a compreensão da estrutura da sociedade capitalista, bem como da realidade.

Nesta perspectiva, ao buscar compreender como a questão de gênero e da etnia era trabalhada no interior da ocupação, observamos em diversos relatos que a violência doméstica é um dos grandes desafios vivenciados na ocupação.

De acordo com a coordenação, várias foram as situações em que os coordenadores precisaram intervir, pois, conforme orienta o regimento, essas situações não podem ser toleradas, o que culmina necessariamente na expulsão da ocupação.

Sabemos que vivemos em uma sociedade em que a violência contra mulher atinge índices exorbitantes. De acordo com os Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha, a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil. No mercado de trabalho, segundo uma pesquisa realizada pela Catho as mulheres desenvolvendo as mesmas funções ganham cerca de 50% a menos que os homens. Diversas situações poderiam ser

mencionadas para exemplificar as relações sociais de sexo na sociedade capitalista, marcada pelo machismo e pelo patriarcado.

Segundo Machado (2010, p. 3), “patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social”. Essa forma de organização baseada na exploração, na dominação e opressão se manifesta em todas as esferas e relações³⁹, inclusive nas ocupações urbanas.

Tendo em vista essa realidade de desigualdade nessas relações, o movimento adota algumas medidas: os lotes sempre são regularizados no nome das mulheres. É realizado mensalmente um grupo só para mulheres, que visa exatamente este processo de reconhecimento e empoderamento. Em casos de violência psicológica e física há sempre a expulsão do agressor da ocupação.

De acordo com uma das coordenadoras a realização deste grupo tem sido relevante neste processo das mulheres relatarem um pouco mais de suas vivências e trabalharem as formas de enfrentamento e resistência diante dessas possíveis situações.

No entanto, afirma também que o grupo enfrenta alguns desafios no que se refere à abordagem dos temas. Principalmente por questões religiosas. Muitas vezes ao abordar a questão das mulheres na contemporaneidade as mulheres da ocupação percebem a discussão como uma afronta as suas crenças e valores, o que já ocasionou no afastamento do grupo.

Para compreender um pouco mais sobre esse contexto, indagamos os sujeitos sobre o que eles pensam sobre a mulher na sociedade atual. As respostas foram variadas como podemos ver:

A mulher é muito importante na sociedade. É sempre a gente que carrega o fardo mais pesado dentro de uma casa. É comida, é roupa, é casa, é marido, né. É um serviço que nunca tem fim. Mas eu acho que a gente não é muito valorizada, todo esse trabalho que a gente faz não tem muito valor, mas a gente não pode esperar muito reconhecimento das pessoas, porque são nossas obrigações mesmo (GIOVANA DEODORA, 2017, entrevista).

É muito difícil ser mulher nessa sociedade. A gente tem que trabalhar fora pra sustentar a casa, tem que cuidar das crianças, organizar a casa, é problema de todos os lados, é filho doente, é serviço que não pode faltar, é as coisas de casa. Sei lá. Parece que a vida dos homens é bem mais fácil, bem mais de boa, não tem tanta pressão (ADNA SENHORA, 2017, entrevista).

Olha, eu já fui casada. Foram os piores anos da minha vida. Sofri todos os tipos de violência que você imaginar. Eu me orgulho de ser mulher e chegar onde eu cheguei. Me orgulho de estar aqui lutando pelo meu espaço. Criei

³⁹ Sobre esse debate consultar: CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe*. São Paulo: Cortez, 2014.

meus filhos sozinha, trabalho ainda e acho que sem mulher não existe sociedade, mas tudo isso não é falado. A gente faz tudo, né! Mas pra sociedade é como se a gente não fosse nada (NICINHA, 2018, entrevista).

Eu acho que a gente já avançou muito. A questão de poder trabalhar, a questão da lei Maria da Penha, na política, mas ainda não é o suficiente. Falta muito pra gente ser reconhecida e ter igualdade. Eu falo por mim. Meu marido era muito enjoado com coisas da casa, eu tinha que deixar tudo muito limpo, impecável, e me cobrava muito, mas aí eu comecei reclamar, falar pra ele fazer também, agora tá melhorando, mas é difícil. Eu queria voltar estudar, terminar o ensino médio, mas ele tem muito ciúme e não gosta que eu saia, mas é um trabalho de formiguinha (EDILENA, 2017, entrevista).

Assim, eu não concordo com essas coisas agora que defende que a mulher pode fazer o que quiser não. Eu acho que por isso as coisas vão tão mal. Na minha época quem criava e educava os filhos era a gente, não era essa história de creche e escola que as crianças ficam o dia inteiro [...] tem mulher que não quer nem saber de fazer serviço de casa, com toda a facilidade que tem hoje, de água encanada saindo na torneira, de máquina de lavar e tudo mais. Eu preservo meus valores que eu aprendi, a mulher tem que se dar o respeito pra ser respeitada. E pra isso ela precisa cumprir as obrigações que são próprias da mulher dentro de uma família (JANE JULIA, 2017, entrevista).

Como podemos observar, embora as falas tragam visões e percepções distintas acerca da realidade da mulher, em todas elas aparecem a questão das tarefas domésticas e das diferenças entre mulheres e homens e, como esta relação é marcada pela desigualdade, mesmo que por algumas ela seja compreendida como natural. De forma geral, os relatos apresentam marcos importantes na luta das mulheres. No relato de Giovana, ela fala de um processo de construção vivenciado com o marido e apresenta ainda os avanços e limites dessa relação.

Outra situação que também acontece na ocupação e que foi relatada por uma das coordenadoras é exatamente a dificuldade de ser uma coordenadora, uma mulher em uma coordenação em que predominantemente os homens são maioria.

Olha, são várias situações. No início eram quase 20 coordenadores e eu era a única mulher. Era muito difícil. E como eu que já ficava responsável por a questão financeira, da compra dos fios, dos canos era mais difícil ainda. Porque era eu contra todo mundo. Às vezes eu falava as coisas, né, e eu tinha certeza que era o melhor jeito, mas ninguém confiava em mim e faziam de outro jeito aí quando dava tudo errado, falavam que do jeito que eu tinha falado realmente era melhor. Foi muito difícil, porque homem acha que eles que sabem de tudo e aceitar uma proposta de uma mulher. Que isso? É o fim. Eu sofri muito, hoje eu consigo me impor e eles me respeitam mais, mas é uma relação muito complicada (FRANCISCA DAS CHAGAS, 2018, entrevista).

Como apontado por Cisne (2014) as relações de sexo e raça/etnia são fundamentais para compreensão tanto da classe trabalhadora como do sistema de exploração do capitalismo das mulheres e dos negros. Ou seja, essas relações de sexo e raça/etnia elas não se configuram como uma temática isolada no interior da sociedade capitalista. Pelo contrário, essas relações são imprescindíveis para o funcionamento da sociedade do capital.

É neste sentido, que a discussão da mulher e do negro é indispensável para a compreensão do processo de formação de uma consciência crítica e reflexiva, visto que essas relações de sexo, raça/etnia não se limitam a relações individuais, particulares. Pelo contrário, estão completamente conectadas às relações mais amplas, às determinações macroestruturais.

No intuito de identificar a existência deste debate nos momentos coletivos da ocupação, bem como de conhecer a percepção dos sujeitos acerca das relações de sexo e raça/etnia, indagamos os coordenadores se havia algum momento em que estas questões eram discutidas e trabalhadas coletivamente. Os coordenadores afirmaram que o único momento em que estas questões, mas especificamente, somente a questão da mulher é no grupo das mulheres, mas que a questão de raça geralmente não é abordada.

Aos sujeitos da ocupação que não fazem parte da coordenação perguntamos o que eles pensam sobre a questão racial. As respostas foram breves, afirmando que não há distinção, que na própria ocupação tem pessoas diferentes que são respeitadas. Um dos moradores, para embasar sua fala sinaliza a presença de um número significativo de haitianos que moram na ocupação.

Olha, a gente não faz distinção não. A gente acolhe e trata todo mundo igual. Você vai andar aqui e vai ver, tem um monte de haitianos que moram aqui. Eles ficam aqui, a gente respeita o jeito deles, eles respeitam o nosso. Teve até um dia que eles fizeram umas comidas típicas do país deles, a gente comeu. Não tem preconceito e discriminação aqui não (JESSER BATISTA, 2017, entrevista).

Outra moradora relata que veio para Uberlândia com o marido porque eles moravam em Curitiba e ele não conseguia arrumar emprego por ser negro e haitiano. Relatou diversas situações de preconceito e racismo vivenciadas pelo marido e falou o quanto se sente mal em ver que a humanidade falhou e continua falhando, que sabe que essa é a realidade do esposo dela e de diversos imigrantes.

Nos relatos é possível identificar que os sujeitos proferem um discurso de respeito à diversidade quando são indagados. No entanto, em momentos de conversas informais e de

confraternização coletiva em que o assunto não era necessariamente a questão de raça identificamos falas que expressam o preconceito e o racismo.

Como podemos verificar, a questão das relações de sexo, é abordada minimamente com a realização do grupo de mulheres e as relações de raça/etnia não são temáticas abordadas nos momentos coletivos.

Deste modo, conforme podemos observar nos relatos dos sujeitos da ocupação, a participação no MTST trouxe diversas contribuições no que se refere à compreensão da realidade, da conjuntura brasileira, da noção de direitos e da necessidade da luta para defesa dos mesmos. As discussões acerca da questão de gênero e racial estão presentes também nos documentos que regulamentam o cotidiano da ocupação, mas ainda não aparecem com muita expressividade nas atividades e momentos coletivos da ocupação.

Frente ao exposto, apresentaremos a seguir algumas considerações que a realização desta pesquisa possibilitou. Não teceremos notas conclusivas porque acreditamos que a realidade, os sujeitos da ocupação e o MTST estão em constante movimento, em processo de (trans) formação. Assim, longe de esgotar a discussão, apresentaremos alguns elementos que foram possíveis identificar e alguns questionamentos que indicam a necessidade da continuidade deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de retrocessos no campo dos direitos sociais, de ataque à democracia, de criminalização dos movimentos sociais, do avanço do conservadorismo, de assassinatos e presos políticos e de violência às minorias, construir formas de luta e resistência é necessário e urgente.

É centralmente neste processo de construção da luta que são construídos novos sujeitos. Isto foi o que a realização desta pesquisa sinalizou. A frase: “Nós somos completamente outros”, que dá título a esta dissertação e que foi proferida por um dos sujeitos da ocupação Fidel Castro, ao relatar o processo de construção vivenciado a partir da participação no MTST, evidencia as potencialidades deste movimento na formação de novos sujeitos.

Identificamos que a principal contribuição do movimento se concentra na esfera do reconhecimento dos direitos humanos e sociais. O antes e depois da visão dos sujeitos mostraram que a partir do ingresso no movimento a moradia, a saúde, a educação passaram a ser compreendidos como direitos que devem ser garantidos.

Também teve destaque nos relatos o reconhecimento da importância da luta para a garantia desses direitos. E a compreensão de si mesmo como sujeito fundamental para a construção das lutas. Foi possível identificar exatamente este momento de passagem de uma posição passiva, de aceitação, de expectador a um posicionamento crítico, ativo e de autor, de sujeito da própria história.

Das contribuições possibilitadas pelo movimento também é possível sinalizar uma melhor compreensão da realidade e da sociedade capitalista. Se antes de fazerem parte da ocupação tinham uma visão negativa destas ocupações, de manifestações e atos com a participação puderam construir uma nova percepção desses processos.

De acordo com os relatos e com a pesquisa acerca do movimento, é possível afirmar essas contribuições ao processo de formação da consciência estão atreladas à própria forma como o MTST está organizado.

Por exemplo, essa compreensão mais crítica da realidade e o conhecimento da atual conjuntura política do país decorrem exatamente do posicionamento de enfrentamento e resistência assumido pelo movimento frente à conjuntura de ameaça aos direitos humanos e sociais.

No que se refere ao combate às opressões, constatamos que a discussão no interior da ocupação apresenta limitações. Apesar de ter o grupo de mulheres para esse processo de

fortalecimento, a discussão ainda é restrita ao grupo, a questão da violência contra a mulher, as questões de gênero não são debatidas em momentos de discussão coletiva.

A questão do racismo também não é abordada em nenhum momento de debate, de reunião ou construção coletiva. O que se revelou como um limite no processo de formação da consciência crítica.

Uma contradição que pode ser observada foi a questão da autonomia. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, a autonomia é um dos elementos que o movimento prioriza. No entanto, no cotidiano da ocupação, foi possível constatar que há uma rígida hierarquia nas decisões e condução do movimento e restrições a ações em ocupações que sejam distintas das determinadas nacionalmente.

De modo geral foi possível verificar que o MTST não possui uma proposta elaborada e implementada de formação política, assim, como já sinalizamos, as transformações possibilitadas pelo movimento estão relacionadas à forma como o movimento se organiza e se posiciona, às suas estratégias de luta, que acabam por ser, em si mesmas formativas e educativas.

No processo investigativo também percebemos, o quanto, de fato, a consciência é um constante movimento que ora avança, ora retrocede. Por exemplo, sujeitos que tem uma visão crítica acerca da moradia, dos direitos, por vezes apresenta um discurso machista, racista e homofóbico. Outros sujeitos que tinham uma visão no primeiro momento da pesquisa na última etapa já conseguiam estabelecer algumas críticas e fazer conexões com a estrutura da sociedade e da mídia.

Neste sentido, não pretendemos apresentar notas conclusivas acerca do processo de formação da consciência crítica na ocupação Fidel Castro, mas apresentar exatamente aquilo que foi possível identificar e também os questionamentos que surgiram na construção desta investigação.

A participação na ocupação do MTST possibilita e favorece o processo de uma formação de uma consciência crítica e reflexiva, mas apresenta também alguns limites já sinalizados.

Nesta direção é possível afirmar que a contribuição do MTST no processo de formação da consciência se concentra no campo da consciência em si. Ou seja, os sujeitos reconhecem a importância da organização coletiva, conseguem se organizar e lutar pela defesa de direitos, mas não conseguem desvelar em sua totalidade as contradições do sistema capitalista e se organizar para construção de outro projeto societário.

Assim, a atuação nessa esfera de uma consciência em si, configura o que Marx (2005) denomina de emancipação política. Os sujeitos da ocupação não são inteiramente livres, porque a sua luta ainda é uma luta por direitos dentro da sociedade do capital, é uma luta contida. No entanto, isto não diminui a importância dessa luta que se configura como um passo no processo de luta pela construção de uma sociedade livre de todas as formas de exploração, desigualdade e opressão.

Neste sentido, o processo de pesquisa além de possibilitar a identificação das contribuições das potencialidades e limites do MTST no processo de formação da consciência crítica e reflexiva dos sujeitos da ocupação Fidel Castro, provocou algumas indagações.

Quando iniciamos a pesquisa de campo, a ocupação ainda não estava em um estágio inicial, não havia completado seu primeiro aniversário de luta. Como foi possível compreender a partir das leituras, a consciência está em um movimento constante. Neste sentido, seria possível afirmar que com um maior tempo de luta na ocupação os sujeitos poderiam desenvolver uma consciência ainda mais crítica, para além da esfera da consciência em si? Será que esse processo de formação de uma consciência para si também seria uma competência dos movimentos sociais?

É na certeza de ter mais perguntas que respostas que concluímos, neste momento, este trabalho. E, acerca deste processo de investigação, como relatado pelos sujeitos, foi fundamental, pois o ato de poder contar a própria história e da ocupação provoca uma reflexão de todo o percurso construído e fortalece para a continuidade da luta. Assim, como nos diz Thompson (1992, p. 43) acerca deste processo “O que se requer é uma história que leve à ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo”.

Por fim, salientamos que a realização e construção deste estudo, bem como a vivência na ocupação para fins da pesquisa impactaram não só os sujeitos entrevistados, mas também a pesquisadora. Acreditamos que este processo de investigação, de (des) construção, é um movimento que acontece concomitantemente com a pesquisa e a pesquisadora. Corroborando com um dos sujeitos da pesquisa: “Não somos mais os mesmos”. Na esperança das possibilidades que esta mudança traz, finalizamos este trabalho com um trecho do poema de Mauro Iasi (2015) que retrata esse movimento do conhecimento e também dos sujeitos que se dispõem a buscá-lo e produzi-lo e, que assim, também se encontram e se re(constroem). “O conhecimento é assim: ri de si mesmo e de suas certezas. É meta da forma, metamorfose, movimento, fluir do tempo, que tanto cria como arrasa, a nos mostrar que para o voo é preciso tanto o casulo como a asa”.

REFERÊNCIAS

ADNA SENHORA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 20 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

ALAIN, Touraine. **Na fronteira dos Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3399/339930883003/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Entrevista**. Disponível na Revista Eletrônica da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, agosto de 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. As rebeliões de Junho de 2013. In: **Brasil en Movimiento**. México: Clacso, 2013. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20131107012902/osal34.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ARCARY, Valerio. As Jornadas de Junho de 2013. **Revista Praia Vermelha**, v. 23, n. 2, p. 3321-624, jul/ dez 2013, Rio de Janeiro.

BARROCO, Maria Lucia Silva.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENOIT, Hector. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.14, p.134-149, 2002.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO JR, Armando. “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”. In: **Revista Crítica Marxista**, n.3. São Paulo: Brasiliense, 1996. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/3_Boito.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 2008. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 2008. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. 2008. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor**: urbanização e política habitacional no Brasil. Espaço Plural, Ano VIII, Nº 17, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1619/1308>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

BOTELHO, André. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Fapesp, 2007.

BOULOS, Guilherme. “É hora do MTST ocupar a política. Estamos em uma encruzilhada histórica, não é possível se omitir”. In: **El País**, 1 maio de 2018.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea São Paulo: Xamã, 1996.

BRITTO, Felipe. **[Entrevista]**. Rio de Janeiro, 27 de março de 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

BUARQUE, Chico. **Cotidiano**. Rio de Janeiro, 1971. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FB4IaqWITB8>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CAMPOS, Marcos. **[Entrevista]**. Uberlândia, 10 de setembro de 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O conhecimento da vida Cotidiana: Base Necessária à Prática Social. In: NETTO, José Paulo.; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASSAB, Clarice. **Mudanças e Permanências: Novos desafios aos Movimento Urbanos**. Uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

_____. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Redes de Indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe**. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIEESE. **Balanco das Greves em 2008**. Estudo e Pesquisas, n. 45, 2009. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>>. Acesso em: 4 março 2017.

_____. **Balanco das Greves em 2013**. Estudo e Pesquisas, n.79, 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2017.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Uma análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil – A construção de uma ilusão. **Áskesis**, v. 3, n. 1, jan./jun 2014, p. 23 – 44. Disponível em: <https://revistaaskesis.files.wordpress.com/2014/07/03_dossie_askesis2014_tiagodumont.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

DURIGUETTO, M. L. **A teoria dos movimentos sociais em debate**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 1, n.1, p. 67-84, jan./jun. 2001.

_____. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos conflitos de classe. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano 1, n.1 jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2008.

_____.; DEMIER, Felipe. **A realidade brasileira da era da “democracia blindada” neoliberal: lugar para todas as regressões**. 2017.

_____, Maria Lúcia.; SOUZA FILHO, Rodrigo. Conselhos de Direitos e democratização. In: SOUZA FILHO, Rodrigo.; SANTOS, Benedito Rodrigues dos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Conselhos dos direitos**: desafios teóricos e práticos das experiência de democratização no campo da criança e do adolescente. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/ftpeditora/site/conselhos_dos_direitos.pdf>. Acesso em: 4 de jul. 2017.

EDILENA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 18 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Capitalismo, espaço e tempo**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 261-283, 1999. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1946/2322>>. Acesso em: 11 set. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Patrícia Mena Barreto. **A formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e a luta contra o latifúndio**. 2003. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. **Minha Casa minha Vida, o pacote habitacional de Lula**. Observatório das Metrôpoles. 2009. Disponível em: < http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/gthab/text_ref_outros/fix_e_arantes_MC MV.pdf>. Acesso em: 10 março 2017.

FRANCISCA DAS CHAGAS. **[Entrevista]**. Uberlândia, 26 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, : FJP, 2018. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>>. Acesso em: 20 maio 2018.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Pesquisa e Debate. São Paulo, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: < <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-5-globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-neoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

GIOVANA DEODORA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 19 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v.16, n. 47, maio-agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. (Caderno 13), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HIRATA, Francini; OLIVEIRA, Nathalia. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis, ano II, n. 3, janeiro a junho, 2004.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999. Disponível em: < <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Iasi,%20Mauro/Processo%20de%20consciencia.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da Violência**. Disponível em: < <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IVO TELES. **[Entrevista]**. Uberlândia, 24 nov. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

JANE JÚLIA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 29 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

JESSER BATISTA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 28 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

KADU. **[Entrevista]**. Uberlândia, 21 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. Sergipe: Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Trabalho, 2006.

_____. **Critique of Everyday Life**. Volume 1. New York: Verso, 1991. Disponível em: <<https://chisineu.files.wordpress.com/2012/08/lefebvre-henri-the-critique-of-everyday-life-vol-1.pdf>>. Acesso em: 14 março 2018.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.36-57.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEHER, Roberto.; et al. **“Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010”**. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal28/05Leher.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. 2004. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Lisboa: Escorpião, 1974.

_____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MANOEL RAMOS. **[Entrevista]**. Uberlândia, 22 nov. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. A questão judaica. In.: **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Trad. Alex Martins. Coleção A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2005, p.13-37.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad.: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Moscovo: Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em 02 fev. 2018.

_____; ENGELS, Georg. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais e Luta de Classes**: a atualidade de um debate conceitual. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/158/183>>. Acesso em: 6 out. 2017.

_____. **Junho e nós: das jornadas de 2013 ao quadro atual**. 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao-quadro-atual/>>. Acesso em: 12 abril 2017.

_____. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo; et al. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIAGUSKO, E. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo**: experiências no contexto do desmanche. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST). 2016. **As linhas políticas do MTST**. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso: 15 dez. 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In.: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NICINHA. **[Entrevista]**. Uberlândia, 20 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

ODELMO LEÃO. “**Não vou aceitar invasão em Uberlândia**”. Portal G1, Triângulo Mineiro. 24 agosto de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/nao-vou-aceitar-invasoes-em-uberlandia-diz-prefeito-durante-visita-de-ministro-da-justica-a-uberlandia.ghtml>>. Acesso em: 02 maio de 2018.

PEDRO. **[Entrevista]**. Uberlândia, 28 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

PINASSI, Maria Orlanda. Adeus às ilusões!. **Territórios Transversais – resistência urbana em movimento**. n. 2, 2015.

PINTO, Marina Barbosa. **Os movimentos sociais e a construção da cidadania**. 2005. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Local de Habitação e Interesse Social de Uberlândia: Diagnóstico Estratégico de Habitação de Interesse Social**. Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6341.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma**
SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SEBASTIÃO CAMARGO. **[Entrevista]**. Uberlândia, 17 out. 2017. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível: <<https://docs.google.com/file/d/0B7Wd2VQKqSAWcG0zajZaRW5jMTQ/edit>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao__maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017.

TATUAGEM. **[Entrevista]**. Uberlândia, 27 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

TAVARES, M. C. “**Desnacionalização e vulnerabilidade externa**”, Folha de São Paulo, Lições Contemporâneas, 03 dez. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0312200013.htm>>. Acesso em: 18 maio 2017.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; BARROS, Amon Narciso de. **Os Rolezinhos em Shopping Centers**: Reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos Shoppings como Espaços de Segregação Social e Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: < https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/80/pdf_2>. Acesso em: 20 set. 2017.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. A árvore da liberdade. 4.ed. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Primeiro Volume: A Queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Urbana às Cidades da Copa do Mundo. 2011. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2092179/mod_resource/content/1/ROLNIK%2010-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 20 março 2017.

VAGNER. **[Entrevista]**. Uberlândia, 29 maio 2018. Depoimento concedido a Daniela de Carvalho Ciriaco.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WILLYS, Jean. **Os muros fora e dentro de nós**. Carta Capital, 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-muros-fora-e-dentro-de-nos>>. Acesso: 18 set. 2017.

APÊNDICE A – Roteiros utilizados nas entrevistas
Entrevista com os Moradores

IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Nome:
- ✓ Idade:
- ✓ Profissão:

PARTICIPAÇÃO

1. Quem é o MTST?
2. Há quanto tempo atua no movimento?
3. Já participou de outro movimento, ocupação ou organização política?
4. Por que e de que forma você ingressou no movimento?
5. Exerce alguma função na organização do movimento?
6. O que você pensava sobre os movimentos e ocupações antes de participar do movimento?
7. Com a participação no movimento essa visão se confirmou ou foi modificada?
8. Quais eram as expectativas antes de ingressar no movimento? Elas se mantêm ou foram contempladas?
9. O que a participação no MTST possibilitou?
10. Como foi o processo de ocupação?
11. Quais as estratégias de luta utilizadas?
12. Como é a organização do movimento?
13. Como é a relação entre as pessoas que constituem a base do movimento e suas lideranças?
14. Após o ingresso no movimento houve alguma mudança na sua forma de pensar a sociedade e a si mesmo?

EIXOS DE INVESTIGAÇÃO

HISTÓRICO

- ✓ Como foi o processo de ocupação?
- ✓ Com quantas pessoas teve início a ocupação e quantas ainda permanecem no movimento?
- ✓ Quais os desafios e conquistas do movimento?
- ✓ Quais os “símbolos” e características que fazem parte do histórico da ocupação?

ORGANIZAÇÃO

- ✓ Como são definidos os papéis de liderança?
- ✓ Como funciona a distribuição de tarefas?
- ✓ Quais os espaços de discussão coletiva?
- ✓ Qual a estrutura física existente?
- ✓ Como é participação dos moradores nas atividades do movimento?

FORMAÇÃO POLÍTICA

- ✓ Como é o processo de formação política dos membros do movimento?
- ✓ Como é o processo de formação política das lideranças?

AUTONOMIA

- ✓ Como são tomadas as decisões?
- ✓ Como é a relação entre a base e a liderança?

IDENTIDADE

- ✓ Como eles se reconhecem?
- ✓ Como é a noção de pertencimento?
- ✓ Como foi a participação das pessoas durante a mobilização, ocupação inicial, estruturação e atualmente?

ATUALIDADE

- ✓ Qual a compreensão da realidade política do país?
- ✓ Como é a participação dos moradores na realidade do município?
- ✓ Como é a relação e articulação com outros movimentos e lutas?

OPRESSÕES

- ✓ Quais os papéis desempenhados pelas mulheres no movimento?
- ✓ As temáticas: étnico-racial, LGBTTI e feminista são abordadas no movimento?

Entrevista com as lideranças do MTST

Identificação

- Nome:
- Idade:
- Profissão:

- 1) Há quanto tempo atua no MTST?
- 2) Por que e de que forma você ingressou no movimento?
- 3) Qual função exerce na organização do movimento?

Caracterização do Movimento

- 4) Quem é o MTST?
- 5) Quem são as pessoas que constituem o movimento?
- 6) O ingresso das famílias é realizado de que forma?
- 7) Após a conquista da moradia as pessoas continuam no movimento? De que forma se dá essa permanência?
- 8) Como é realizado o processo de formação política no movimento?
- 9) Você acha que o ingresso das famílias no movimento possibilita uma visão mais crítica da realidade?
- 10) Uma das bandeiras de luta do MTST é a reforma urbana. O movimento possui uma proposta, ou projeto de reforma urbana?
- 11) Um dos mecanismos utilizados pelo Estado na relação com os movimentos sociais é a cooptação. No caso do MTST, ao longo desses anos, quais são as estratégias que possibilitam que o movimento rompa com essa realidade e continue combativo?
- 12) De que forma você percebe esse combate ao Estado, sua realização e efetividade?
- 13) Em quais estados o MTST está presente?
- 14) A proposta de nacionalização do movimento foi efetivada? Há quanto tempo e como foi esse processo?
- 15) Como é a relação do MTST e o MST desde a sua constituição até a atualidade?
- 16) Qual é a relação do MTST com a Universidade?

- 17) O MTST é parceiro de várias organizações e movimentos (Periferia Ativa, Movimento Passe Livre, Pastoral Operária, Brasil de Fato, CGT Espanha). Como se dá essa parceria?
- 18) Quais foram os impactos da implementação do Programa Minha Casa Minha vida na organização do MTST?
- 19) Tem uma estimativa do número de ocupações realizadas e os resultados alcançados?
- 20) O MTST é um movimento anticapitalista. Como o movimento se organiza para construir essa luta?